



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS

LUCIANE MIRANDA DE CARVALHO

POLÍTICAS ESTRUTURANTES DE TURISMO DO CEARÁ: METAMORFOSES
TERRITORIAIS E SOCIOECONÔMICAS

FORTALEZA – CEARÁ
2017

LUCIANE MIRANDA DE CARVALHO

POLITICAS PÚBLICAS DE TURISMO DO CEARÁ: METAMORFOSES TERRITORIAIS
E SOCIOECONÔMICAS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Estudos Sociais Aplicados, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios Turísticos. Área de Concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Luzia Neide Menezes
Teixeira Coriolano.

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Carvalho, Luciane Miranda de.

Políticas estruturantes de turismo do Ceará: metamorfoses territoriais e socioeconômicas [recurso eletrônico] / Luciane Miranda de Carvalho. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 131 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Gestão de Negócios Turísticos.
Orientação: Prof.ª Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano.

1. Políticas Públicas. 2. Metrópole. 3. Cidade. 4. Território. 5. Turismo. I. Título.

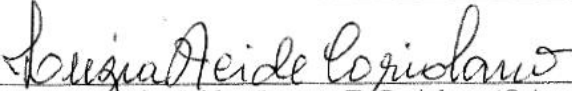
LUCIANE MIRANDA DE CARVALHO

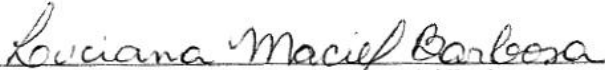
POLITICAS PÚBLICAS DE TURISMO DO CEARÁ: METAMORFOSES TERRITORIAIS
E SOCIOECONÔMICAS

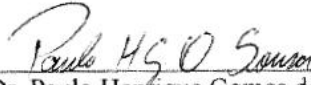
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Ciências e Tecnologia e Centro de Estudos Sociais Aplicados, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios Turísticos. Área de Concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Aprovada em: 19 de setembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dra. Luzia Neide Menezes T. Coriolano (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE


Prof.^a. Dra. Luciana Maciel Barbosa
Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza - SME


Prof. Dr. Paulo Henrique Gomes de Oliveira Sousa
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dedico esta dissertação aos meus amados Icaro e Ettore, pelo apoio incondicional, e também, à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Luzia Neide Coriolano, por todo incentivo e excelente orientação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Eu Superior e aos amigos espirituais, por iluminar e guiar-me os passos, fazendo-me perseverante, diante dos desafios que me proponho enfrentar.

Aos meus amados pais, pela vida e pelo amor recebido.

Aos amados, Icaro e Ettore, pelo incentivo, carinho e compreensão nos momentos de angústia.

À professora Luzia Neide, pelo acolhimento, orientação, disponibilidade e apoio, mesmo em momento de profunda dor.

A todos que, direta e indiretamente, colaboraram para a realização do trabalho, muito obrigada.

“A importância e o significado do turismo no mundo cresce de forma tão expressiva que dá a esta atividade lugar de destaque na política geoeconômica e na organização socioespacial, vislumbrando-se como uma das atividades mais promissoras para o futuro milênio”.

(Coriolano)

RESUMO

A dissertação aborda transformações territorial e socioeconômica que metamorfoseiam o território do estado do Ceará, em meio a tensões conflitivas da saída das estruturas arcaicas às modernas com a denominação: POLITICAS ESTRUTURANTES DE TURISMO DO CEARÁ: METAMORFOSES TERRITORIAIS E SOCIOECONÔMICAS. O objetivo é de investigar empreendimentos públicos dos governos pela opção de modernizar o Estado e implementar o turismo como prioridade econômica. O turismo tem sido discutido pelos gestores, políticos, universidades, no entanto, há poucos dados disponíveis sobre investimentos. Estudam-se empreendimentos turísticos, para chegar à definição das fontes de fomento dos investimentos em infraestrutura do turismo. A relevância da temática consiste no avanço de análise para financiamentos, com investimentos externos tendo em vista o aumento do fluxo de turistas, geração de empregos e postos de trabalho, decorrentes de investimentos e estruturas implementadas. A relevância do estudo está no reconhecimento de que o turismo é vetor de desenvolvimento, não apenas atividade econômica e colabora com estados, municípios e comunidades no desenvolvimento socioeconômico. A problemática investigada remete a políticas estruturantes do território cearense para adequação às exigências do turismo. Para explicação da realidade caótica elaboram-se os seguintes questionamentos: que mudanças básicas ocorrem na transformação do território em núcleo receptor de turismo nacional? Que mudanças históricas ocorreram e quais os impactos socioeconômicos decorrentes das mudanças? Quais os empreendimentos territoriais implementados, para viabilização do turismo? Qual a origem dos investimentos estruturantes de turismo? Como o governo implementa empreendimentos como: Porto do Pecém, Aeroporto Internacional, Centro de Eventos e qual a relevância para o turismo? Os questionamentos suscitam os seguintes objetivos: Geral: Analisar políticas estruturantes de turismo centrada em empreendimentos públicos que constituem parte da infraestrutura turística do Estado do Ceará. Específicos: Analisar políticas públicas de turismo e reestruturação do território com empreendimentos do Governo. Compreender as transformações do Ceará arcaico para o Ceará moderno e turistificado. Identificar as mudanças das transformações territoriais e socioeconômicas.

Analisar as políticas estruturantes do turismo, identificando alcances e limites das políticas. Verificar se os empreendimentos deixam retornos satisfatórios. Optou-se pelo método dialético que discute e argumenta racionalmente, com base em conflitos e contradições, entendendo o objeto investigado como totalidade ou processo histórico. As categorias de análise, estado, território, políticas públicas, turismo são fundamentais para explicação dos empreendimentos turísticos analisados. Chega-se à conclusão de que o Ceará deu saltos de qualidades, em relação ao território, porém, deixa a desejar na solução dos problemas socioambientais. Mesmo assim graças às políticas, o Ceará ganha espaço de destaque no turismo nacional, e o turismo passa a ocupar lugar especial na contribuição ao PIB.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Metrópole. Cidade. Território. Turismo.

ABSTRACT

The thesis deals with territorial and socioeconomic transformations that metamorphose the territory of the Ceará State, amid conflicting tensions between the departure of archaic and modern structures with the denomination: STRUCTURING POLICIES OF TOURISM OF CEARÁ: TERRITORIAL AND SOCIOECONOMIC METAMORPHOSES. It has the objective of investigating public enterprises carried out by the governments of Ceará from the option of modernizing the State and implementing tourism as an economic priority. Tourism in Ceará has been discussed by managers, politicians, universities, however, there is still little data available on investments. Ceará tourist enterprises are studied, in order to arrive at a definition of the sources of fomentation of investments in tourism infrastructures. The relevance of this theme is the advance of the analyzes for the financing of the Ceará State, with external investments in order to increase the flow of tourists, the generation of jobs and jobs resulting from investments and structures implemented. The relevance of the study lies in the recognition that tourism is a vector of development, not just economic activity and collaborates with states, municipalities and communities in socioeconomic development. The problem investigated refers to structural policies in the territory of Ceará to adapt to the requirements of tourism. In order to explain the chaotic reality, the following questions are elaborated: what basic changes are taking place to transform the territory of Ceará into a national tourist destination? What historical changes occurred and what socioeconomic impacts of the changes? What territorial undertakings are implemented in Ceará to make tourism feasible? What is the origin of structuring tourism investments? How does the State government implement projects such as: Porto do Pecém, International Airport, Event Center and what is the relevance for state tourism? The questions raise the following objectives: General: Analyze structuring policies of tourism centered on public enterprises that are part of the tourist infrastructure of the Ceará State. Specific: Analyze tourism public policies and the restructuring of the territory of Ceará with projects carried out by the Government of the Ceará State. Understand the transformations of archaic Ceará to modern and touristic Ceará. Identify the changes resulting from the territorial and socioeconomic transformations of the

Ceará State of. To analyze the structuring policies of tourism, identifying the scope and limits of the policies. Verify if the enterprises leave satisfactory returns to the State. We opted for the dialectical method that rationally discusses and argues based on conflicts and contradictions, understanding the object investigated as totality or historical processes. The categories of analysis of state, territory, public policies and tourism are fundamental to explain the analyzed tourism enterprises. It can be concluded that Ceará has jumped with qualities in relation to the territory, but, it leaves to be desired in the solution of the socio-environmental problems. Even so, it can be said that thanks to these policies Ceará gains a prominent place in national tourism, and tourism occupies a special place in the contribution to the state's GDP.

Keywords: Public Policies. Metropolis. City. Territory. Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Regiões de Planejamento do Ceará.....	32
Figura 2 – Moda na Fortaleza Belle Époque (1920)	38
Figura 3 – Fábrica de Tecidos Progresso – 1884.....	40
Figura 4 – Usina Siqueira Gurgel – 1919	40
Figura 5 – Áreas de alocação do Prodetur /CE.....	68
Figura 6 – Números aeroportuários brasileiros.....	80
Figura 7 – Pista do Aeroporto Pinto Martins.....	82
Figura 8 – Antigo Terminal de Passageiros Aeroporto Pinto Martins	83
Figura 9 – Novo Aeroporto Internacional Pinto Martins	85
Figura 10 – Obras de ampliação do Aeroporto Pinto Martins	88
Figura 11 – Vista externa do Mercado Central de Fortaleza	95
Figura 12 – Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura.....	95
Figura 13 – Centro de Eventos do Ceará	97
Figura 14 – Maquete do Centro de Eventos do Ceará.....	98
Figura 15 – Planta baixa do Pavilhão Oeste.....	99
Figura 16 – Planta baixa Pavilhão Leste.....	99
Figura 17 – Obra dos dois pavilhões idênticos	100
Figura 18 – Fachada do Centro de Eventos do Ceará.....	101
Figura 19 – Linha do Tempo para instalação da Siderúrgica	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação relativa do PIB do Ceará sobre o PIB do Nordeste e do Brasil.....	51
Gráfico 2 – Evolução da participação relativa dos setores no PIB do Ceará	52
Gráfico 3 – Percentual de aplicação dos investimentos PRODETUR/CE	66
Gráfico 4 – Resultados Alcançados pelo PRODETUR/NE I.....	69
Gráfico 5 – Investimentos PRODETUR/CE e programas de governo.....	69
Gráfico 6 – Valores aplicados por estado e fonte de recursos (BID e contrapartida local).....	72
Gráfico 7 – Percentuais de aplicações por estado, envolvendo somatório de recursos do BID e da contrapartida local	73
Gráfico 8 – Impactos do Centro de Eventos do Ceará	108
Gráfico 9 – Movimentação geral do Porto do Pecém 2002-2016	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Investimentos turísticos no Ceará	45
Quadro 2 – Projetos do plano de mudanças do governo Tasso Jereissati.....	50
Quadro 3 – Cronologia da linha do tempo do turismo no Ceará	57
Quadro 4 – Estrutura da secretaria nacional de políticas públicas de turismo	64
Quadro 5 – Âmbito dos eventos realizados em 2015	93
Quadro 6 – Eventos realizados em 2012 no CEC	102
Quadro 7 – Eventos Captados para o CEC – 2017	105
Quadro 8 – Serviços impactados pelo turismo	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADP	<i>Airport Development Program</i>
ANAC	Agencia Nacional de Aviação Civil
BEC	Banco Estadual do Ceará
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAF	Banco de Desenvolvimento para a América Latina
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCLIP	Linha de Crédito Condicional
CEDIN	Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial do Ceará
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIC	Centro Industrial do Ceará
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
CNTur	Confederação Nacional do Turismo
CODITUR	Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará
COELCE	Companhia Energética do Ceará
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
CTI/NE	Comissão de Turismo Integrado do Nordeste
DNOCS	Departamento de Obras Contra as Secas
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMCETUR	Empresa Cearense de Turismo
FDI	Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará
FINOR	Fundo de Investimento do Nordeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
IBT	Instituto Brasileiro de Turismo
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços
ICCA	International Congress and Convention Association
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

INPH	Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
METROFOR	Metrô da Região Metropolitana de Fortaleza
MPF	Ministério Público Federal
Mtur	Ministério dos Esportes e Turismo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMT	Organização Mundial de Turismo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
<i>PC</i>	<i>Post of Command</i>
PDC	Partido Democrata Cristão
PDDU's	Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano
PDIT-CE	Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará
PIB	Produto Interno Bruto
PIDT-CE	Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará
PLAMEG	Plano de Metas Governamentais
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PLHT	Plano de Prioridade de Localização de Hotéis de Turismo
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAR	Plano de Investimento em Logística: Aviação Regional
PNC	Programa Nordeste Competitivo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Política Nacional de Turismo
PPA	Plano Plurianual
PROATUR	Programa de Apoio ao Turismo Regional
PROCON	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor
PRODECIPEC	Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e da Economia do Ceará
PRODETURIS	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará
PRODETUR-NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROURB	Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos

PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RINTUR	Roteiro de Informações Turísticas
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SANEAR	Programa de Infraestrutura Básica e Saneamento de Fortaleza
SEINFRA	Secretaria da Infraestrutura
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SETUR	Secretária de Turismo do Ceará
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEE	Unidade Executora Estadual
UFC	Universidade Federal do Ceará
US	Army United State of Army
<i>USAF</i>	<i>United State Air Force</i>
WTO	World Trade Organization
ZPE	Zona de Processamento de Exportação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	OPÇÃO METODOLÓGICA	23
2.1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	24
2.2	PASSOS DA PESQUISA.....	33
3	DO CEARÁ ARCAICO TRADICIONAL AO CEARÁ MODERNO E TURISTIFICADO	32
3.1	MUDANÇAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO	46
3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS QUE INCIDEM NO TERRITÓRIO CEARENSE	60
4	PROJETOS ESTRUTURANTES DO TERRITÓRIO CEARENSE.....	75
4.1	AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS: PORTA OFICIAL DA ENTRADA DO TURISMO NA METRÓPOLE FORTALEZA	78
4.2	DINÂMICA DO TURISMO DE NEGÓCIO NO CENTRO DE EVENTOS.....	90
4.3	COMPLEXO PORTUÁRIO DO PORTO DO PECÉM E A DINÂMICA ECONÔMICA SOCIOTERRITORIAL.....	109
5	CONCLUSÃO.....	119
	REFERÊNCIAS	122

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem, como objeto de investigação, empreendimentos públicos dos governos, pela opção de modernizar o Estado e implementar o turismo como prioridade econômica. A área de estudo e investigação é o território do Ceará. Aparentemente o objeto parece grande, torna-se, porém, reduzido à delimitação do campo de pesquisa para maiores empreendimentos públicos, Aeroporto Internacional Pinto Martins, Centro de Eventos do Ceará e Complexo Portuário do Pecém, que impactam o território e a economia. Assim, fundamenta-se na geografia, economia e turismo para compreensão do empírico.

A imagem do Ceará, por muitos anos, esteve atrelada a aspectos negativos, historicamente arraigados às consequências da seca, sol causticante, falta de produção, miséria e fome. Na década de 1970 e início da década de 1980, desmandos políticos, descaso com recursos públicos, aumento de despesas com empreguismo e reajustes salariais incompatíveis com a disponibilidade financeira do tesouro estadual, comprometem as finanças e colocam o Estado em crise administrativa, financeira e social.

A chegada ao poder do grupo político autodenominado “jovens empresários”, formado pelos empreendedores ligados à indústria, que sucede os governos anteriores, leva ao rompimento da estrutura política arcaica vigente. O "Governo de Mudanças" inicia com a gestão de Tasso Jereissati, por três períodos: 1987-1990, 1995-1998 1999-2002, seguido por Ciro Gomes: 1991-1994 (BONFIM, 2002). Os governos sustentam a política de mudanças e modernizam o Ceará, reordenam o espaço e implantam políticas empreendedoras. Para efetivação das mudanças implementam-se políticas públicas para alocação de empreendimentos, sobretudo elevação da auto-estima do povo.

A prioridade da política de turismo leva a transformações em áreas especiais para atendimento à atividade, com mudanças que colocam o Ceará no cenário dos principais destinos turísticos do País, dinamiza a economia com geração de emprego e postos de trabalho, aumento da renda e arrecadação de impostos. Alocam-se recursos federais do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR-NE), e desenvolvem-se ações direcionadas a urbanização, saneamento, transporte,

rodovias e proteção do meio ambiente. O Governo das Mudanças prossegue com a gestão de Lúcio Alcantara (2003-2006), com planos de turismo para fazer avançar o turismo no território e tornar-se destino turístico nacional. Nesse movimento emerge a metrópole turística, Fortaleza e o litoral: as principais áreas impactadas pelo turismo, divulgadas na mídia. O turismo alcança novos territórios, serras e sertões, embora de forma incipiente.

O Partido Socialista Brasileiro (PSB), de ideologia socialista democrática, inicia a participação no governo com a eleição de Cid Gomes (2007-2010), em substituição ao governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de centro-esquerda. Apesar de ideologias diferentes, o novo governo dá continuidade aos planos para alavancar o turismo. Reforçam-se as ações para tornar o Ceará destaque no turismo nordestino, quiçá, nacional, nos seguimentos sol e praia, eventos, aventura e negócios, com o intuito de promover o desenvolvimento socioeconômico do Estado (DIOGENES, 2002).

A metrópole Fortaleza e municípios do litoral recebem infraestrutura urbana para recebimento do turismo, além de municípios de serra e do sertão. Na segunda gestão do governo Cid Gomes, 2011-2014, as principais ações foram direcionadas à infraestrutura, eventos náuticos, capacitação da força de trabalho para especializá-la em serviços do turismo, com a preocupação de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes (DIOGENES, 2002). Em 2014, último da gestão Cid Gomes, ultrapassam-se 3 milhões de turistas, com geração de renda de R\$ 10,9 bilhões. O impacto foi de 11,2% no PIB, empregando diretamente cerca de 180 mil pessoas nas principais atividades de alojamento, alimentação, transporte, entre outros (IPECE, 2014, p.159). Mas, mesmo assim, cobra-se mais do turismo, anunciado como potencializador econômico, daí receber críticas, pois promete, em propagandas, o que não pode realizar, por se atividade capitalista.

O sucessor Camilo Santana, 2015-2018, apresenta o Plano Ceará Receptivo que engloba ações que contemplam o Estado, no desenvolvimento da chamada “indústria turística”. Para os governos, o turismo é indústria por se equiparar a ganhos da indústria, sobretudo para os que não conseguem ver que o modelo industrial fordista está em superação.

O plano governamental impulsiona os números de 2014, faz crescer o número de turistas e aumentar empregos com mão de obra qualificada. Segundo levantamento da Secretária de Turismo do Ceará (2015), nos seis primeiros meses de 2015 o número de turistas via Aeroporto Internacional Pinto Martins e nos terminais marítimos do Mucuripe e Pecém, supera em 21% em comparação com o mesmo período de 2014. Os serviços, em junho de 2015, lideram o *ranking* nacional de geração de emprego segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego. Os seguimentos alojamento e alimentação ocupam o primeiro lugar do *ranking* com 917 empregos gerados, em junho de 2015. Para o coordenador de Estudos Estatísticos e de Pesquisas da SETUR, o resultado do primeiro semestre associa-se a feriados e divulgação em feiras internacionais.

O Ceará tem, no turismo, significativas oportunidades de aumento de receitas, indicador de que o Estado necessita ampliar investimentos em infraestrutura, saneamento básico e qualificação da força de trabalho, para oferecer aos cidadãos e turistas cidade digna e, assim, ampliar as demandas. Pobreza e falta de segurança pública são incompatíveis com turismo.

O turismo tem sido discutido pelos gestores, políticos, sobretudo pelas universidades, no entanto, há poucos dados disponíveis sobre investimentos, optando-se pelo estudo de empreendimentos turísticos, com pretensão de chegar a dados quantitativos, com definições das origens e aplicações de investimentos em infraestrutura do turismo. Espera-se que o estudo contribua para a sociedade compreender as mudanças em políticas, com avanços e recuos, além das dificuldades do Governo do Estado na implementação de políticas públicas em Estado pobre que arrasta as consequências da dívida social que o Brasil tem com o Nordeste, em especial com cearenses.

Para o *trade* turístico, o aeroporto representa ferramenta que desenvolve o turismo por meio da atração de pessoas com potencial de consumo, e movimentação hotéis, restaurantes, barracas de praia, agências de viagens, entre seguimentos. Além de fazer intercâmbio com países, o que dá condições para o Estado competir com pontos turísticos no país.

A relevância da temática consiste no avanço de análise de políticas do Governo do Ceará, que tem atraído investimentos externos e melhorado o Ceará, com vistas ao aumento de fluxos de turistas, sobretudo focado no potencial de geração de emprego e postos de trabalhos decorrentes de investimentos e estruturas implementadas pós-investimentos. A relevância do estudo está em reconhecer a importância do turismo como atividade econômica e social, em compreender como colabora com os estados, municípios e comunidades, na promoção do desenvolvimento socioeconômico e, sobretudo com o desenvolvimento da escala humana como sugere Max-Neff (2012). A concepção de que desenvolvimento é diferente de progresso e crescimento econômico já é consenso.

Assim, a problemática investigada remete à reestruturação de políticas públicas e do território cearense para se adequar às exigências e às novas espacialidades do turismo, provoca impactos à sociedade, com grupos a favor da política e grupos contra com críticas ao Estado. O grupo crítico do turismo alega falta de políticas para atendimento às necessidades básicas dos residentes. Mesmo diante de críticas, o governo investe em políticas de turismo e prepara a infraestrutura necessária a investidores na indústria e no turismo, acreditando no retorno econômico. O território carente de infraestrutura urbana, desde rodovias, aeroportos e espaços propícios ao turismo, exige que os primeiros investimentos sejam nessa linha para alavancar a atividade. Ceará e Fortaleza precisam atrair não apenas turistas, mas investidores para ultrapassar problemas socioeconômicos, e tornar-se espaços habitáveis para todos, principalmente insatisfeitos e críticos do turismo, e, assim, poder receber turistas de forma profissional e confortável. Para explicação da realidade caótica, elaboram-se os seguintes questionamentos:

- Que mudanças básicas ocorrem, no Ceará e em Fortaleza, para transformar o território em núcleo receptor de turismo nacional?
- Que mudanças históricas ocorreram e quais os impactos socioeconômicos decorrentes?
- Quais os empreendimentos territoriais implementados para viabilizar o turismo?
- Qual a origem dos investimentos para as políticas de turismo?

- Como o governo implementa os empreendimentos (Porto do Pecém, Aeroporto Internacional, Centro de Eventos) e qual a relevância para o turismo?

Os questionamentos suscitam os seguintes objetivos:

Objetivo geral: Analisar políticas estruturantes de turismo centrada em empreendimentos públicos que constituem parte da infraestrutura turística do Estado do Ceará.

Objetivos específicos:

- Analisar políticas públicas de turismo e reestruturação do território, com empreendimentos do Governo.
- Compreender as transformações do Ceará arcaico para o Ceará moderno e turistificado.
- Identificar as mudanças decorrentes de transformações territoriais e socioeconômicas.
- Analisar as políticas públicas do turismo, sobretudo alcance e limite.
- Verificar se os empreendimentos beneficiam e deixam retorno satisfatório.
- Compreender a reestruturação do território com a implementação de empreendimentos.

O trabalho compõe-se de cinco partes.

Na primeira apresenta-se a introdução com definição do objeto de análise, justificativa, questionamentos e objetivos, ou seja, proposta de dissertação. A segunda explica a opção metodológica com revisão da literatura sobre Estado, Território, Políticas Públicas e Turismo. No terceiro item, explica-se a reestruturação territorial, social, política e econômica em processo complexo, contraditório e dialético. No quarto momento explicam-se empreendimentos estruturantes alocados no território para possibilitar a atividade turística. O aeroporto, portão oficial da entrada do turismo, o Centro de Eventos que possibilita a dinamização do turismo de negócios e o Porto do Pecém que, apesar de impactar negativamente o turismo, na área piloto do Prodetur, interfere dinamizando fluxos turísticos do porto para municípios vizinhos, em especial Caucaia/Cumbuco, dinamizando o turismo de negócio com a participação de coreanos e empreendedores internacionais. Na quinta parte a conclusão com estudos teóricos e pesquisas empíricas.

2 OPÇÃO METODOLÓGICA

Optou-se pelo método dialético que discute e argumenta racionalmente, com base em conflitos e contradições, entendido o objeto investigado como totalidade. A dialética é o método “que se propõe a penetrar no mundo real por meio de ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre constantemente na natureza e na sociedade” (DINIZ; SILVA, 2008, p.13). Entende a realidade como processo histórico, não faz dicotomia e chega aos conflitos e contradições de processos para explicá-los.

Politzer (1979) pautado em Engels afirma que a dialética parte da ideia fundamental de que o mundo não é um complexo de *coisas acabadas*, mas um complexo de processos em que as coisas, na aparência estáveis, do mesmo modo que as ideias intelectuais do cérebro, passam por mudanças ininterruptas de devir e decadência, em que, apesar de todos os insucessos aparentes e retrocessos momentâneos, um desenvolvimento progressivo acaba por se fazer.

A dialética leva a entender que objeto e realidade são processos inacabados, em movimento, sempre em via de transformação e desenvolvimento, e o fim é sempre novo começo. A natureza e a sociedade são compostas por objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, que se relacionam, em dependência que os condiciona reciprocamente. Não é possível analisar fragmentos da realidade separadamente, situação e acontecimento são analisados sob o ponto de vista das condições que os determinam e que os explicam. Daí Thalhimer (1979) mostra que tudo se transforma, com a negação da negação. Sendo que negação e afirmação são pares dialéticos, a negação da afirmação implica negação, mas a negação da negação implica afirmação. Para o filósofo Engels (2016), na dialética, nada é definitivo, absoluto, imutável. As coisas perdem a validade e nada existe além do processo ininterrupto e transitório, tudo está sujeito ao desenvolvimento incessante e à mudança universal. O pensamento passa pela afirmação inicial que é contradita e tem-se a antítese da afirmação para se chegar ao resultado que é síntese. As transformações, na mudança dialética, ocorrem pela contradição, há momentos em que ocorrem mudanças qualitativas que são a passagem de uma qualidade a outra ou passagem de estado a outro, momentos de mudanças quantitativas, que é aumento ou diminuição da quantidade. Tudo tem forma e

conteúdo, tudo se transforma, cresce e se desenvolve. A dialética entende que a relação entre mudança quantitativa e mudança qualitativa é lei universal da natureza e da sociedade. O acúmulo gradual de pequenas mudanças quantitativas, mesmo insignificantes, gera o novo. A mudança quantitativa leva à mudança qualitativa e vice-versa, inseparáveis.

O método, assim, é um processo de produção de conhecimento que envolve visão de mundo, base teórica, abordagens, pesquisa, sendo o caminho da investigação na dissertação. O conhecimento é produzido pela pesquisa de campo e institucional, que remete à busca de dados diretos e indiretos com instituições de estudo, órgãos públicos e privados, com análise de documentos e pesquisa de campo, contudo, toda a pesquisa é mediada pelo estudo teórico, ou seja, com base em teorias e conceitos fundantes. Sob tal visão, analisam-se as contradições em políticas de turismo, entendendo-se que as políticas são movidas pelas múltiplas determinações, ou seja, atendem diferentes interesses, sobretudo de grandes empreendedores, de classe dominante, de detentores do capital e, em última instância, de trabalhadores, posto atividade econômica regida pela economia de mercado.

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para teorizar o objeto de análise, estabelecem-se como categorias de análise: estado, território, políticas públicas, turismo. Os conceitos são fundamentais para embasamento da explicação de empreendimentos turísticos analisados. No campo de ciências políticas, as discussões são complexas, acerca do Estado, e com reticências, Bobbio (1999, p.74) explica que:

Com o nascimento da propriedade individual surge a divisão do trabalho, com a divisão do trabalho a sociedade se divide em classes, a classe dos proprietários e a classe dos que nada tem, com a divisão da sociedade em classe surge o poder político, o Estado, cuja função é essencialmente a de manter o domínio de uma classe sobre a outra recorrendo inclusive à força, e assim a de impedir que a sociedade dividida em classes se transforme em estado de permanente anarquia.

O Estado emerge como mediador das necessidades de classes sociais e de interesses de todos. Como organização sobreposta à sociedade, cuja objetivação é

manter a paz entre diferentes classes, garantindo estabilidade e segurança ao indivíduo. O Estado agrega instituições no campo político e administrativo para organização do espaço do povo ou nação na área territorial delimitada. Desempenha funções políticas, sociais e econômicas. No sentido moderno, foi introduzido na literatura científica por Maquiavel, filósofo considerado precursor da ciência política e primeiro ordenador dos fundamentos do Direito Público Moderno, registra o livro: “O Príncipe”, publicado em 1513, que afirma que todos os estados e domínios, que imperam sobre os homens, são repúblicas ou principados, com o significado de unidade política territorial.

O teórico Ribeiro Júnior (1995, p. 113) diz que a organização da coletividade social fez surgir o Estado, com exigência de sincronia e colaboração entre as pessoas, pois, sem um grupo social organizado sob autoridade reconhecida por todos, em condições de se impor para liderar. O Estado não é reconhecido somente pelo poder, mas pelos elementos constitutivos que caracterizam sua formação: povo, território e soberania, para a execução dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, por meio de políticas sociais e econômicas. Montesquieu (2000, p. 168) explica que:

Estaria tudo perdido se uma mesma pessoa, ou um mesmo corpo seja de príncipe, nobres ou do Povo, exercesse os três poderes: o de fazer as leis; o de executar as resoluções públicas; e o de julgar os crimes ou as demandas dos particulares.

Na concepção de Estado moderno, a trajetória divide-se em três fases: nos séculos XVI a XVIII, o Estado é autoritário e patrimonial, o rei é o todo poderoso e exerce a soberania pela vontade de Deus e o Estado é sua propriedade. No século XIX e início do século XX, faz-se liberal e democrático, garantindo direitos civis, porém excluindo pobres e mulheres do direito ao voto e, na segunda metade do século XX, o Estado social-democrático protege direitos sociais ensaiando um desenvolvimento econômico. Mostra Bresser-Pereira (2009):

Ele começou autoritário e patrimonial nos séculos XVI e XVII: era o Estado absoluto organizando monarquias patrimoniais. No século XIX, tornou-se liberal e burocrático: o Estado liberal impôs o estado de direito e garantiu os direitos civis, ou seja, os direitos à vida, à liberdade e à propriedade privada, mas permaneceu autoritário, pois os pobres e as mulheres não votavam. Na primeira parte do século XX, a transição para a democracia estava completada: foi a época do estado liberal, da democracia elitista ou liberal e, ainda, da administração burocrática. Na segunda parte deste século, o Estado se tornou social-democrático, protegendo os direitos sociais e promovendo o desenvolvimento

econômico; a administração continuou sendo burocrática, mas assumiu um caráter desenvolvimentista; a democracia passou a ser social ou plural, mais do que simplesmente liberal. No início do século XXI, o estado almeja tornar-se social-liberal e republicano; a democracia almeja se tornar participativa ou republicana; e a administração almeja se tornar gerencial, ou inspirada nos princípios da nova gestão pública (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 40-45).

O Estado absolutista surge com a concentração de poderes em mãos dos reis, importantes teóricos como Jean Bodin, Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes e Jacques Bossuet defendiam que os poderes de reis advinham de Deus. Soberania, capacidade de criar e de impor obediência às leis ficam centralizadas no estado. Luís XIV, da França, é o maior símbolo do absolutismo monárquico com a célebre frase “O Estado sou eu”. A revolução gloriosa (1688-1689), na Inglaterra, o Iluminismo e a Revolução Francesa (1789) contribuem para a derrocada do absolutismo, dando início ao Estado Liberal (CHEVALLIER, 1973).

O Estado de Direito Liberal institucionaliza-se após a Revolução Francesa de 1789, revolta da sociedade burguesa que se eleva do patamar de classe dominada e discriminada para dominante discriminadora, e destrói, dessa forma, os alicerces do absolutismo. Os verdadeiros desejos da burguesia são liberdade individual para crescimento dos empreendimentos e aumento do lucro, direitos iguais, ou seja, submissão de todos à lei e fraternidade dos camponeses e *sans-culottes* (sem calças – população pobre de Paris, formada pela massa de artesãos, aprendizes, lojistas, biscateiros e desempregados; com importante participação nos acontecimentos revolucionários, de 1789 a 1794), ideais resumidos pelo lema: liberdade, igualdade e fraternidade (SILVA, 2011).

Conforme ensinam Rocha (1995) e Sundfeld (2015), as características básicas do Estado Liberal são não intervenção do Estado na economia, vigência do princípio da igualdade formal, adoção da Teoria da Divisão dos Poderes de Montesquieu, supremacia da Constituição como norma limitadora do poder governamental e garantia dos direitos individuais fundamentais. As igualdades são apenas de cunho formal, pois a realidade é o aumento das desigualdades sociais e o pobre não tem acesso às liberdades ou direitos denominados de primeira dimensão, é que os mesmos se destinam à classe burguesa detentora das riquezas.

Enquanto, no Estado absolutista, o poder se concentra nas mãos do rei, o Estado liberal concentra-o nas mãos do parlamento, incapaz de proporcionar verdadeira participação da população nos direitos individuais. A igualdade tão somente formal aplicada e a não intervenção do Estado Liberal, em face das questões sociais, expandem o capitalismo, contribuindo com o aumento das distorções econômicas, deteriora cada vez mais a situação da classe trabalhadora, que vive sob condições de miséria. O tipo de organização não traz mecanismos para incorporar seguimentos sociais aos menos favorecidos.

A revolução industrial inicia nova fase, pela transformação do cenário econômico, político e social, com substituição do trabalho artesanal pelas máquinas, resultados, econômicos e tecnológicos, tem crescimento acelerado e desigual, dividindo a sociedade em classes: dos proprietários, detentores do capital, e a dos operários, detentores da força de trabalho. Não surte efeito positivo o fato de se aliarem ideias de liberdade individual e liberdade econômica, pois a falta de perspectiva dos menos favorecidos e não compromisso do Estado, com questões sociais, são agravados com o início da Revolução Industrial, que submete os trabalhadores a situações extremas de sofrimento, em condições desumanas e degradantes, escravizando a grande massa de trabalhadores sem liberdade para negociar a força de trabalho com industriais que exigem dos trabalhadores carga horária de doze horas ininterruptas. Segundo Maluf (2011, p.146), o que existe é o “reino de ficção, com cidadãos teoricamente livres e materialmente escravizados”. Em relação ao declínio do Estado Liberal o autor afirma que:

O fracasso do Estado Liberal deve-se ao fato de ter ele atuado estritamente no plano político-jurídico, sem disciplinar a ordem social-econômica. Essencialmente individualista, desconheceu os direitos da sociedade. Falhou até mesmo no seu individualismo por desconhecer o homem-operário, materialmente fraco e premido no meio social por insuperáveis dificuldades da ordem econômica. Profundamente libertário e igualitário, declarou que todos os indivíduos possuem os mesmos direitos e as mesmas possibilidades, de sorte que ao Estado competia apenas policiar a ordem jurídica (MALUF, 2011, p. 323).

Com a insatisfação da classe operária, o Estado reestrutura os princípios da isonomia e justiça social, ao surgir o Estado de Bem-Estar, modelo de *Welfare State*, conforme assevera Mello: “Incorporou-se, então, ao ideário do Estado de Direito o ideário social, surgindo o Estado de Bem-Estar (*Welfare State*), também conhecido como Estado Assistencial ou Estado Previdência” (MELLO, 2008, p. 50). O Estado de

Welfare State defende a redistribuição da igualdade, cobrado ao Estado respeito aos direitos trabalhistas e previdenciários.

O Estado Social tenta corrigir as desigualdades pondo os direitos sociais no mesmo patamar dos individuais, garantindo meios capazes de se atingir o bem-estar da população dando-lhe qualidade de vida, mas se revela incapaz, pois as demandas da sociedade são muitas e estão sempre em conflito com interesses políticos e econômicos.

Trabalha-se o conceito de território que, explica o objeto. O conceito vem da geografia, objeto de muito debate, com o passar dos anos, com acúmulo de reflexões sobre o tema e variações de conceitos. Território é a base física do Estado, onde se exerce a soberania plena que abriga a nação. Pode-se dizer que nação existe sem território próprio, sem se constituir Estado, porém não existe Estado sem território (SAQUET, 2007).

Um dos mais renomados autores da ciência geográfica, Friedrich Ratzel, afirma que os organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos no seu território e, do mesmo modo, com o crescimento em amplitude do Estado, não aumenta apenas a cifra dos metros quadrados, mas, além disso, força, riqueza, potência do território (RATZEL, 1990, p. 80). Segundo Ratzel, a população e o Estado necessitam do território como espaço para evoluir, sendo o território elemento da natureza inerente ao povo ou à nação, conquistado e protegido. Moraes (1990) acrescenta:

Aceita-se como regra que uma grande parte dos progressos da civilização são obtidos mediante um desfrute mais perspicaz das condições naturais, e que neste sentido esses progressos estabelecem uma relação mais estreita entre povo e território. Pode-se dizer ainda, em um sentido mais geral, que a civilização traz consigo o fortalecimento de uma ligação mais íntima entre a comunidade e o solo que a recebe (RATZEL, *apud* MORAES, 1990, p.72).

Sendo assim, para Ratzel (*apud* MORAES, 1990, p.76), “o território existe sem a presença do indivíduo, desocupado e apolítico ou com a presença humana e com o domínio do Estado e político”. Diz também que território é o espaço onde a família encontra meios de sobrevivência, alimentação, habitação e recursos naturais, e, como as formas de sobrevivência são limitadas, é necessário que se aumente o Estado, anexando novos territórios. Para existir o Estado-nação, é necessária organização social para defesa.

Raffestin (1993) entende território a apropriação do espaço, e assim, espaço é anterior a território. Território é o resultado de ações anteriores pelo ator sintagmático (ator que realiza programa) em qualquer nível. Pela concepção, verifica-se que o autor dá ênfase político-administrativa ao território, ou seja, entende-o como espaço físico onde se localiza nação, onde se delimita a ordem jurídica e política, espaço marcado pela projeção do trabalho humano com linhas, limites e fronteiras. Para o autor, o indivíduo, ao se apropriar do espaço, territorializa-o, concreta ou abstratamente, nesse sentido território é:

Um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Haesbaert (2004, p.40) apresenta noções de território em três vertentes: “política ou jurídico-política” - o território detém determinado poder exercido não necessariamente relacionado ao poder político do Estado; vertente cultural ou simbólica - o território é a própria extensão do indivíduo, é visto, sobretudo, como produto de apropriação e valorização simbólica do grupo, em relação ao espaço vivido, em relação à cultura, costumes, lugares sagrados e vertente econômica - enfatiza a vertente espacial das relações econômicas, fonte de recursos, lugar de embates entre classes sociais e da relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho. Akerman (2004) diz que território é um espaço dinâmico e vivo onde as pessoas estabelecem relações de cooperação e poder. A cidade possui territórios distintos onde estão as condições de vida, com presença ou ausência das ações do poder público.

Políticas públicas é categoria fundante da dissertação, Koga e Nakano (2006) mostram a implementação das políticas públicas pelas necessidades emergentes no território. As relações socioterritoriais preexistentes e a previsão de novos arranjos são procedimentos básicos na formulação e implementação de políticas públicas.

Há definições de políticas públicas, com enfoque sobre aspectos diferentes visando ao modo que as constitui ou condiciona. Ao longo do tempo, o Estado passa por transformações e, para promover bem-estar social, desenvolve ações e atua em áreas distintas, saúde, educação, transporte, meio ambiente. O resultado de políticas

em áreas diferentes dá à sociedade respostas para as demandas sociais. Políticas públicas são ações e decisões do governo, voltadas para solução dos problemas da sociedade. A política é pública porque tem como natureza a atividade ligada às estratégias governamentais, direcionadas a solucionar problemas públicos, sob o comando de setores estatais.

No fim do século XIX e início do século XX, com as mudanças do capitalismo que prevalecem às ideias de Estado mínimo, quando o Estado apenas assegura a ordem, a propriedade e o mercado e passa a ser apenas regulador natural das relações sociais. O Estado liberal tem demonstrado que a sociedade liberal não é capaz de se organizar plenamente para atingir o bem comum, a contento de todos.

As políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área, a longo prazo. (CUNHA, 2002, p.12).

Dias (2003, p.121), ao definir políticas públicas, admite que constituem um “conjunto de ações executadas pelo Estado, como sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade”, formadas pelas “linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e tem que estar direcionadas ao bem comum”. Dessa forma, as políticas públicas mostram que o governo pensa e age em favor do bem coletivo. E para alcançar o bem coletivo, o governo estabelece metas e prioridades para direcionar os escassos recursos para satisfação de diversas demandas da sociedade.

A sociedade apresenta demandas aos representantes vereadores, deputados e senadores - poder legislativo, que, por sua vez, entregam as demandas para prefeito, governador e presidente da república que são o poder executivo. Diz Saravia (2006, p.28) que as políticas públicas são “fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade”. Mas não há garantia que reivindicações dos grupos organizados sejam atendidas, pois no processo de implementação das políticas públicas, há seleção de áreas prioritárias e devem ser as mais vulneráveis da sociedade, impedindo que se resolvam todas as demandas para todos. Para as políticas públicas se tornarem eficientes, faz-se necessário planejamento integrado com demandas e com elaboração de planos, programas e projetos.

O turismo tem um dos maiores índices de crescimento como políticas públicas e atividade econômica. O setor público fomenta a política derivada com regulamentação e incentivos à atividade turística, inserindo o turismo em políticas prioritárias estabelecendo metas e ações planejadas.

Desse modo, importante conceituar turismo para melhor entendimento da atividade. O turismo apresenta-se em diversas dimensões. É a política econômica que se aloca mundialmente, em territórios, em muitos momentos, depende das políticas públicas em parcerias com políticas da iniciativa privada. Assim, Rodrigues (1999) mostra a complexidade do turismo dizendo:

É certamente um fenômeno complexo, designado por distintas expressões: uma instituição social, uma prática social, uma frente pioneira, um processo civilizatório, um sistema de valores, um estilo de vida, um produtor, consumidor e organizador de espaços, uma “indústria”, um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços (RODRIGUES, 1999, p.17-18).

A atividade turística perpassa todas as áreas do conhecimento, motivo de pesquisa e estudo em países e universidades. Afirmo Coriolano (2006) que o turismo envolve diferentes abordagens, sendo que, em qualquer uma, faz-se necessário dar enfoque ao papel do espaço, na reestruturação do sistema econômico e do território. Na atividade turística, há interação de pessoas, lugares, mercados, empregos, trabalho e políticas como força central do desenvolvimento. A autora destaca que, para haver turismo, é necessário viagem e lazer, entretenimento, prazer, satisfação, independentemente do motivo da viagem. Fuster (1974) defende que, turismo, dá-se com a permanência do indivíduo em local distinto da residência, cuja motivação esteja relacionada com o bem-estar, espiritual, físico ou profissional.

A Organização Mundial de Turismo (OMT) padroniza o conceito de turismo para viabilização dos negócios e diz que “turismo compreende as atividades desenvolvidas por pessoas que viajam e ficam em diferentes lugares fora do seu ambiente habitual, por um período inferior a um ano para o tempo de lazer, negócios e outros” (OMT, 2005).

O turismo movimenta enorme volume de pessoas e de capital, cria e recria espaços, dinamiza economias, políticas e culturas nos países, em especial no Brasil e estado do Ceará.

3 DO CEARÁ ARCAICO TRADICIONAL AO CEARÁ MODERNO E TURISTIFICADO

O Ceará localiza-se no norte da Região Nordeste do Brasil e tem por limites os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba a leste, Pernambuco ao sul e Piauí a oeste. Ocupa área de 146.817 km², banhado ao norte pelo oceano atlântico, em extensão de 573 km de litoral. Figura 1: território cearense com as regiões de planejamento.

Figura 1 – Regiões de Planejamento do Ceará



Fonte: IPECE (2014).

O semiárido, segundo Souza (2015)¹, registra presença de secas cíclicas e temperaturas médias elevadas, entre 24° e 30° C, vegetação de caatinga representam as condições geoambientais em quase 88% do total do território cearense.

A produção agrícola e criação pecuária dão-se na região semiárida, segundo o Atlas dos Recursos Hídricos do Ceará (2008), pela existência de açudes com capacidade para 10 bilhões e 610 milhões de m³ de água, sustentáculo da economia cearense. Com a produção agroindustrial, cultiva-se feijão, milho, frutas para exportação, serviços, em especial, comércio e turismo. No setor industrial, têm destaque as produções de fibras têxteis, confecções, calçados, alimentos, metalurgia e química.

O Ceará passa por intensas intervenções governamentais e se reorganiza com influências externas criando condições para adequar o território às atividades econômicas, mediante estruturas instaladas com expansão de redes eólicas, termelétricas, construção de estradas e equipamentos portuários, aeroviários, entre outros. Juntamente com Bahia e Pernambuco, o Ceará tem posição de destaque entre os Estados da Região Nordeste do Brasil, na implantação de políticas de desenvolvimento, optando pela atração de empreendimentos industriais externos e criando incentivos à expansão e diversificação das atividades industriais de empresas locais.

A cana de açúcar, pecuária e algodão são responsáveis pela estruturação da economia, principalmente no período colonial. Na segunda metade do século XIX, com a criação da indústria têxtil e urbanização, inicia o período de superação do arcaico. Décadas mais tarde, tem-se a integração da Região Nordeste a sudeste, por ser a última, centro de referência da industrialização do país.

Na década de 1980, com crises econômicas, nacional e local, verifica-se que Pernambuco, Bahia e Ceará apresentam-se com posicionamentos econômicos. O Ceará mergulha em crise financeira aguda, com diminuição de incentivos fiscais e de financiamentos externos. A incapacidade do Estado de gerir receitas, criar novas fontes de poupança e controlar despesas é visível. Com a entrada de Tasso Jereissati, na gestão pública, no comando do governo estadual, a economia se reestrutura, a partir da década de 1990, com expressiva transformação nas atividades econômicas. A reforma administrativa e fiscal, associada a investimentos em infraestrutura e a política da

¹ Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2015/files/p1274.pdf>>.

guerra fiscal adotada pelo Ceará, faz rápido crescimento econômico com desempenho industrial, em detrimento do setor agrícola em declínio, motivo de críticas ao governo. A participação da agropecuária está em declínio com relação ao setor industrial, setor de serviços também tem participação reduzida, o que evidencia perda do setor de serviços, em benefício do setor industrial.

A análise das transformações do território mostra estruturação política, econômica e social viabilizada pelas políticas públicas. Para compreensão do processo, faz-se necessário conhecer a formação do estado, bem como relações socioeconômicas do estado e Região Nordeste.

A ocupação do litoral nordestino se dá com o plantio da cana de açúcar e do sertão com a pecuária. No final do século XVII, a cultura canavieira avança pela zona da mata nordestina, com crescente necessidade de espaços do litoral para plantio e exploração da cana-de-açúcar e pecuária alocada no sertão.

A capitania do Siará Grande, em 1656, encontra-se subalterna administrativamente a Pernambuco, próspero e rico, onde se produz açúcar para exportação. O vínculo de dependência do Ceará com Pernambuco perdura até o fim do século XVIII. A atividade complementar à produção da cana-de-açúcar é a primeira que se aloca no interior do Nordeste e Ceará tendo, como rota de entrada das boiadas, as margens dos rios Jaguaribe, Acaraú e Ceará, delineando o início da ocupação territorial, a ocupação do sertão pelos colonos pecuaristas acontece, segundo o historiador cearense Capistrano de Abreu (1996), pelas rotas: do sertão de fora, dominado pelos pernambucanos que seguiram pelo litoral até o Maranhão, passando pelo Ceará e rota do sertão de dentro, controlada pelos baianos, que vinham pelo interior do Nordeste, abrange do médio São Francisco ao rio Parnaíba, no Piauí, ocupando a Região sul do Ceará. Pernambucanos e baianos estão no movimento da corrente exploratória no Ceará (ABREU, 1996, p. 233).

Em 1720, encontram-se registros de criação do gado na região do Ceará, principal atividade comercial, responsável pelo povoamento e colonização do território. Segundo Amora (1978, p.13), “A criação do gado foi a primeira atividade econômica desenvolvida no Ceará e em todo o sertão nordestino. Exerceu importante papel na ocupação do território, além de ter servido de suporte à cultura canavieira da faixa

úmida do litoral”. A pecuária exerce importante papel na ocupação do território, com influência no processo de ocupação do espaço ocupado pelos índios. Segundo o historiador Capistrano de Abreu (1996, p.17), “a expansão” mais apropriado dizer invasão “das terras não ocorre pacificamente”, tribos pertencentes ao tronco cariri, às margens do rio São Francisco, lutam em defesa de terras. Os indígenas consideram a terra símbolo de identidade ou valor de uso, enquanto para os colonos tem valor de troca e de meio de produção.

O território tinha significado diferenciado para os povos indígenas e para os colonos. Para estes últimos, a terra era, sobretudo um meio de produção, enquanto que para os povos indígenas, além de ser um dos meios que lhes garantia a sobrevivência, o território constituía-se um valor simbólico, através do qual se definia a própria identidade Pinheiro (ABREU, 1996, p.18).

Na explicação de Leite (2002), a luta entre invasores e indígenas, é acirrada pelo desenvolvimento da pecuária sertaneja. Colonizadores e indígenas lutam pela ocupação do sertão e a batalha estende-se por volta de 1720, e se consolida com a vitória dos portugueses, pernambucanos, baianos, sergipanos, rio-grandenses e paraibanos expropriando índios e transformando as terras indígenas do Ceará em território da pecuária. Diz Pinheiro (2000, p.55) que “o genocídio e o etnocídio perpetrados contra os povos indígenas tiveram como decorrência o quase desaparecimento da cultura indígena no território cearense”. Assim, é fundamental que se verifique que um dos instrumentos eficazes é a expropriação de territórios de povos indígenas, para possibilitar a expansão da pecuária.

Após domesticação dos índios, no final do século XVII, a ocupação do sertão se intensifica com a implantação de fazendas de gado. A pecuária extensiva promove a ocupação do interior e algumas das principais cidades que hoje exercem destaque central na rede urbana, foram fundadas ou elevadas à categoria de vila, ao longo do século XVIII. As vilas Icó, Aracati, Sobral, Iguatu surgem do encontro de rotas por onde o gado vivo é tangido até as feiras para entrega a compradores.

Os grandes produtores de carne de gado são estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, enquanto Pernambuco e Bahia, consumidores. Muitos criadores vendem o gado abatido, em forma de mantas de carne salgadas e secas ao sol, denominadas carne de sol, jabá ou charque.

As instalações onde o gado é abatido e a carne passa pelo processo de salgação e secagem conhecem-se como charqueadas, os produtores abatem o gado em locais próximos a portos, Aracati no Ceará e salinas em Mossoró. O escoadouro é a estrada da boiada, também conhecida como “caminho dos Inhamuns”, que leva boiadas do Piauí e do sertão central do Ceará aos mercados pernambucano e baiano.

Entre os anos de 1750 a 1800, Aracati vive momento próspero como praça econômica do Ceará, mas a instabilidade climática, provocada pela alternância entre períodos de seca e invernos devastadores, como a grande seca de 1790-1792, faz a atividade pecuarista entrar em declínio e as charqueadas vão desaparecendo da região. As charqueadas iniciam período importante para o Ceará, pois dinamizam a economia da região, ao longo do século XVIII e XIX. As condições favoráveis de adaptação do gado e a disponibilidade de terras fizeram surgir, segundo o historiador Capistrano de Abreu (1963, p.149), a “Civilização do Couro”:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água; o mocó ou alforge para levar comida, a mala para guardar roupa, mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.

O ciclo econômico seguinte é o do algodão, conhecido pelos índios, com pequeno cultivo, mas com a demanda externa provocada pelos acontecimentos internacionais, no fim do século XVIII e início do século XIX, a produção é expandida em solo cearense. A necessidade de novo polo exportador de algodão surge para atender a Inglaterra, e o Ceará se insere na divisão internacional do trabalho abrindo portas para entrada do capital inglês.

Maior fornecedor de algodão à indústria têxtil inglesa, os Estados Unidos, enfrentam no final do século XIX, a guerra de Independência, e todos os esforços da sociedade civil se voltam ao combate bélico, diminuindo, assim, exportações de algodão para a Europa, desequilibrando o mercado internacional. Ante os acontecimentos, a economia deixa de ser essencialmente pastoril para agregar o algodão e avançar rumo à expansão do capitalismo comercial da agricultura e pecuária.

A cultura do algodão inicia o ciclo agrícola e a produção encontra, no semiárido, condições propícias à produção, pois não necessita de períodos de chuvas regulares, é plantado e colhido em curto período de tempo, além de não exigir alto investimento na plantação, no manuseio e pouca mão de obra. O algodão reúne, como atividade, elementos que favorecem o Ceará como produtor e exportador da matéria prima. Na década de 1860, o Ceará se torna o maior exportador de algodão do Brasil superando os números de exportação do café, que, até aquele momento, era o produto principal da política econômica do Brasil.

No interior, no sertão semiárido, as relações de trabalho passam por transformações na segunda metade do século XIX. A relação paternalista e de compadrio dos fazendeiros com sertanejos é quebrada e os parceiros pobres e livres são coagidos a trabalhar na produção de algodão, mandioca, trazendo benefícios a donos de terra que ficam cada vez mais ricos, enquanto os trabalhadores enfrentam pobreza e miséria. Segundo Mattos (1980), na seca de 1877, os sertanejos deixam de contar com a dita benevolência dos ricos e tornam-se retirantes e migram para a cidade grande, quando alguns partem para o mundo do crime.

Na capital Fortaleza, o porto do Mucuripe é a porta de saída para a exportação da produção do algodão para a Europa e atrai, para a cidade, alto volume de recursos, consolidando a economia. Fortaleza torna-se porta de entrada de europeus altera padrões culturais, mudando costumes e baseia a organização urbana na moda europeia. Pequena parte da população que enriquece com a exportação do algodão muda os costumes e passa a copiar a moda de Paris. As mulheres usam roupas longas com várias saias, anáguas, espartilhos, luvas e chapéus, os homens trajam ternos limpos e bem passados, com gravatas e flor na lapela e leem livros recomendados pelos franceses, no período que vai de 1860 às primeiras décadas do século XX, quando a capital vive a época conhecida como “Fortaleza *Belle Époque*”.

A cidade organiza-se de acordo com determinações do urbanismo internacional, com divisão da malha urbana em xadrez e cortes ortogonais, não deixando espaço ao crescimento desordenado. A mobilidade da população é feita pelas carroças puxadas a burros que, mais tarde, substituídos pelo bonde elétrico. Equipamentos urbanos, telégrafos e telefones se tornam símbolos do desenvolvimento,

enquanto praças, cafés e *boulevard* são vistos como espaços para que a nova elite se sociabilize. A capital Fortaleza afrancesada, tendo Paris, por exemplo, de civilidade, é, para poucos e afortunados, a maior parte da população vive na miséria, em áreas periféricas de difícil acesso e sem qualquer ligação com a cultura europeia. Figura 2: trajes da moda francesa copiada pelos fortalezenses.

Figura 2 – Moda na Fortaleza Belle Époque (1920)



Fonte: <www.primeirafila.wordpress.com>.

O fato de o Ceará possuir 86,8% do território, inserido no semiárido, com períodos de grande estiagem atinge diretamente agricultores pobres que dependem da produção para sobrevivência, o que aprofunda questões sociais, aumentando a desigualdade entre ricos e pobres (Pacto Pela Convivência com o Semiárido Cearense, 2011, p.14). A desigualdade fica latente com a seca de 1915, como afirma o historiador Marco Antônio Villa (2000), Fortaleza recebe sertanejos que fogem da seca à procura de trabalho e dignidade. Os retirantes trazem à cidade, que não está preparada para receber número de pessoas quatro vezes maior que o da população existente, epidemias, crimes e saques. O governo não toma medidas para amenização do problema da seca, despreparado para lidar com a situação, na urgência de acalmar a sociedade que sofre com cenas de sertanejos maltrapilhos e famintos, constrói campos de concentração na zona oeste da capital, no local denominado Alagadiço, atual bairro Otavio Bonfim.

A guerra nos Estados Unidos da América termina e o país bélico volta a produzir algodão, o que faz preterida produção do Nordeste brasileiro, perdendo posição de grande exportador. A saída para absorção da produção de algodão é estimular o surgimento de indústrias têxteis na região e, assim, o Nordeste torna-se grande centro da indústria têxtil nacional. Pereira Júnior (2003) assevera que vêm do algodão as primeiras iniciativas de industrialização, empresas de fiação e tecelagem se distribuíram pelos municípios do Estado, principalmente em Fortaleza.

No final do século XIX, o Ceará rompe com a economia rural e arcaica e se prepara para o advento da industrialização, com exploração de novas riquezas pela cultura de oiticica, carnaúba, mamona, café, caju e de minérios. Segundo Amora (1978), para compreender a industrialização, é preciso dividir o processo em períodos: primeiro inicia no fim do século XIX até os anos 1950, momento em que se instalam indústrias de aproveitamento da produção agrícola, têxtil, beneficiamento de sementes e curtimento do couro; o segundo compreende os anos 1960 até meados da década de 1980 e o terceiro, final da década de 1980 até hoje.

Na primeira fase de industrialização, emergem comerciantes em destaque, na capital e interior, fortalecendo a classe média que tem conhecimento e acesso ao meio social político e cultural. A fábrica de tecidos Progresso, pertencente a Thomas Pompeu de Sousa Brasil e Antônio Pinto Nogueira Accioli (futuro governador), inaugurada em 1884, é marco inicial do processo de industrialização. Figura 3: fachada da fábrica de Tecidos Progresso que inicia o período fabril cearense e transforma a capital em grande centro exportador e de transformação de produtos primários.

Figura 3 – Fábrica de Tecidos Progresso – 1884



Fonte: <www.fortalezaemfotos.com.br>.

A expansão de produtos da indústria têxtil é seguida pelas novas implantações de indústrias de óleo vegetal, fornecedoras de matéria-prima para alimento e sabão, cria-se, assim, mutualidade entre setores. A fábrica de produtos Siqueira Gurgel, faz parte da cultura com o popular sabão Pavão. Figura 4: fachada da Usina Gurgel, da firma Teófilo Gurgel Valente, fundada em 12 de outubro de 1919.

Figura 4 – Usina Siqueira Gurgel – 1919



Fonte: <www.fortalezaemfotos.com.br>.

Por volta de 1891, criam-se a Companhia Cearense de Curtumes, pioneira na industrialização de couros e peles, Companhia Fabril de Meias e Companhia Industrial do Ceará, atuante na extração de minérios, na fabricação de cal, tijolos, telhas, ladrilhos e azulejos, para atendimento à demanda crescente pelo material de construção de lojas e novas residências. Sobre o primeiro momento do processo de industrialização, do Ceará e Nordeste, Amora (1978) afirma que:

As indústrias implantadas nesta fase, o foram em função do setor primário. Não só surgiram indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas para exportação, como também aquelas voltadas para o atendimento do mercado criado pela própria economia exportadora [...] o comportamento da indústria e dos serviços, numa economia voltada para a exportação produtos primários, é uma função direta da situação desse setor, ou seja, do mercado criado pela produção de bens exportados. Daí terem sido criadas, em centros como Fortaleza, indústrias tradicionais, mais precisamente têxteis, que produziam tecidos grosseiros para atender um mercado regional de baixo poder aquisitivo. Em outras palavras, a estrutura econômica vigente no Nordeste, contribuindo para a manutenção de baixos salários, condicionou a implantação de indústrias tradicionais de baixa produtividade, produtoras de bens de consumo simples e de baixo preço (AMORA, 1978, p. 20).

A industrialização acelera-se no país, mas, no Ceará, a economia passa pela estagnação. “Em 1959, o Produto Interno Bruto (PIB) encontra-se distribuído da seguinte maneira: 10,3% na atividade industrial, 34% no setor agropecuário e 55,7% no setor de serviços” (MENELEU NETO, 2000, p.50). Bernal (2004) diz que, nos anos de 1950, tem início a crise na indústria, devido à falta de renovação de maquinário, de avanços tecnológicos que tornam a estrutura existente obsoleta, fazendo os custos de produção aumentar. O período se esgota com a deficiência de infraestrutura básica, principalmente falta de investimento no setor de energia elétrica, comunicação, transporte rodoviário e portuário precário, além da distância do centro comercial dominante.

A década de 1960 inicia com progressivo processo de industrialização, identificada segunda fase, e urbanização de novo impulso, na década de 1980, e não deixa de ser impulsionada. Incentivos fiscais se oferecem para que indústrias se instalem no Estado, e a economia, baseada em atividades agropecuárias, se renova com o setor terciário de comércio e serviço, em destaque o setor turístico.

O período é marcado pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, cuja política é voltada para os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará e tem como marca a captação de recursos procedentes

principalmente da Região Sudeste, para modernização das indústrias e implantação de novos investimentos, além de implantar ações sociais no gênero alimentício e assistência sanitária, obras contra seca, geração de emprego e medidas emergenciais para atendimento à população pobre. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005).

Ocorrem, principalmente em Fortaleza, transformações de estrutura industrial, por causa de incentivos fiscais e aumento da participação de novos ramos da indústria, principalmente metalúrgico, produzindo material de embalagem para fábricas de beneficiamento de produtos agrícolas. Mas, segundo Amora (1978, p.91), trata-se de “uma atividade complementar da indústria tradicional e que não se enquadra no rol das atividades mais dinâmicas, ao contrário das indústrias que se instalaram em Pernambuco e mais ainda na Bahia”.

O impacto da política da SUDENE não altera significativamente o perfil da indústria, com manutenção das atividades tradicionais que utilizam a matéria-prima do gênero alimentar e têxtil, embora tenha incluído setores dinâmicos, por exemplo, metalúrgico, para diversificar a produção. Destaca-se, nessa fase, a expansão do mercado de produtos industrializados, direcionando produtos manufaturados ao mercado nacional e produtos beneficiados para o mercado externo. Resultado:

Nova dinâmica industrial criando demanda de insumos industrializados ou semi-industrializados, adquiridos doravante, em outras regiões do país, alterando, desta forma, as relações econômicas e espaciais. Com relação ao mercado, as indústrias implantadas desencadeiam novos fluxos: a maior parte da produção de manufaturados destina-se ao consumo nacional, contrariamente a fase anterior cuja produção era absorvida pelo comércio local e regional, a exemplo dos tecidos de algodão. Em síntese, a indústria se desenvolve no Ceará a partir deste período, sob a égide da SUDENE, especializa-se, no geral, em dois grandes setores produtivos: os produtos manufaturados que tem como destino o mercado nacional e os produtos beneficiados destinados à exportação (AMORA, 2005, p. 375).

O fluxo de recursos originários de incentivos fiscais entra em declínio e a estratégia utilizada para compensar a escassez de recursos financeiros, se dá por meio de investimentos. Tem-se a política de desconcentração industrial cujo mote é incentivar a descentralização dos empreendimentos, levando-os para municípios. No âmbito nacional, acontece o movimento de transferência do Sul e Sudeste, principalmente de São Paulo, como forma de desconcentrar o parque industrial das regiões e, no âmbito local, a descentralização se deu da capital para a Região

Metropolitana de Fortaleza (RMF) e municípios. Conhece-se a fase como “guerra fiscal” ou “guerra de lugares”, segundo Santos e Silveira (2001, p. 112).

No fim da década de 1980, começa o terceiro período da industrialização, quando o cenário mundial e nacional político-econômico é alterado pela abertura internacional de economias pelo governo Collor, os governos estaduais têm maior autonomia e mudanças interferem diretamente na industrialização. Nesse momento surge nova forma de fazer política, idealizada pelos empresários do Centro Industrial do Ceará (CIC), com propostas de transformação, com investimentos em infraestrutura, capaz de viabilizar o desenvolvimento e materialização de estratégias para a captação de novas indústrias, de empresas de turismo e agronegócio.

Com a eleição de 1986, dá-se movimento amplo de renovação de políticas que influencia decisivamente o comportamento da economia até hoje, liderado pelo governador Tasso Jereissati, rompe com a política tradicional dos coronéis e inaugura o autodenominado “Governo de Mudanças” cuja proposta é a agressiva política industrial vinculada a preceitos liberais, ou seja, aproveitamento do neoliberalismo adotado no capitalismo global, fato compreendido por Bonfim (2002, p. 36) como “subordinação da política aos objetivos de mercado e de expansão dos negócios privados estaduais, na busca de índices satisfatórios de crescimento econômico e de alternativas para o desenvolvimento estadual”. A medida do governo é modernizar a gestão e sanear a máquina estatal, pelo corte de despesa e redução de gastos públicos, instaurando novo projeto político nos moldes da burguesia instalada no Centro Industrial do Ceará (GONDIM, 2015).

O sucesso político da elite inovadora, num Estado pobre e distante dos grandes centros do País, desperta interesse e curiosidade sobre o Ceará, especialmente, por ser evidente, no cenário nacional, ambiente de crise e direcionamento político por parte do governo federal, na tentativa de consolidar a agenda neoliberal. Cabe aos estados nordestinos opção pelo endividamento externo ou utilização de estratégia de “guerra fiscal”. A contínua perda de recursos dos estados nordestinos provoca a busca por capitais privados, principalmente, os estados Ceará, Paraíba e Bahia, reconhecidamente agressivos (BERNAL, 2001).

O governo elege estratégias econômicas de ampliação de captação de capital privado. Atrair indústrias tradicionais do sul e sudeste, com oferta de

infraestrutura, incentivos fiscais e mão de obra barata e de desenvolvimento turístico, transformando Fortaleza em polo turístico.

A crise da indústria gera mudanças na economia mundial, discursos políticos adotam o turismo como atividade prioritária, como forma de desenvolvimento econômico, inicia, então, o árduo trabalho para modificar a imagem tradicional da região, de seca, fome, miséria para imagem moderna, com ênfase na industrialização e serviços, com destaque do turismo. As políticas públicas trabalham com duas vertentes: a primeira cria infraestrutura disponível e acolhedora, para atrair investidores com interesse, e a segunda é a construção, por intermédio de comunicação adequada, de relação positiva da população com o assunto turismo, sensibilizando e mostrando como o Ceará pode se tornar próspero, com oportunidade de crescimento, por meio da expansão do turismo.

No início da década de 1990, dão-se as primeiras iniciativas concretas de estímulo ao turismo, ao se implantar o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará (PRODETURIS). O programa antecede o programa do governo federal – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), concebido pelas gestões de governadores do Nordeste em conjunto com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com a SUDENE, com o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE), envolvidos no trabalho conjunto para o desenvolvimento da Região Nordeste do Brasil (CORIOLANO, 2004; AIRES FILHO, 2013). Em 1995, com o turismo como atividade importante para o dinamismo da economia, elabora-se o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará e é criada a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR/CE) para planejamento de atividades turísticas, a longo prazo (1995-2020), e mais tarde, responsável por coordenar e executar o PRODETUR. O principal objetivo das políticas públicas é transformar o Ceará, em destino turístico consolidado, por meio da reestruturação econômica, marketing promocional, infraestrutura urbana e turística, mão de obra qualificada, atrativos a investidores em turismo.

Na década de 1990, por meio de políticas públicas PRODETURIS E PRODETUR/NE, implantaram-se projetos e obras estruturantes para fomentação da atividade turística, fortalecendo principalmente a capital Fortaleza e região

metropolitana, empreendimentos: construção do novo terminal do Aeroporto Internacional Pinto Martins, construção da Via Estruturante CE-085, Programa de Infraestrutura Básica e Saneamento de Fortaleza (SANEAR), Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), Metrô da Região Metropolitana de Fortaleza (METROFOR), Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos (PROURB) que mudam a realidade. Políticas públicas de incentivo ao turismo, ao longo dos anos 2000, continuam com chegada de novos gestores ao poder. Apesar da mudança de partidos, a atividade turística continua sendo a “menina dos olhos” dos governantes que investem em infraestrutura do turismo.

Nos anos de 2007 a 2013, o governo em parceria com governo federal e municipal fazem investimentos, segundo dados do IPECE (2014, p.170), na ordem de R\$4,1 bilhões destinando recursos principalmente à construção de aeroportos, portos, rodovias, infraestrutura urbana e construção de equipamentos turísticos.

O Ceará arcaico, marcado pela seca, fome e pobreza, é transformado e divulga-se a marca do turismo de sol e praia. O governo esforça-se para promover políticas públicas com intuito de inserir o Ceará no circuito da produção e consumo globalizado, bem como incentivar a indústria, o agronegócio e investir pesadamente na construção de infraestrutura turística. Quadro 1: Investimentos iniciados em 2007.

Quadro 1 – Investimentos turísticos no Ceará

OBRA	Valor (R\$)	SITUAÇÃO
Aeroporto Internacional Aracati	23.746.467,94	Concluído
Aeroporto Internacional Jericoacoara	56.000.000,00	Concluído
Aeroporto Internacional Pinto Martins	458.000.000,00	Previsão de entrega 2020
Centro de Eventos do Ceará	580.000.000,00	Concluído
Centro de Eventos do Cariri	16.270.291,10	Concluído
OBRA	Valor (R\$)	SITUAÇÃO
Ampliação e duplicação da CE 040 (Aquiraz/Beberibe)	278.000.000,00	16% entregue
Ampliação e duplicação da CE 085 (Caucaia/Paracuru)	80.474.382,52	Concluídos trechos I e II, III em andamento
Acquário Ceará	150.000.000,00	Sem data prevista para entrega
Implantação Terminal do Mucuripe	224.000.000,00	Concluído

Fonte: Adaptado de SETUR-CE (2014).

Na década de 1990, o neoliberalismo se afirma no país e o Ceará adere ao novo modelo de Estado mínimo e se destaca no cenário político brasileiro. Coriolano (2006, p. 111) diz que é atribuída ao Ceará nova função e explica que:

O turismo no Ceará não surge por acaso, nem por uma simples vontade ou decreto de governadores, mas como decorrência da ordem econômica mundial que, ao transformar a maneira de industrializar tornando-a flexível, por globalizar a produção e aproximar os espaços pelas tecnologias, precisa dos lugares periféricos estruturados para dar suporte a essas mudanças.

Há mais de 25 anos, governos estaduais avançam em relação à política de turismo pela captação de recursos, com investimento em projetos que beneficiam áreas do estado. De 2000 a 2017, as políticas de turismo se intensificaram, apesar da crise econômica do país. Governos e empresários investem na atividade acreditando que o turismo ajuda a superar os problemas socioeconômicos.

3.1 MUDANÇAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO

O Ceará, nos últimos trinta anos, passa por reformas e a economia se destaca. Entre os anos de 1985 a 1999, ganha destaque, devido às reformas estruturais do setor público e disciplina fiscal que fazem o crescimento econômico cuja taxa acumulada de variação do PIB, principalmente em áreas urbanas e setores industrial e serviços, no período, fica acima dos produtos regional e nacional. O ano de 1987 inicia, assim, nova história política, com Tasso Jereissati e políticas que se contrapõem aos tradicionais coronéis liderados por Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra, responsáveis pelo atraso em relação a estados de regiões sul e sudeste, que se alternam no poder, com práticas de políticas de clientelismo, apadrinhamento, patrimonialismo e nepotismo.

Coronéis tradicionais e modernos agrupam-se em oligarquias, dominam a cena política e constroem a história política com pactos políticos para manutenção do *status quo*, derrota de forças políticas emergentes e permanência da política baseada em relações de clientelismo, fundamentada em princípios do paternalismo e dependência. Desde tempos coloniais, as rédeas da governabilidade estão em mãos de

famílias poderosas. A princípio a família Castro, seguida pelas famílias Alencar, Pompeu, Feitosa, Fernandes Vieira, Paula Pessoa, Jereissati, Ferreira Gomes.

Oligarquia é o sistema de governo em que as decisões estão em mãos de pequeno grupo de pessoas. Tem origem grega, *óligas* significa alguns e *arkias* é igual a poder. É meio termo entre a monarquia, governo de um só, e democracia, governo de todos. No Ceará, o período marcado pela oligarquia acciolina usa e abusa dos poderes, em benefício de apadrinhados. Farias (2012, p. 236) explica que:

Eis, pois, Senhores Deputados, o quadro geral da administração do Ceará na qual, inexistente o empreguismo, em que os cargos públicos só podem ser ocupados mediante prova de seleção ou concurso; onde o Governo banuiu a perseguição como instrumento de ação política. Em que todos os cidadãos realmente são iguais perante a Lei e a Autoridade, seja qual for sua filiação partidária. Um Governo anticorrupção, incorruptível. O Diário Oficial aí está para a decência e a tarefa saneadora no trato da coisa pública. Governo sem negociatas e sem protecionismo, onde as concorrências são sempre postas limpamente diante dos olhos vigilantes da imprensa e da opinião pública².

O governo Virgílio Távora, em 1979, desenvolve o primeiro Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará (PIDT-CE), com base em diagnóstico do Estado dividindo-o em regiões e centros turísticos, com abrangência de trinta e oito municípios. De seis regiões turísticas, três se localizam no litoral: região I – Fortaleza e praias adjacentes; região II – Cascavel, Beberibe e Aracati no litoral leste; e São Gonçalo do Amarante, Paracuru e Trairi no litoral oeste. Coriolano (1998, p. 360-361) mostra que se insere no programa de eletrificação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), adota política de incentivos fiscais e implanta o parque industrial com objetivo de transformar o Estado em terceiro Polo Industrial do Nordeste, constrói rodovias que ligam cidades do interior atraindo grupos industriais. No segundo mandato (1979-1982) lança o PLAMEG II, pela modernização e expansão do setor têxtil e instala refinaria de petróleo e siderúrgica, marcando, assim, início do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI) cujo objetivo é promover o desenvolvimento das atividades industriais, em todo o território. Segundo Farias (2012), nos anos de 1970, a ditadura vive o apogeu - econômico e repressivo, é a época do “milagre brasileiro”. Jorge Neto (2009, p.32) traz dados da economia na década de 1970, com

² Virgílio Távora, Preâmbulo da Mensagem à Assembleia Legislativa de 15 de março de 1965, p. 10 – Secretaria de Educação do Ceará.

incentivos do Estado, por meio de órgãos, SUDENE, BNB e de mecanismos, Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR).

No decorrer da década de 1970, a economia cearense apresentou um processo constante de crescimento, com taxa média anual de 12,9%, decrescendo apenas em 1974, quando o PIB caiu 3% em relação ao ano anterior. Em 1970, o PIB cearense participava com 12,2% do PIB do Nordeste e com 1,5% do PIB do Brasil, em 1983, as participações eram respectivamente 12% e 1,7%. [...] com relação ao setor industrial observa-se que este apresentou no período 1970-1983, um crescimento médio de cerca de 11%.

Sem tradição na política, César Cals tecnocrata, homem de confiança do sistema, credenciado pelos conhecimentos técnicos, na área de energia, na direção de serviços de luz e força de Fortaleza, nos anos de 1950, e na presidência da Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança, Bahia, ao fim da década de 1960. Para composição do secretariado, busca pessoas em Pernambuco, que mantém rivalidade histórica com Ceará. A realização administrativa popular do governo Cals é a criação da Companhia Energética do Ceará (COELCE), em 1971, e criação da Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR), marco do turismo. Cals incentiva o turismo, até então, atividade de pouca relevância econômica e influência sobre a realidade socioespacial. Inaugura também, em 1974, o Centro de Convenções do Ceará, primeiro equipamento da natureza implantado no Nordeste e segundo em funcionamento no país, à época.

Na sucessão de César Cals, assume o governo o coronel José Aduato Bezerra, 1974-1977, indicado pelo então presidente da República Ernesto Geisel. Eleito pela assembleia legislativa, toma posse em março de 1975. Principais realizações: instalação do sistema básico de saneamento da capital e do interior, ampliação da malha rodoviária, interiorização do Banco Estadual do Ceará (BEC) e criação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em 1977 (FARIAS, 2012).

Os coronéis iniciam a modernização conservadora, sem usufruto de “benesses”, pois, no início da década de 1980, verifica-se a derrocada do coronelismo; têm início as mudanças sociais, econômicas e políticas. A ditadura militar, base de apoio e sustentação dos coronéis, desmorona-se, o país clama pela anistia geral e o pluripartidarismo é restabelecido no país, como explica Farias (2012, p. 416):

A derrocada dos coronéis notabilizou-se com o restabelecimento do pluripartidarismo no Brasil em 1979. Enquanto a maioria do MDB-CE se aglutinaria em torno do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, a Arena, que virou Partido Democrático Social - PDS, apesar de inicialmente ter

aglutinado os coronéis, acabou dividindo-se em três partidos, cada qual comandado por um dos três oligarcas. A sigla PDS ficou apenas com Virgílio Távora, enquanto Adauto Bezerra comandava o dissidente Partido Frente Liberal - PFL, atual Democrata e César Cals, o Partido social-Democrático - PSD.

Mão forte da ditadura militar não tem poder para indicar governante, assim, as oligarquias caem, os coronéis não conciliam interesses, no emergente regime democrático e a luta é decidir quem comanda a política. A divisão do poder enfraquece os coronéis Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals. Em 1982 faz-se primeira eleição direta após golpe de 1964 e, para escolher o sucessor de Virgílio Távora, é feito acordo conhecido “Acordo de Brasília” para resolver o imbróglio sobre a escolha do candidato ao governo. Nesse acordo, por decisão, Luiz Gonzaga da Fonseca Mota, professor da UFC, técnico do Banco do Nordeste e ex-secretário de Planejamento do governo de Távora, é candidato a governador, Adauto Bezerra, vice; Virgílio Távora se candidata ao Senado Federal e a Prefeitura de Fortaleza fica para César Cals e todas as secretarias e cargos de 1º e 2º escalão se repartem entre três coronéis para agraciados e apadrinhados (FARIAS, 2012, p. 463).

Em 1988 Virgílio Távora falece sem herdeiro com a mesma capacidade de articulação política, César Cals morre três anos depois e Adauto Bezerra é o único sobrevivente, que se retira da política, derrotado nas eleições de 1986, finalizando, assim, ciclo de liderança coronelista.

O período de 1982 a 1986 é considerado período de transição, pois é intervalo entre o governo militar e o de mudanças. Gonzaga Mota, jovem de 40 anos, governa, no período de 1983 a 1986, com apoio dos coronéis Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra. A política de compadrio permanece com Gonzaga Mota que coloca amigos e familiares, nos principais cargos da máquina pública.

Com a pretensão de superação do clientelismo, Tasso Jereissati é eleito em 1986, em conjuntura política de redemocratização do país, onde os cidadãos estão em busca de direitos perdidos e de liberdade de expressão, é que o país precisa de governantes com projetos de interesse popular. Nesse contexto, Tasso equilibra as contas públicas, aumenta os recursos investidos em infraestrutura, melhora a educação fundamental, amplia os serviços na área da saúde, reduz a mortalidade infantil e expande os serviços públicos de água, energia e saneamento básico. Diz Gondim

(2015) que a eleição de 1986 que elege Tasso Jereissati costuma apresentar ruptura com a política de atraso dos coronéis, mas é preciso reconhecer que transformações significativas ocorrem, há mais de três décadas, tendo como marco inicial a criação do BNB, em 1952, e na primeira gestão do governo de Virgílio Távora, é feito o primeiro planejamento estratégico.

A coligação Pró-Mudanças reúne partidos de diferentes ideologias: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Democrata Cristão (PDC) com *slogan*: “O Brasil mudou, mude o Ceará” (BARBALHO, 2008). As gestões de Tasso Jereissati (1987 a 1991, 1995 a 1999 e 1999 a 2002) e do sucessor Ciro Gomes (1991-1994) ficam conhecidas como “Governo de Mudanças”, pela transição do governo dos coronéis, no poder por mais de vinte anos, para governo que defende a bandeira da modernidade e combate à pobreza. O governo de mudanças aplica medidas moralizadoras na administração e tem apoio de parte da população, empreende arrojados programas de projetos, na área de infraestrutura e atração de investimentos industriais. Abu-El-Haj (2002, p.91) diz que três medidas importantes são tomadas pelo novo governo, objetivando resgatar a autonomia da administração pública: nomeações predominantemente técnicas que priorizavam a qualidade administrativa em oposição ao apadrinhamento político; disciplinamento cotidiano da administração pública, com o intuito de recuperar a hierarquia administrativa e fluxo gerencial normal, necessário ao funcionamento harmonioso das instituições governamentais, e recuperação de finanças públicas e da capacidade de investimento do estado. Quadro 2: projetos de modernização do 1º governo de Tasso Jereissati.

Quadro 2 – Projetos do plano de mudanças do governo Tasso Jereissati

(continua)

Ampliação e modernização do Aeroporto Internacional Pinto Martins;
Armazenamento de água, com a construção de cinco grandes açudes de grande porte, entre os quais, Castanhão;
Construção do porto do Pecém;
Projeto São José;

Quadro 2 – Investimentos turísticos no Ceará

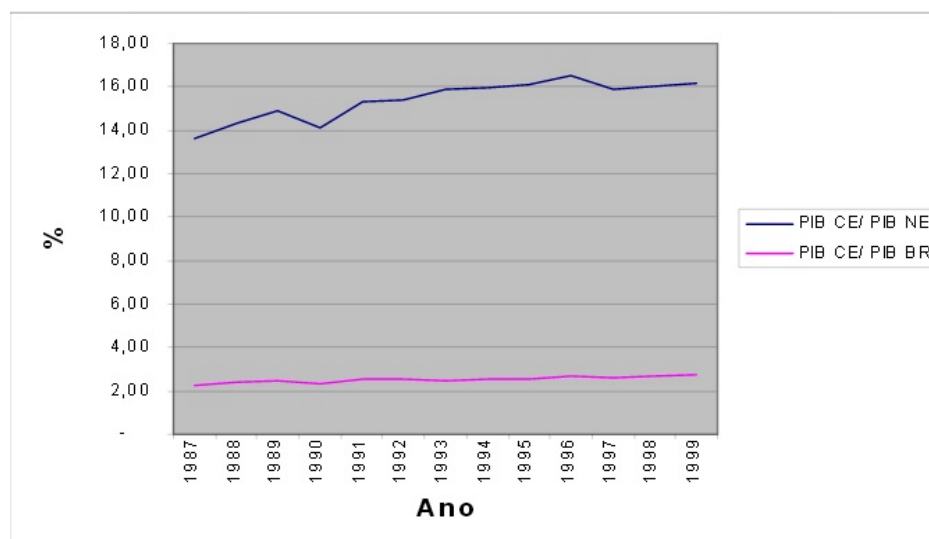
(conclusão)

Programa de Interiorização de Energia, beneficiando diretamente 11.470 propriedades rurais, construção de 2.850 km de redes de distribuição rural e 2.000 km de linhas de redes urbanas
Irrigação de mais de 13 mil hectares, beneficiando mais de 15 mil famílias. Perímetros irrigados, ente os quais, o de Tabuleiro de Russas;
Forte incentivo à agroindústria, em especial o de flores e frutas frescas;
Manutenção de 19 mil km e reconstrução de 871 km da malha viária , reduzindo de 40% (1987) para 18% (1990) as rodovias em condições precárias de uso
Programa de Desenvolvimento Turístico (PRODETURIS), consolidando o Estado em anos vindouros, como um dos principais centros de atração turística do país;
Promoção de amplo processo de atração industrial via incentivos fiscais, com especial atenção às indústrias dos setores têxteis e calçadistas, em áreas interioranas do Estado e na Região Metropolitana de Fortaleza.

Fonte: Fortaleza (1987).

Em 1987, iniciada a reforma de estado, a economia vivencia crescimento econômico nunca visto, Gráfico 01: crescimento do PIB, em relação ao PIB nordestino e do nacional, no período de 1987-1999.

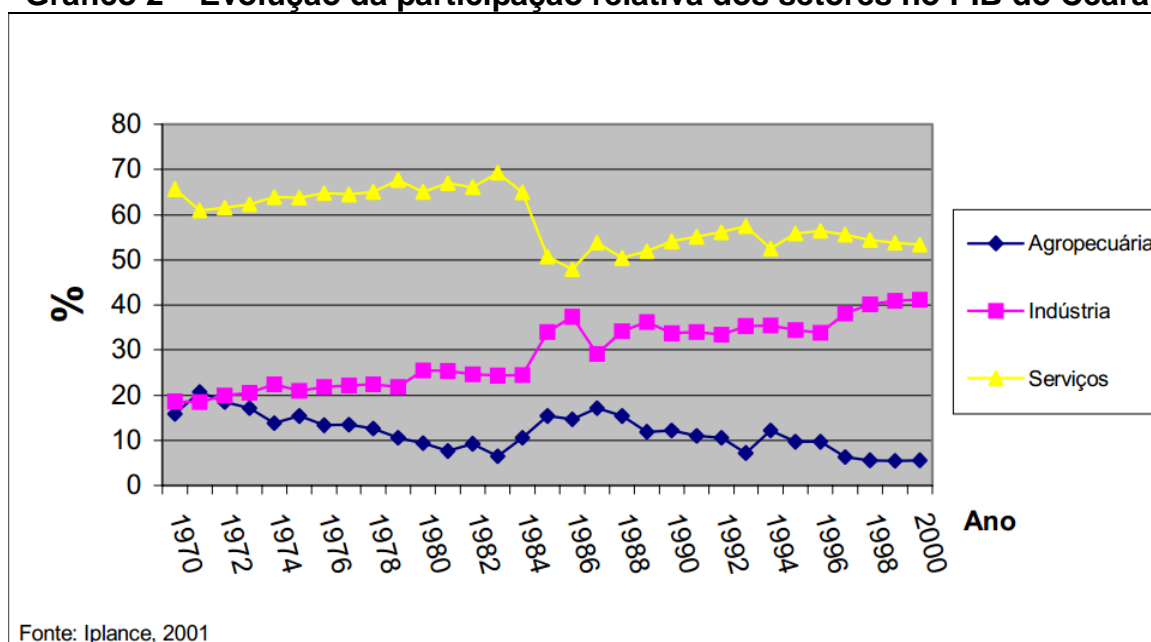
Gráfico 1 – Participação relativa do PIB do Ceará sobre o PIB do Nordeste e do Brasil



Fonte: IPECE (2001).

No período “Governo de Mudanças”, o Estado melhora a posição, no cenário econômico nacional, quase ininterruptamente por mais de 10 anos e aumenta a credibilidade e confiabilidade frente a mercados nacional e internacional e passa a exemplo de boa governança para estados da federação. Promove reestruturação da base econômica, faz a transição do Ceará agrário, em estagnação e decadência, para Ceará industrializado, com crescimento do setor de serviços, mais dinâmico e consistente. A transição mostra o crescimento do PIB industrial e diminuição do PIB agropecuário, no período de 1970 a 2000. A evolução mostra que, em 1987, o PIB era de 29,11%, e aumenta para 41,15%, em 2000, enquanto o PIB agropecuário decresce de 17,17% para 5,58%, no mesmo período (IPECE, 2001). Gráfico 2: evolução da participação relativa dos setores no PIB.

Gráfico 2 – Evolução da participação relativa dos setores no PIB do Ceará



Fonte: IPECE (2001).

Políticas públicas de investimento em infraestrutura e educação e políticas de atração de investimentos por meio de concessão de incentivos fiscais - financeiros e política de incentivo ao turismo, trazem resultados positivos para o Estado, constatados em estatísticas econômicas e sociais. Segundo Frota e Silva (2003), o governo põe, em evidência, a abertura econômica do estado para investimento externo, nacional e internacional, propaga a ideia de economia integrada globalmente, ou seja, a

propaganda do governo tem o objetivo de conectar a política industrial às bases da política econômica, no mundo globalizado, com características neoliberais. Dizem Aragão e Dantas (2006) que o “governo de mudanças” tem o intuito de desenvolver o turismo, para tanto, concentra forças para rompimento de pensamentos negativos e atrasados que conectam o Ceará à fome, miséria e seca. No primeiro governo, Tasso extingue a EMCETUR e cria a Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará (CODITUR), dando a mesma importância econômica das indústrias. Coriolano (2006, p.64) confirma que no primeiro governo de Tasso, em 1987, o turismo é visto como atividade prioritária, passa a ser carro chefe da economia para acelerar o desenvolvimento econômico:

No exterior, o turismo era a atividade industrial em destaque, a chamada “indústria do turismo”, e agora passava a ocupar no Ceará a posição que a EMBRATUR destacava: [...] “o turismo é o setor mais importante da economia, uma arma poderosa para alavancar o crescimento econômico e o desenvolvimento do país” (EMBRATUR, 2001b). A tendência global era a massificação no turismo e, tratava-se da tendência fordista, com relação similar à produção de escala no turismo.

Em 1988, promulga-se a Constituição Federal que adota o regime democrático de governo - em que a soberania é exercida pelo povo, pelas eleições dos representantes pelo voto. A alternância, na ocupação de cargos públicos fundamental para preservação da democracia, evita a perpetuação de partidos no poder, garante, assim, por meio das eleições, a renovação constante e elimina más práticas políticas. A renovação também traz a descontinuidade administrativa, obras, projetos e programas são interrompidos a cada mudança de governo, o que não acontece no “governo de mudanças”.

Em 1991, inicia o segundo “Governo de Mudanças” com gestão de Ciro Gomes e tem continuidade o projeto de modernização do Estado. Neste governo, formula-se o primeiro Plano Plurianual (PPA), 1991-1994, que apresenta entre as ações: divulgar as potencialidades turísticas naturais e culturais e a infraestrutura; desenvolver programas de turismo ecológico, em regiões da serra da Ibiapaba, sertões dos Inhamuns e no Cariri; participar e coparticipar em eventos nacionais e internacionais; captar eventos nacionais e internacionais para estado; realizar projetos e animação turística em Fortaleza, nos períodos de alta estação; realizar “workshops” nos

principais polos emissores do país; confeccionar material promocional, folhetos, cartazes, vídeos, “*outdoors*”; realizar campanhas promocionais (CORIOLANO, 2001). Ciro Gomes e Tasso vendem um Ceará produzido com a imagem turística e escamoteiam os problemas decorrentes da seca, fome e miséria, problemas sociais enfrentados, sol escaldante deixa de ser problema para ser atrativo principal do turismo. Benevides (1998, p. 39) destaca que:

O sol, de antigo portador das inclemências e flagelos das secas, passa a ser veículo irradiador de novos e bons tempos de prazeres e lazeres banhados em águas tropicalientes, onde certamente não serão lavados e redimidos os flagelos sociais da maioria da população da Terra da Luz; tudo isso a despeito das produções globais das novelas Tropicaliente e Meu Bem Querer. As chuvas, agora, podem ser representadas como ônus.

No governo de Ciro Gomes ações são planejadas para que o Ceará se consolide no mercado turístico, acompanhando a lógica do Governo de Mudanças, em relação à construção da imagem turística. A imagem do Ceará é vendida, no Brasil e exterior, com ênfase na alta estação para concretização de estabilidade de fluxo turístico). Gondim *apud* Souza (2000, p. 418) diz:

Um aspecto que deve ser ressaltado no marketing desses governos é a posição de uma imagem positiva do Estado do Ceará, e não apenas de seus líderes. Tanto que o governo Ciro Gomes apoiou a realização da telenovela Tropicaliente, exibida em 1994 pela rede Globo, sob a condição de que fosse mostrado “o lado que tem infraestrutura turística, modernidade e indústria no Ceará”.

Em 1994, o governo Ciro Gomes, na construção da imagem turística, articula a gravação da novela Tropicaliente, da Rede Globo, em Cumbuco (Caucaia/CE), depois de leilão de estados nordestinos com propostas tentadoras, a exemplo de incentivos fiscais, privilégios. Fortaleza hospeda atores globais, por oito meses, que divulgam o Ceará nacional e internacionalmente. Praias de Fortaleza e da região metropolitana alçam-se a paraísos litorâneos, principalmente Porto das Dunas, devido ao Beach Park, principal empreendimento turístico à época.

O governo de Ciro Gomes consolida a imagem positiva do Ceará, para o Brasil e exterior, mas o governo enfrenta problemas estruturais, falta de água e redução de recursos federais, devido à crise econômica em 1991 e não consegue investir em infraestrutura turística, tampouco resolver os problemas estruturais da população. O turismo impulsiona o desenvolvimento econômico, gera emprego e renda, mas acarreta

problemas típicos do modo de produção capitalista, especulação imobiliária e consequente exclusão da população do processo de turistificação. Tasso retorna ao poder em 1995 e demonstra a importância do turismo para o “Governo de Mudanças”, na declaração do plano de governo, ao dizer:

Turismo [...] uma atividade econômica estruturadora, situando-se, em termos de potencialidade, no mesmo nível de prioridade governamental conferida à indústria convencional; atividade de grande efeito multiplicador na economia estadual, justificando plenamente a alocação de recursos públicos para investimento, em uma postura de governo pioneira e indutora. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1995, p. 79).

Pela declaração, o governo continua com os programas implantados e o turismo começa a ser planejado de forma regular e ordenada. No segundo governo é criada a SETUR, órgão que torna o turismo dinâmico, consolidando o estado como destino turístico e buscando melhora da qualidade de vida da população, estabelece também o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) que trata de questões de sustentabilidade, geração de emprego e renda. Fazem-se investimentos em infraestrutura, por exemplo, construção, em 1996, da CE-085, conhecida Via Estruturante ou Rota do Sol Poente e da CE-040 ou Rota do sol Nascente que melhoram as condições de acesso ao litoral e atraem investidores de setor de hotelaria e entretenimento (RUSCHMAN, 2002).

A SETUR enfrenta, no governo de Lúcio Alcântara, em 2002, com apoio de Tasso, a falta de mão de obra qualificada e não consegue formar equipe que entenda turismo. Resultado: pessoas, na chefia da Secretaria, preocupadas apenas com números e estatísticas, não têm interesse em construir o turismo sustentável, com base local e na escala humana. Coriolano (2006, p. 93) diz que o governo, apesar de dar “prosseguimento a governos empresariais, propondo a construção do Ceará de todos”, insere, na Política Estratégica de Turismo, proposta de inclusão social, possibilitando o turismo nas comunidades: a proposta fica no discurso.

A era do “Governo de Mudanças” chega ao fim em 2006 quando Cid Gomes se elege com propostas de profissionalizar o governo, trazendo equipe de profissionais com experiência acadêmica e de mercado sobre políticas públicas, turismo, saúde, educação, urbanização, cultura, infraestrutura. O novo governo quer desenvolver o

Estado sob o *slogan* “um grande salto”, o mesmo da campanha eleitoral. Em janeiro de 2007, o governador Cid Gomes³ fala à população:

Querido povo do meu Estado, quero aproveitar este momento para reafirmar a todos vocês os compromissos assumidos na campanha eleitoral. Não esqueci nenhum deles, um dia sequer! E estou seguro de que, com o expressivo apoio recebido nas urnas, teremos as melhores condições políticas para fazer o Ceará dar o grande salto de progresso e bem-estar que todos almejamos. Nossas prioridades de Governo, nunca é demais relembrar, são: a educação, a saúde, a geração de empregos e a segurança pública.

Cid Gomes⁴ diz que o povo será ouvido e participará para o bem comum de todos:

Quero convocar a todos para ajudar no grande salto que o Ceará precisa e merece. Meu Governo será aberto, democrático e participativo. Todos, absolutamente todos, estão convidados a participar e a contribuir para a nobre missão de fazermos do Ceará uma terra de novas oportunidades, de mais igualdade e de mais justiça social. Todos são bem-vindos, todos são importantes, todos têm uma valiosa contribuição a dar!

A equipe que elabora propostas de turismo para campanha não é consultada sobre o processo de implantação do novo governo, denotando a forma personalista dos governos que trabalham negando governos passados. As declarações do governador Cid Gomes colocam o turismo como atividade vital do desenvolvimento, como se constata em texto do Guia de Eventos do Fortaleza *Convention & Visitors Bureaux*:

O Turismo, setor vital da economia cearense, é uma vocação natural que precisa ser estimulada, apoiada e incentivada fortemente pelo Governo do Estado. É nosso compromisso fazer com que os resultados do turismo cheguem às demais Regiões do Estado, beneficiando contingentes cada vez maiores da população, no artesanato, na pesca, no lazer, na hotelaria, enfim, em todas as múltiplas possibilidades que o turismo pode oferecer e já oferece ao Estado Ceará.

Na primeira e na segunda gestões, Cid Gomes confirma a relevância do turismo, colocando-o como prioridade econômica com incentivos. Em fevereiro de 2014, o então Secretário Estadual de Turismo⁵ confirma o interesse do Governo pelo turismo, com criação da Lei de Incentivo à Navegação Internacional, com redução de imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS). Na gestão, 2007-2010, os esforços do governo convergem para implantação de infraestrutura no litoral e

³ Assessoria de Imprensa do Governo do Estado, 2007.

⁴ Idem.

⁵ Bismarck Maia.

preparação da Capital para receber a Copa do Mundo de 2014. O plano de governo 2008-2011, com slogan “Desenvolvimento Justo e solidário: novo jeito de fazer”, dá ao turismo conotação de sustentabilidade, as propostas de mudanças são renovadas, mas falta infraestrutura urbana. Priorizam-se eventos turísticos de esporte náutico, *kitsurf*, *surf*, *windsurf* e eventos de negócios turísticos.

Quadro 3: cronograma de empreendimentos da alocação dos equipamentos turísticos implantados, desde a década de 1960, no governo de Virgílio Távora até 2014, último mandato de Cid Gomes. Obras que beneficiam o lazer dos residentes e dos turistas, por exemplo, urbanização de praias e instalações do Aeroporto Pinto Martins.

Quadro 3 – Cronologia da linha do tempo do turismo no Ceará

(continua)

DESCRIÇÃO	INÍCIO
Virgílio Távora: 1963 a 1966	
CE-040	1965
Urbanização da Praia do Futuro	1970
Criação da EMCETUR	1971
César Cals: 1971 a 75	
Instalação do Centro Federal de Educação Tecnológico	1972
Instalação do Centro de Turismo	1973
Construção do Estádio Castelão	1973
Construção do Aeroporto Pinto Martins	1973
Construção da Rodoviária Eng. João Thomé	1973
Construção do Centro de Convenções	1974
SENAC – Cursos de capacitação na Área de Turismo	1974
Construção do Teleférico de Ubajara	1975
VIRGÍLIO TÁVORA: 1979 A 1982	
Urbanização do Cumbuco	1980
Urbanização da Caponga	1980
Urbanização de Jericoacoara	1980
Urbanização de Canoa Quebrada	1980
Construção do Central de Artesanato (CEART)	1981
GONZAGA MOTA: 1983 A 1987	
Construção do Empreendimento Beach Park (Parque Aquático)	1985
Instalação da Universidade de Fortaleza – UNIFOR	1985
TASSO JEREISSATI: 1988 A 1991 E 1995 A 1999	
Projeto PRODETURIS	1989
Reforma da Rodoviária Eng. João Tomé	1989
Instalação da CODITUR	1991

Quadro 3 – Cronologia da linha do tempo do turismo no Ceará

(continuação)

DESCRIÇÃO	INÍCIO
Instalação do PRODETUR/CE I responsável por: Estruturação da Secretaria de Turismo do Ceará - SETUR Aeroporto Internacional Pinto Martins (R\$ 78,2)	1995
Rodovia CE 085 e outras	1998
Saneamento Básico em municípios do litoral	1998
Melhorias de Áreas Ambientais (R\$ 5,4)	1998
Desenvolvimento Institucional de Secretarias Municipais de Turismo (R\$ 2,7)	1998
Custos de Operação (R\$ 5,3)	1998
Engenharia e Administração	1998
LÚCIO ALCÂNTARA: 2003 A 2006	
PRODETUR/CE II que investe em:	2003
Administração e Supervisão	2003 a 2007
Fortalecimento da capacidade municipal de gestão para o turismo	2003 a 2007
Planejamento estratégico, treinamento e infraestrutura para o Desenvolvimento do turístico	2003 a 2007
Promoção investimentos do setor privados	2003 a 2007
CID FERREIRA GOMES: 2007 A 2014	2007
Construção do Aeroporto Internacional Aracati	2012
Construção do Aeroporto Internacional Jericoacoara	2013
Ampliação e duplicação da CE 040	2012
Ampliação e duplicação da CE 085 e outras	2013
Recuperação de Patrimônio: Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Seminário da Prainha; Restauração do Centro de Turismo (EMCETUR), Teatro Carlos Câmara, Palácio da Abolição e Centro Histórico de Aquiraz	2012
Saneamento Básico Porto das Dunas/Cumbuco	2012
Construção do Centro de Eventos do Ceará	2012
Programa de qualificação profissional e empresarial	2012
Reforma da Arena Castelão: modernização e reforma da	2013
Construção do Centro de Eventos do Cariri	2013
Construção do Centro de Eventos de Iguatu	2013
Construção do Aterro Sanitário em Aracati	2012
Acquário Ceará	2014
PRODETUR Nacional - Projeto de Valorização dos Destinos Turísticos (Ibiapaba, Maciço do Baturité e Litoral Leste) contemplando 18 destinos	2013
PRODETUR Expansão CAF - Projeto de Valorização dos Destinos Turísticos do Litoral Oeste contemplando 19 destinos	2013

Quadro 3 – Cronologia da linha do tempo do turismo no Ceará

(conclusão)

DESCRIÇÃO	INÍCIO
Duplicação Aeroporto Pinto Martins para 9 milhões 2013 e 2016 para 12 milhões de passageiros/ano	2013
Implantação do terminal do Porto do Mucuripe	2014
Implantação do Metrô de Fortaleza	2013
Implantação VLT – Veículo Leve: Mucuripe/Parangaba	2014
Acessibilidade terrestre (Reforma, recuperação e ampliação da Av. Dedé Brasil, Alberto Craveiro, Paulino Rocha, Raul Barbosa e Via Expressa.	2014

Fonte: Setur (2014).

Em 2014, o fluxo de turistas ultrapassa três milhões e gera renda de R\$10,9 bilhões, impactando o PIB em 11,2%, 180 mil pessoas empregadas em atividades de turismo, alojamento, alimentação, transporte (SETUR, 2015).

O governador Camilo Santana, gestor de 2015-2018, apresenta o Plano Ceará Receptivo, ações estratégicas que colocam a “indústria do turismo” na vanguarda do desenvolvimento, na área turística e no Plano Plurianual 2016-2019 (Plano Plurianual 2016 - 2019, Volume I, p.96), afirma: O Turismo no Ceará mostra comportamento ascendente, nos últimos anos, na geração de emprego e no nível de renda da população. O fluxo turístico via Fortaleza, mostra crescimento de 6,2% ao ano, e o nível de empregos nos setores produtores de bens e serviços de consumo turístico (alojamento e alimentação) no Estado registra crescimento de 2,5% ao ano. A participação da renda gerada pelo turismo no Produto Interno Bruto da economia (PIB) passou de 9,4% para 10,9%, entre os anos de 2006 a 2013. Apresentam-se desafios a serem tratados com estratégias políticas para que se promova o desenvolvimento. Fortalece a atividade como política setorial voltada à consolidação do Ceará como destino turístico de referência, por meio da qualificação de espaços e pessoas; incentiva o empreendedorismo e a responsabilidade social em regiões turísticas pela mobilização da sociedade e da participação da comunidade. Apresenta como diretrizes para esta gestão:

- Potencialização do uso dos produtos e equipamentos turísticos;
- Interiorização do turismo como produto de qualidade;

- Política de turismo a serviço do desenvolvimento sustentável regional e local;
- Desenvolvimento turístico sustentável com inclusão social e promoção da gestão territorial participativa, como modelo de gestão pública; e
- Planejamento e implementação da política do Turismo como atividade associada à diversão, ao esporte, ao acesso à cultura e à natureza.

Camilo Santana adverte que “o Ceará tem realizado muitos investimentos potencializando o turismo nos últimos anos. Somos um estado acolhedor e aberto a novas parcerias, o que pode nos abrir muitas portas economicamente”. Em 2015, o Ceará ocupa o primeiro lugar, no ranking da região Nordeste, na geração de emprego, no setor serviços, sobretudo na atividade turística. A intenção do governo, no Plano Ceará Receptivo, é impulsionar fluxos e ampliar números do turismo.

Desafio dos gestores é executar políticas públicas que desenvolvam economicamente a atividade turística e promovam, ao mesmo tempo, o desenvolvimento social. Fortaleza detém concentração de renda, o que aumenta significativamente a desigualdade social, e projetos turísticos governamentais reforçam a desigualdade.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS QUE INCIDEM NO TERRITÓRIO CEARENSE

Falar sobre políticas públicas exige conceituar e definir ações desenvolvidas pelos governos, em benefício da sociedade, além de compreender propósitos, implantação e estratégias utilizados na criação de políticas. Política pública é instrumento capaz de promover o desenvolvimento social e econômico da população e de setores da economia, mas, para que isso aconteça, faz-se necessário direcionar soluções, com avaliações sistemáticas. O Ceará tem investido em políticas públicas para diversos setores econômicos, em especial turismo. Castro (2004, p. 09) mostra que “as políticas públicas estabelecem diretrizes orientadas pelo planejamento estratégico, com identificação das necessidades e dos problemas. Exige, sobretudo a participação dos diversos atores envolvidos com as atividades turísticas”.

A gestão da atividade turística é impactada pela conjuntura atual do país. No Brasil, o Decreto-Lei nº 1915 de 27 de dezembro de 1939 institui a Divisão de Turismo,

primeiro organismo oficial de turismo da administração pública federal, seguido do Departamento Nacional de Imigração e Colonização, organismo subordinado ao trabalho, que assume o turismo no país, fiscalizando agências de viagens.

Em 1958, cria-se a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), segundo Dias (2003, p. 129), com as atribuições de coordenação de atividades de desenvolvimento do turismo interno e fluxos de estrangeiros; supervisionar medidas de movimentação de turistas; padronizar exigências e métodos de informação, registro e inspeção de viajantes e bens, recursos pessoais, meios de transporte e hospedagem; promover planos e equipamentos turísticos, especialmente os que se referem à construção e à remodelação de hotéis; criar serviços e instalações de ampliação às zonas turísticas; realizar, com Estados e Municípios, inventários de áreas de interesse turístico, levantado o patrimônio natural e cultural, com a finalidade de proteger, por meio de legislação adequada, a paisagem e a cultura, atrativo turístico.

A COMBRATUR é extinta em 1962 e somente em 18 de novembro de 1966, o Decreto-Lei nº 55 cria a Política Nacional de Turismo (PNT), reformula o conselho Nacional de Turismo e dá a EMBRATUR o papel de normatizar empresas prestadoras de serviços turísticos, proporcionando acesso a incentivos fiscais para a construção de equipamentos e executar diretrizes que norteiam a atividade de turismo. Em 1971, cria-se o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) responsável pelos recursos financeiros para investimentos e infraestrutura.

Na década de 1980, no Brasil, o turismo avança sendo considerado vetor de desenvolvimento econômico, devido à turbulência da política e recessão econômica que assola o país com a crise fordista. Altas taxas de desemprego agravam a situação socioeconômica e, em 1990, a EMBRATUR elabora a Política Nacional de Turismo (PNT), com propósito de alcançar resultados como mostra Fonseca (2005):

- Melhoria da qualidade de vida da população de cidades litorâneas, com grande potencial turístico;
- Diversificação qualitativa dos bens e serviços produzidos e infraestrutura receptiva do turismo nacional;
- Geração de novos empregos e manutenção dos já existentes;
- Qualificação e requalificação dos recursos humanos;

- Aproveitamento da mão-de-obra não qualificada e consequente capacitação;
- Redução das desigualdades regionais;
- Aportação de divisas ao balanço de pagamento;
- Proteção ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
- Integração socioeconômica e cultural da população;
- Inserção do Brasil no cenário internacional, construindo imagem externa positiva.

No governo Collor, em 1991, a EMBRATUR é responsável pelas formulações, coordenações e execuções da Política Nacional de Turismo assumindo a competência do extinto CNTur (BEZERRA, 2005, p. 101), o órgão é transformado em autarquia e redenominado Instituto Brasileiro de Turismo (IBT), no trabalho de conservação do patrimônio natural e cultural do país, valorização das pessoas como foco final do desenvolvimento. O PLANTUR é criado em momento de instabilidade política do país. Por meio da Lei 8.818, regulamentada pelo Decreto-Lei 448, de 14 de fevereiro de 1992, o PLANTUR estabelece como finalidade o desenvolvimento do turismo e equacionamento como fonte de renda nacional.

O Plantur é o principal instrumento do PNT, direcionando as ações para os setores público e privado. Nele estão previstos o desenvolvimento de polos turísticos, o fortalecimento do turismo interno, o programa de qualidade e produtividade do setor, a formatação de recursos humanos para o turismo, o ecoturismo, o Mercosul e todo um programa de marketing segmentado. Merece destaque especial a estratégia de articulação institucional no âmbito governamental e privado. Os objetivos do Plantur, segundo visível tendência neoliberal, foram voltados para reestruturar o turismo a partir da parceria entre o setor público e o privado (CAVALCANTI; HORA, 2002, p. 66).

Afirma Cruz (2002) que o PLANTUR é incoerente pelo fato de o plano ser anterior à política, ou seja, a política não havia sido implementada, o que só ocorre em 1996 e, por esse motivo, não é posto em prática, pois deve vir como consequência na efetivação da política denotando atropelos, no planejamento público do turismo. Com a não implantação do PLANTUR, o que permanece é o Plano de Prioridade de Localização de Hotéis de Turismo (PLHT), criticado por Cavalcanti e Hora (2002, p. 66) quando dizem que “há falta de articulação, tanto intra como intersetorial, além do descaso com o planejamento territorial”, as propostas do PLHT não levam em conta especificidades regionais.

Em 1996, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, 1996-1999, é implantada a Política Nacional de Turismo (PNT), com ações orientadas por macro estratégias: qualificação profissional, descentralização da gestão turística por intermédio do fortalecimento dos órgãos delegados estaduais, municipalização do turismo e terceirização das atividades do setor privado.

Na esfera federal, a década de 1990 é marcada pelas iniciativas concentradas na EMBRATUR, com participação dos setores de turismo. Em 1996, o governo federal modifica o quadro de centralização de políticas públicas e possibilita a descentralização do turismo com o lançamento do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Adota modelo de gestão descentralizado, como afirma Dias (2003, p. 144):

Propõe-se implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os estados e municípios de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa” e ainda que os “objetivos do PNMT estejam centrados no município, e estabeleçam linhas gerais que devem ser seguidas para desenvolver o turismo em termos sustentáveis nos municípios, baseando-se na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política.

O funcionamento do PNMT obedece à seguinte lógica: a EMBRATUR identifica os municípios com prioridade para o desenvolvimento do turismo, por meio de preenchimento de Formulário Roteiro de Informações Turísticas (RINTUR), após a coleta, é feita a análise e avaliação das informações captadas para classificação de municípios turísticos ou municípios com potencial turístico.

O objetivo a curto prazo, do RINTUR é identificar os municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo e priorizá-los quanto à alocação de recursos públicos para o funcionamento de empreendimentos turísticos. A médio e a longo prazo objetiva nortear as atividades de planejamento do desenvolvimento turístico municipal (DIAS, 2003, p. 145).

O PNMT, gestão participativa do turismo, mostra a importância dos Conselhos Municipais que elaboram a seleção e capacitação de pessoas, processo que exige dos municípios organização e trabalho. Alguns recebem o “Selo de Município Prioritário para o Turismo” e passam a obter recursos governamentais. Mas, conforme no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique, de 1995 a 1998, as ações passam a ser descontinuadas.

A EMBRATUR institui programas e projetos de desenvolvimento de turismo de forma sustentável, para o que cria o PRODETUR e o PROECOTUR, programas de crédito para estados do nordeste e norte do país, dando condições para que as regiões pobres do país avancem na luta pelo desenvolvimento via turismo. É criado o Ministério do Turismo, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, quando o turismo passa a ser atividade prioritária, com a missão de desenvolver o turismo para aumentar a renda e gerar emprego, de forma sustentável, proporcionando inclusão social, e assim:

Promover o desenvolvimento do turismo como agente de transformação, fonte de riqueza econômica e de desenvolvimento social, por meio da qualidade e competitividade dos produtos turísticos, da ampliação e melhoria de sua infraestrutura e da promoção comercial do produto turístico brasileiro no mercado nacional e no exterior (BRASIL, 2007, p. 43).

De acordo com Lickorish e Lenkins (2000, p. 250), baseados em pesquisas da WTO e da OCDE, as principais funções do Ministério do Turismo: pesquisa, estatística e planejamento; *marketing*; desenvolvimento dos recursos do turismo; regulamentação, incluindo regulamentação comercial; treinamento e educação; facilitação/liberação. A criação do novo ministério trouxe a necessidade de elaboração da Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo, responsável por coordenar e elaborar o PNT e o Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Dentro da Secretaria foram criados Departamentos específicos, com coordenadorias também específicas. Quadro 4: estrutura de políticas nacionais de turismo.

Quadro 4 – Estrutura da secretaria nacional de políticas públicas de turismo

DEPARTAMENTO	COORDENAÇÃO GERAL
Planejamento e avaliação do turismo	. Gestão e planejamento . Monitoramento e avaliação
Estruturação, articulação e ordenamento turístico	. Informação . Regionalização . Segmentação . Qualificação dos serviços turísticos
Promoção e marketing nacional	. Eventos . Publicidade
Relações internacionais	. Relações Multilaterais . Relações Sul-americanas

Fonte: BRASIL (2007). Organizado por Domingos (2007).

No Ceará, em 1971 acontece primeiro esboço de iniciativa na promoção de atividade turística: criação da EMCETUR, segundo Coriolano (2002), com ações de promoção fundamentada na hospitalidade, sem considerar a necessidade de infraestrutura, apostando na beleza das praias como atrativo ao turista. Em relação a equipamentos turísticos, instala-se, na antiga cadeia pública de Fortaleza, o Centro de Turismo, adaptado ao abrigo de lojas de artesanato, teatro e museu; o Centro de Convenções, construído em zona de expansão urbana e o teleférico de Ubajara, na serra de Ibiapina. A realidade se mostra incipiente e a EMCETUR é apenas referência em turismo.

À análise do turismo, Coriolano (2002) mostra que, no governo de Virgílio Távora, é elaborado o I Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará (PDIT-CE), responsável pela proposição da primeira regionalização da atividade turística, mas, limita-se, porém, a apenas dar diagnóstico de potenciais belezas naturais do Ceará para o turismo. A década de 1980 considera-se marco de inserção do turismo nos moldes do planejamento estatal, com visão empresarial, identificado como “Governo de Mudanças”. As ações estratégicas de divulgação e atração do potencial turístico promovem transformações socioespaciais de grande expressividade, com infraestrutura implantada. As ações promovem também mudanças na visão da população e do estrangeiro, a respeito do turismo local. Ao longo da gestão de Tasso Jereissati, a Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará (CODITUR), substitui a EMCETUR, posteriormente transformada em SETUR, responsável pela política de turismo no Estado.

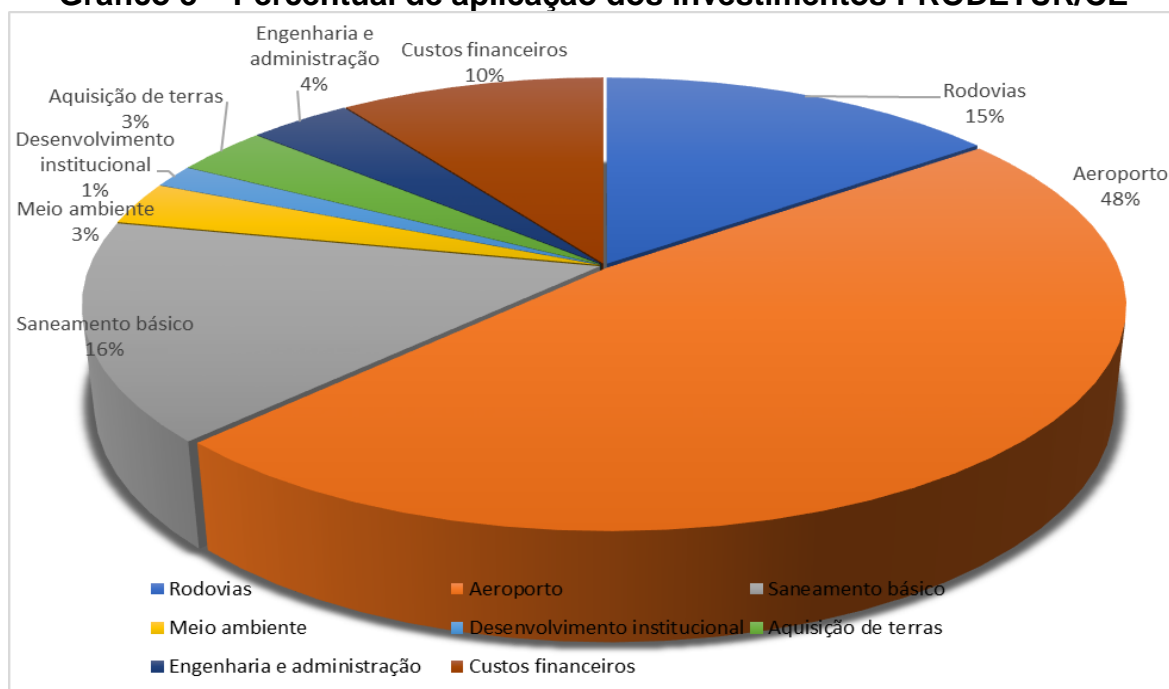
Políticas de turismo articuladas às indústrias constituem ações prioritárias de incremento da economia do Estado, o discurso do governo volta-se ao turismo, elevado ao patamar de redentor, com potencial econômico de gerar renda e emprego, além, claro, de incrementar atividades.

Com o apelo do turismo "sol e praia", o governador Tasso Jereissati, em 1989, lança o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Áreas Prioritárias do Litoral do Ceará (PRODETURIS), programa que antecede o PRODETUR/NE e serve de paradigma para lançar as bases técnicas e conceituais do PRODETUR/CE. Coriolano (2002, p. 68-69) explica que o PRODETURIS:

Divide o litoral em quatro regiões turísticas, cria as condições necessárias para dotar de infraestrutura, acessibilidade, preservação ambiental, instrumentalização dos meios destinados à regulamentação, controle de uso e ocupação do solo, e elabora o zoneamento turístico. Assegurando confiabilidade aos empreendimentos turísticos.

Para financiar as atividades turísticas, o BNDES lança, em 1994, o Programa Nordeste Competitivo (PNC), com apoio do BID e, após negociações entre BNB, BID, Ministério dos Esportes e Turismo (Mtur) e os Estados do Nordeste, concebe-se o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), cujos investimentos são garantidos por empréstimo do BID, com repasse do dinheiro feito pelo BNB e contrapartida do governo Federal e estados participantes do programa. No PRODETUR-NE, foram investidos cerca de US\$ 670 milhões, da seguinte forma: aeroportos (48%), saneamento básico (16%), rodovias (15%), recuperação do patrimônio histórico (5%), desenvolvimento institucional (1%), preservação e proteção ambiental (3%) e outros (18%). O PRODETUR - CE é o mais beneficiado e recebe 23% dos recursos destinados ao PRODETUR - NE, enquanto os estados do Piauí e Sergipe recebem 7%, cada, e Rio Grande do Norte fica com 9%. Gráfico 3: divisão dos recursos.

Gráfico 3 – Percentual de aplicação dos investimentos PRODETUR/CE



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de UEE – PRODETUR/CE (2008).

O PRODETUR-NE desenvolve-se pelos estudos encomendados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), no início da década de 1990, com o objetivo de identificar atividades econômicas com potencial competitivo de desenvolvimento da região nordestina. Com cenários deslumbrantes, cultura diversificada, mão de obra disponível e de baixo custo, o turismo é a atividade econômica ideal e viável na região. O PRODETUR/NE expande e melhora a qualidade do turismo no Nordeste, conseqüentemente, melhora a qualidade de vida das populações que vivem nas áreas beneficiadas. O volume de recursos internos é da ordem de US\$108.681 milhões e de US\$ 114.774 milhões via BID. A responsabilidade sobre a coordenação e execução do PRODETUR, fica a cargo da SETUR, pela Unidade Executora Estadual (UEE)⁶.

O programa institui quatro regiões litorâneas para efeito de planejamento: Região I – Região Metropolitana de Fortaleza, portão de entrada do turismo, polo turístico e regional; Região II – litoral oeste de Fortaleza, em parte da faixa litorânea chamada pelo programa de Costa do Sol Poente; Região III – litoral leste de Fortaleza, em parte da faixa litorânea chamada pelo programa de Costa do Sol Nascente; Região IV – litoral extremo oeste do Ceará. A Costa do Sol Poente foi escolhida como principal foco de intervenção do PRODETUR/CE I, devido à maior carência de infraestrutura, sobretudo no que se refere aos acessos às praias, desfavorecidos pela localização da BR-222, francamente mais distante do litoral, por muito tempo único meio de comunicação da capital com a costa oeste (PAIVA, 2010, p. 6). Figura 5: divisão do litoral onde foram alocados recursos do Prodetur/CE.

⁶ Formada por profissionais com nível de qualificação determinado pelo BID, composta por gerentes que atuam em diversas áreas como meio ambiente, desenvolvimento institucional, infraestrutura, patrimônio histórico e cultural. É responsável pela coordenação da política pública estadual de turismo.

Figura 5 – Áreas de alocação do Prodetur /CE



Fonte: <Mapasblog.blogspot.com.br>. (2011).

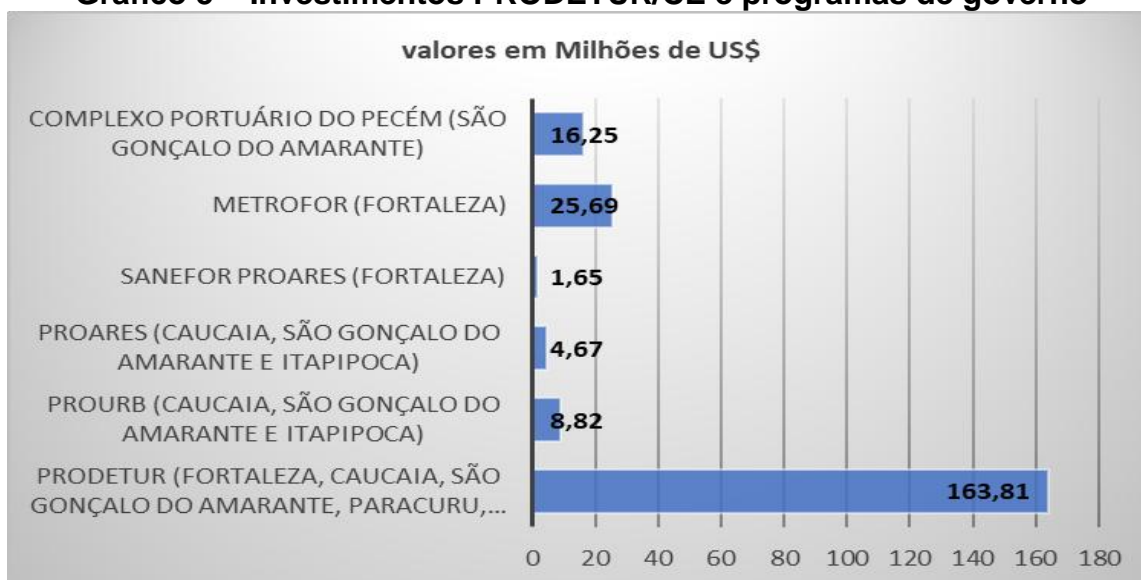
A primeira fase do PRODETUR-CE encerra-se em 2005 e supre a área Costa do Sol⁷, com infraestrutura básica para residentes e turistas, 78,2% dos recursos do programa são direcionados para implementação das obras. Infraestrutura, saneamento básico, transporte, urbanização, proteção ambiental e do patrimônio histórico que aqueceram a economia da localidade turística. Gráfico 4: resultado do PRODETUR/NE I, com alcance das metas estabelecidas.

⁷ Essa área inclui, além das cidades contempladas pelo PRODETUR I (Itapipoca, Trairi, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Caucaia e Fortaleza), Aquiraz, Cruz, Itarema, Acaraú, Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha, Chaval, Granja e Viçosa do Ceará (PRODETUR, 2007).

Gráfico 4 – Resultados Alcançados pelo PRODETUR/NE I

Fonte: Elaborado pela autora com dados do BNB (2008).

Infere-se que investimentos na atividade turística instalam infraestrutura para a atividade industrial e mostram que as políticas públicas são ineficientes. Os investimentos do PRODETUR/CE e dos programas de governo podem ser melhor analisados (Gráfico 5):

Gráfico 5 – Investimentos PRODETUR/CE e programas de governo

Fonte: Elaborado pela autora com dados da SEPLAN/CE; UEE – PRODETUR/CE.

Os investimentos públicos em turismo, na década de 1990 e início da 1ª década do século XXI, ultrapassam as ações do PRODETUR/CE I, pois o governo implementa projetos e obras, com o intuito de fortalecer a atividade turística, com vistas ao melhoramento de estradas que dão acesso às praias dos litorais leste e oeste, construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), uma das principais iniciativas do governo para incrementação da atividade industrial. O Metrô da Região Metropolitana de Fortaleza (METROFOR) representa melhora do transporte público da RMF, Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos (PROURB), de iniciativa da Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA), em parceria com a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH). A estratégia volta-se ao desenvolvimento urbano de cidades e do interior, para melhorar a qualidade de vida da população e trazer competitividade às cidades, impulsionando a agricultura irrigada, atraindo a indústria e incrementando o turismo. O Programa de Infraestrutura Básica e Saneamento de Fortaleza (SANEAR) melhora a qualidade ambiental e as condições de vida da população urbana de Fortaleza, com obras de saneamento básico, obras de esgoto sanitário, drenagem pluvial, coleta e disposição de resíduos líquidos e urbanização de faixas de proteção dos recursos hídricos, embora com algumas áreas descobertas.

Segundo documento do BNB (2004, p.4), impactos do PRODETUR/CE I suprem a área de planejamento da infraestrutura necessária para desenvolvimento do turismo sustentável, por haverem sido direcionados 78,2% dos recursos do programa para obras de infraestrutura básica e turística. As obras do aeroporto e rodovia estruturante influenciam significativamente o turismo, com destaque do litoral oeste pelo incremento do turismo no município de Aquiraz, comprovado pelo crescimento do PIB Estadual que, em 1996, era de 4,1% e passa para 7,2% em 2001, reflexo do aumento do fluxo de visitantes e de investimentos privados.

Devido aos impactos positivos do programa, em 2004, é assinado no BID, o PRODETUR-CE II, com novos objetivos: descobrir e estimular vocações econômicas locais, criar e fortalecer empreendimentos, gerar emprego e renda sustentáveis (AYRES *et al.*, 2001 *apud* CASIMIRO FILHO, 2002). Em 2008, o Banco do Nordeste realiza pesquisas de avaliação e os resultados do programa indicam:

- Fortalecimento das instituições estaduais;

- Proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico;
- Implantação e melhoria da infraestrutura local;
- Atração de investimentos privados no setor de turismo;
- Aumento a oferta de emprego;
- Aumento da oferta e demanda turística

O PRODETUR/NE II, no início da década de 2000, utiliza novos conceitos e mecanismos, dando prioridade à criação e intervenção dos polos de turismo, incorpora noção de sustentabilidade, participação e fortalecimento da capacitação dos recursos humanos, consolida e complementa as ações propostas na primeira fase do programa. Coloca o crescimento econômico da atividade em segundo plano, em relação “à melhoria da qualidade de vida da população residente nos polos turísticos situados nos estados participantes” (BNB, 2004, p.5). Incorpora novos mecanismos, participação popular pelos Conselhos de Turismo e realização de audiências públicas para discussão dos projetos; subcomponentes do fortalecimento institucional de municípios – voltados para o fortalecimento da capacidade de gerenciamento administrativo, fiscal, ambiental, cultural e de turismo e subcomponentes de capacitação profissional (BID, 2012). Além de redefinir os polos turísticos de cada Estado, com a indicação de territórios que se apresentam turisticamente atrativos, com a permanência de municípios e retirada de outros.

No PRODETUR II (BID, 2011) com investimentos por volta de US\$ 400 milhões, o Ceará participa do montante em US\$ 80 milhões. Municípios contemplados pela segunda etapa: Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Itapipoca, Paracuru, Paraipaba e Trairi, na etapa anterior, Aquiraz, a leste da RMF e municípios do litoral oeste: Acaraú, Amontada, Barroquinha, Camocim, Chaval, Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara e cidades não litorâneas: Granja e Viçosa do Ceará.

A lógica operacional do PRODETUR II segue a do PRODETUR I e investe 82,60% dos recursos, na construção e ampliação de vias rodoviárias, com o restante investido na capacitação de profissionais da área turística e fortalecimento das secretarias municipais, implantação dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU's), elaboração de projetos cartográficos do litoral e urbanização da orla marítima de São Gonçalo do Amarante. No PRODETUR/NE II, os recursos foram aplicados em

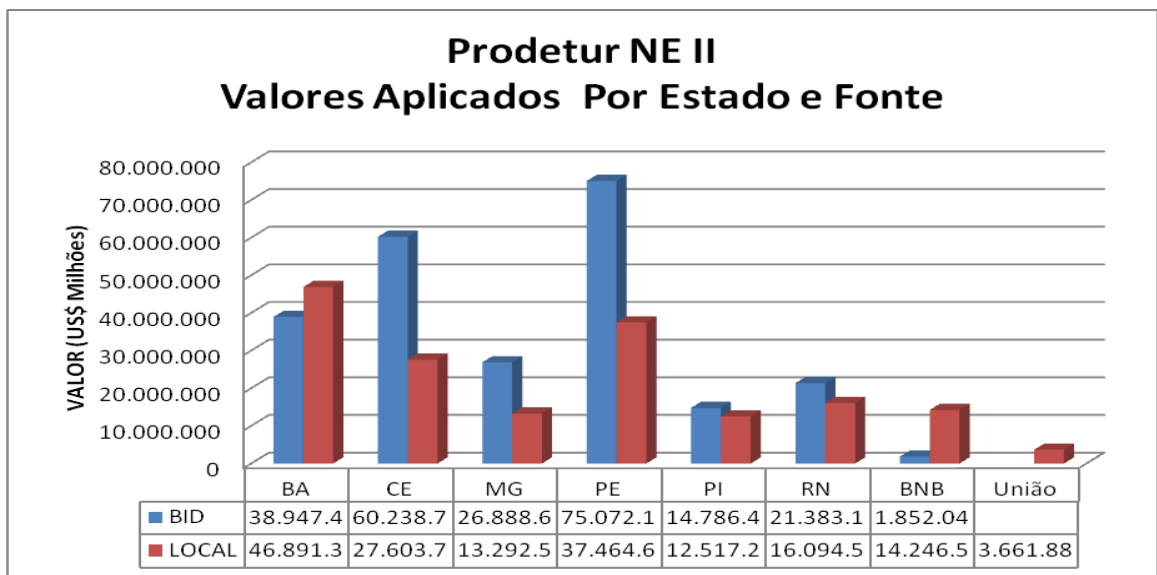
136 projetos, em 06 estados. A distribuição dos recursos do PRODETUR/NE II, aplicados por Estados, por componentes do Programa e por fontes de recursos (Tabela 1 e Gráficos 6 e 7):

Tabela 1 – Valores aplicados por estado, envolvendo somatório dos recursos do BID e da contrapartida local (Estados e União)

Valores Aplicados por Estado – Financiamento e Contrapartida Local	
Bahia	85.825
Ceará	87.843
Minas Gerais	40.181
Pernambuco	112.533
Piauí	27.303
Rio Grande do Norte	37.469
Banco do Nordeste	16.098
União (contrapartida Direta)	3.662
Total	410.914

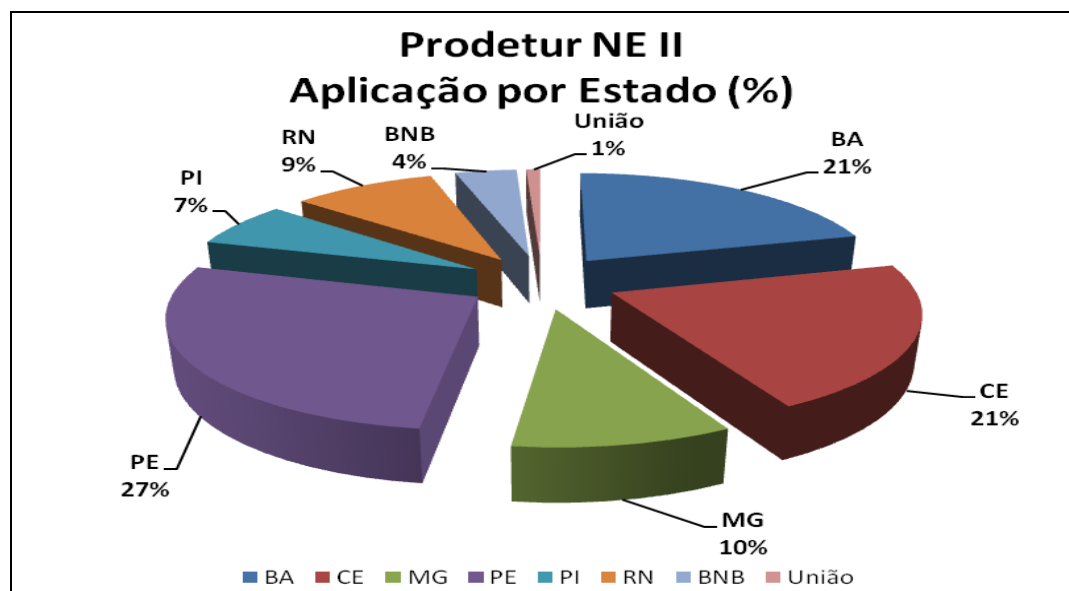
Fonte: PCR Prodetur/NE II.

Gráfico 6 – Valores aplicados por estado e fonte de recursos (BID e contrapartida local)



Fonte: PCR Prodetur/NE II.

Gráfico 7 – Percentuais de aplicações por estado, envolvendo somatório de recursos do BID e da contrapartida local



Fonte: PCR Prodetur/NE II.

O Prodetur Nacional é lançado em 2008 pelo MTur em parceria com BID, com área de atuação ampliada para todo território brasileiro. Os resultados, na região nordeste, motivam a implantação do programa, em todo território nacional, em confirmação da importância do turismo para o crescimento econômico do país. Em 2010, tem início linha de financiamento, com recursos de US\$ 1 bilhão para investimento em todos os Estados, Distrito Federal e cidades com mais de 1 milhão de habitantes, característica que diferencia o atual programa dos anteriores, pois a esfera municipal ganha força no planejamento estratégico. Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro se destacam em recebimento de incentivos, devido à capacidade de apresentação de projetos de captação de investimentos. O Ceará garante US\$ 350 milhões, sendo US\$ 250 milhões do Estado e US\$ 100 milhões para Fortaleza, o que se deve ao fato de a Capital sediar a Copa do Mundo de Futebol 2014. Além de programas diretos com estados, o banco mantém operação com o governo federal, na consolidação de políticas nacionais de turismo, por meio da gestão pública cooperativa e descentralizada (BID, 2011).

O PRODETUR Nacional tem início no mesmo momento em que o País se prepara para megaeventos esportivos, Copa das Confederações, 2013; Copa Mundial

de Futebol, 2014; Olimpíadas no Rio de Janeiro, 2016. Apresenta-se o PRODETUR Nacional, com ações de caráter regional e urbanização das cidades sedes dos eventos. Prefeitos de Fortaleza, Recife e Salvador apresentam e aprovam projetos de obras do receptivo em suas cidades, o governo do estado amplia a definição de polo turístico e acrescenta o Litoral Leste, Maciço de Baturité e Serra da Ibiapaba, para financiamentos. Barbosa (2017, p. 255) diz que:

A edição contemporânea do programa abrange número maior de espaços não exclusivamente litorâneos, havendo assim investimentos em outros polos potencialmente turísticos. Áreas serranas, do agreste e do sertão nordestino são apontadas como polos turísticos e áreas valorizadas para receber investimentos e incentivos para o crescimento da atividade turística.

4 PROJETOS ESTRUTURANTES DO TERRITÓRIO CEARENSE

A análise de políticas públicas estruturantes do território, para viabilização do turismo, mostra que a década de 1990 torna-se marco de mudanças de ordenamento territorial, pelo governo Tasso Jereissati, período que culmina com a mudança da imagem e do cenário turístico do Estado.

Coriolano (2006) e Dantas (2009) explicam a autonomia conquistada pelo “Governo de Mudanças”, com a ruptura da política dos coronéis e implementação de políticas públicas de turismo, promovem a nova imagem do Ceará, projetada em transformações políticas em reordenamento territorial, mudando a racionalidade do sertão seco, interiorano para capital moderna, com acessibilidade pelo aeroporto e vias litorâneas ou interior-capital, para ordenamento aeroporto-vias litorâneas. Conforme Coriolano (2006), Estado e empresas privadas contribuem para divulgação da imagem turística da Metrópole no exterior, com investimentos privados e intensificação de projetos públicos.

A década de 1990 registra a alocação de projetos de infraestrutura, com rebatimentos na dinâmica econômica territorial. Entre os projetos destaca-se a ampliação do Aeroporto Pinto Martins, para internacional, colocado em primeiro plano e passa a marco simbólico das políticas de turismo.

A construção de açudes para garantia de abastecimento de água do território projetos de irrigação para a agricultura concretizam-se com a construção do Açude Público Castanhão, obra iniciada em 1995 e concluída em 2003, gerida pelo Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS), com apoio do Ministério da Integração Nacional e Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH). Segundo a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), fortalecer a infraestrutura hídrica reforça o avanço com produção de cereais e frutas. Conseqüentemente o Castanhão abastece a Região Metropolitana de Fortaleza e controla as enchentes do baixo Vale Jaguaribe, fomenta a piscicultura, gera energia elétrica e atrai fluxos turísticos, como núcleo receptor da região jaguaribana.

Amaral Filho (2003, p. 377) sobre as principais políticas públicas:

A política de gestão dos recursos hídricos, que além de se preocupar com a estocagem de um maior volume de água, traz em seu cardápio a preocupação da distribuição e da gestão dos recursos hídricos; A política da agricultura irrigada, baseada na divisão do Estado em polos agrícolas irrigados, cuja produção privilegia produtos com maior valor agregado e alto valor comercial; A nova política industrial, que introduz uma racionalidade industrial e espacial à concessão de incentivos financeiros, além de incluir um vetor dedicado ao apoio e à indução ao desenvolvimento industrial. Este vetor engloba quatro segmentos: sistema estadual de inovação; empresas de base tecnológica; micro e pequenas empresas e cadeias produtivas construídas; Política e reorganização espacial, cuja preocupação central é a criação de uma rede de cidades médias no interior do Estado.

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), tem início em 1995 e relatórios da SEPLAN confirmam que a obra dota o Ceará de polo irradiador do desenvolvimento econômico, movido pelas atividades industriais integradas, propiciando a interação com aumento de emprego e renda, redução de migração da população para a metrópole ou São Paulo. Os incentivos fiscais estimulam o desenvolvimento industrial atraindo empresas e fazendo aumentar a produção.

A construção do Centro de Eventos é empreendimento marcante iniciado no primeiro mandato do governador Cid Gomes, de 2007 a 2011, concretizado no segundo mandato, 2011 a 2014. Para sua implantação, realizaram-se fóruns para participação de grupos de influência, políticos, empresários do comércio, indústria, hotelaria, setor imobiliário, serviços, transportes e universidades, ligados ao desenvolvimento, com foco no turismo.

A infraestrutura viabiliza a estruturação do território e reordena o espaço que, para Amaral Filho (2003), faz o Ceará reconhecido como laboratório de experiências em campos de políticas públicas. Os espaços de produção tornam-se modernos, à medida que surgem inovações tecnológicas. O Ceará, a partir da última década do século XX, ganha destaque, ao implementar inovações técnicas em setores produtivos, contribuindo, assim, para surgimento da economia competitiva, nos mercados interno e externo. Amaral Filho (2003, p. 367) situa a economia cearense na brasileira mostrando:

Dentre as economias estaduais brasileiras, a do Ceará se destaca nos últimos anos pela reforma do Estado, ajuste das contas públicas, incremento nos investimentos público e privado e mudança do crescimento acompanhado por variações positivas persistentes no Produto Interno Bruto - PIB, em especial nas áreas urbanas e nos setores industrial e de serviços.

A partir do momento em que o “Governo de Mudanças” direciona ações à modernização de setores produtivos, indústria, agronegócio e turismo, transformações socioeconômicas acontecem. Amaral Filho (2003, p. 367) mostra gerações de políticas públicas: primeira, de ajustes macroeconômicos; segunda, de políticas estruturantes territoriais, e última, voltada à melhoria da qualidade de desenvolvimento, o que explica a qualificação de pessoas e atenta para a qualidade de vida. Os empreendimentos estudados enquadram-se no segundo grupo de políticas que são políticas públicas estruturantes territoriais.

Este desempenho foi influenciado por fatores históricos e mais diretamente, pela ruptura política provocada pelas novas elites locais, sob a liderança dos “jovens empresários” do centro industrial do Ceará (CIC), vis-à-vis da “oligarquia dos coronéis”⁸, que deu lugar a um processo de ajustes nas contas do setor público estadual e permitiu a emergência de novas formas de intervenção pública local. A atuação estadual deu lugar a três gerações de políticas públicas: primeira, políticas de ajustes macroeconômicos; segunda, políticas estruturantes e, terceira, políticas de melhoria da qualidade do desenvolvimento.

Ações do governo e SETUR promovem o desenvolvimento e crescimento da atividade turística, por meio de obras estruturantes e assim, o turismo desempenha papel importante na inclusão social ao oferecer novos postos de trabalho, o que ajuda a reduzir desigualdades sociais.

Entre relevantes obras da SETUR, está o polêmico Acquário Ceará, orçado em R\$ 250 milhões, que deveria ter ficado pronto em 2014, com obras paradas, frente à crise econômica do país e Ceará, lembrando os desvios de verbas, má alocação de recursos financeiros e falta de gestão administrativa, sobretudo do controle dos recursos públicos.

Há divergências em relação à construção da obra com impasses e críticas, mas, desde o governo das mudanças, prima-se pelas estratégias arrojadas, de vanguarda e questionadoras.

⁸ Ao referir-se a essa expressão, Amaral Filho (2003:367) esclarece que se trata de um “vocábulo político local e simboliza o poder político pré-1987. Além disso, tem duplo sentido: de um lado, diz que os três grandes chefes políticos que governaram antes de 1987 (Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals) eram coronéis do exército nacional e, de outro, associa esses políticos aos antigos chefes (coronéis) políticos do interior do Estado que, ligados às grandes propriedades rurais, controlavam os ‘currais eleitorais’”.

4.1 AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS: PORTA OFICIAL DA ENTRADA DO TURISMO NA METRÓPOLE FORTALEZA

Aeroporto é o equipamento urbano e turístico que viabiliza fluxos turísticos e exige grande área com infraestrutura e serviços necessários ao atendimento a aterrissagens e decolagens (ASHFORD, 1995). Trata-se de objeto de grande complexidade e serve a atividades relacionadas com o movimento de passageiros e mercadorias, e representa componente essencial do sistema do transporte aéreo (GRAHAM, 2003).

Ao longo das últimas décadas o conceito de aeroporto evolui e deixa de ser visto apenas como infraestrutura física, com transferências modais de passageiros e carga entre o modo aéreo e o terrestre. Contemporaneamente, os aeroportos são considerados importantes centros impulsionadores do desenvolvimento urbano, lugar de espera, mas também de lazer, entretenimento, acolhimento de fluxos turísticos, além de espaço de trabalho.

As infraestruturas aeroportuárias desempenham papel fundamental para o turismo nacional e internacional acontecer. A infraestrutura, por si só, não determina a seleção de destino, mas integrada a políticas, dinamiza os espaços.

Lembra Sancho (2001, p. 103) que os transportes, dentro da cadeia turística, são definidos como “os meios para alcançar os destinos turísticos e também de mover o próprio destino”. Do ponto de vista macro, Lockwood e Medlick (2003) mostram que “os transportes não se ligam apenas ao turismo, mas dinamizam a economia e a realidade do lugar onde se alocam”.

A aviação surge, no início do século XX, revoluciona de forma significativa o modo de viajar das pessoas, registrado como marco histórico, por derrubar barreiras de distâncias continentais e oceânicas. Impulsiona mercados, amplia mercados consumidores e revoluciona as relações comerciais, essenciais ao desenvolvimento socioeconômico da sociedade.

Beneficia o turismo, pois, estende fronteiras de atuação, como afirma Sancho (2001, p. 43): “O avião e os avanços tecnológicos permitem aproximar fronteiras e

provocam a expansão do turismo internacional, implementando novos e revolucionários seguimentos de turismo”.

O transporte aéreo é interdependente entre pista de pouso ou decolagem, pátio de estacionamento e terminal de passageiros, por onde os usuários têm acesso e usufruem dos serviços disponíveis, e, dependendo do volume de tráfego, do apoio necessário para segurança do transporte e eficiência: instalações de abastecimento de aeronaves, serviço de salvamento e combate a incêndio, áreas de manutenção de aeronave, serviços meteorológicos e de controle do espaço aéreo, comissária, entre outros. O crescimento do transporte aéreo está diretamente ligado à construção de complexos aeroportos, com infraestrutura e qualidade de serviço. Segundo Coltman (2001), a criação de rotas que ligam lugares uns aos outros estabelecem relações de intercâmbio social, econômico e cultural.

De acordo com o Ministério do Turismo (2007), “o transporte aéreo é um dos elementos chave para o desenvolvimento do turismo nacional”. No país de dimensão continental como o Brasil, o transporte aéreo é prioridade. Existem, no Brasil, 710 aeroportos aptos a receber voos regulares, mas apenas 109 o fazem. Destes, 65 são administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO)⁹, e recebem 97% dos passageiros transportados anualmente. O Brasil conta com 17 aeroportos internacionais, com parte administrada pela iniciativa privada.

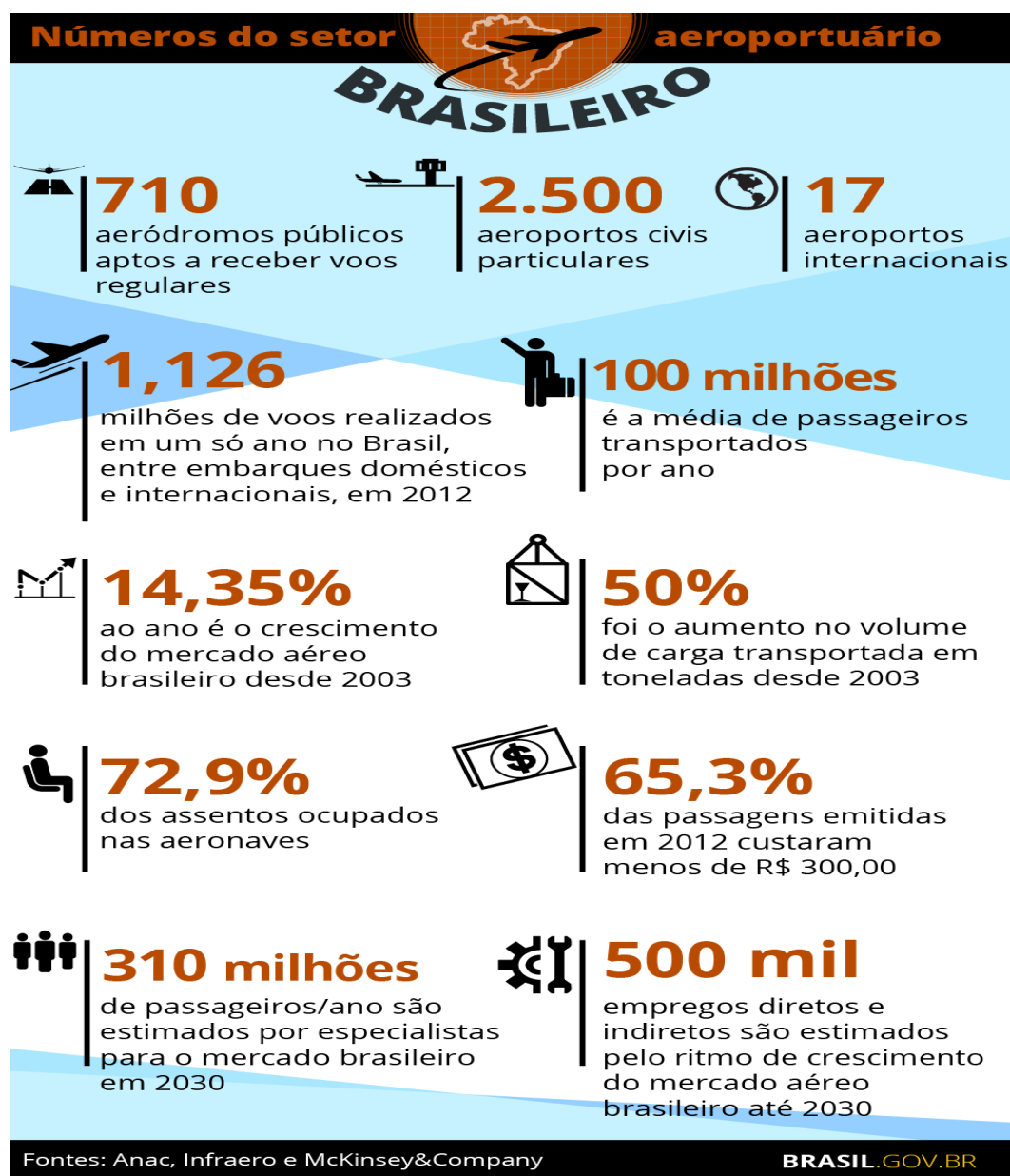
Na última década, houve expansão do setor aéreo e os aeroportos passam por reformas importantes de infraestrutura e organização, para concorrer num mercado cada vez mais competitivo, em que empresas aéreas e passageiros podem escolher aeroporto. Em 2012, é lançado o Plano de Investimento em Logística: Aviação Regional (PNAR), que prevê construção e ampliação de 270 aeroportos regionais para integrar o território nacional, fortalecer lugares turísticos, desenvolver polos regionais e melhorar a mobilidade das comunidades da Amazônia Legal (Brasil.gov, 2011). No ano de 2014, para atender o aumento da demanda, ocorre expansão da capacidade aeroportuária, com ampliação e construção de novos terminais de passageiros, cargas, reforma e

⁹A Infraero administra atualmente 65 aeroportos em todo o Brasil. No ano de 1974, durante o regime militar, assume a administração do terminal aeroportuário de Fortaleza, momento que, é apontado como início das constantes reformas/ampliações do Aeroporto de Fortaleza.

construção de pistas, pátios para aeronaves, torres de controle com moderna tecnologia de sistemas operacionais, transporte de bagagens, pontes de embarque.

Doze principais aeroportos de cidades-sedes da Copa do Mundo receberam investimentos de R\$ 3,3 bilhões, para ampliação da capacidade de recepção de passageiros em 81%. Registra-se que parte do montante foi desviado e muitas obras não foram concluídas, por exemplo, Aeroporto Internacional de Fortaleza, o que é de se repudiar. Figura 6: números aeroportuários brasileiros

Figura 6 – Números aeroportuários brasileiros



Fonte: <brasil.gov.br>.

A história americana registra que em dezembro de 1941, após ataque a *Pearl Harbor*, os Estados Unidos entram na Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) e o governo necessita de bases de apoio funcional e estratégicas em capitais do Norte e Nordeste brasileiros, por serem regiões próximas à Europa. Fortaleza possuía aeródromo, na década de 1930, no bairro Alto da Balança, mas, com a chegada da força americana, é construída infraestrutura com capacidade de receber tripulações e aeronaves de guerra. Relato de Direng (1978) mostra que a Base do Alto da Balança é utilizada pela Força Aérea dos Estados Unidos (*United State Air Force – USAF*) em apoio à operação militar denominada “Trampolim da África”.

A construção da Base Aérea de Fortaleza, em 1941, Base do Pici, iniciais em inglês de Posto de comando (*Post of Command – PC*), a empresa aérea PANAIR do Brasil S.A, subsidiária da norte americana Pan American Airways Inc. é responsável pelo financiamento e execução da obra, no Programa de Desenvolvimento de Aeroportos (*Airport Development Program – ADP*).

O presidente Getúlio Vargas autoriza a construção, melhoramentos e aparelhamento dos aeroportos do Amapá, Belém, São Luis, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió e Salvador (MACIEL, 2006).

O projeto da Base do Pici prevê a construção de pista com 1.500 metros de comprimento, que permite operações de aeronaves que fazem patrulhamento do litoral da Região Norte e Nordeste do Brasil (OLIVEIRA; LAVOR, 2007).

Em fevereiro de 1942, com 75% da obra de extensão finalizada, pouso, na pista do Pici, aeronave americana que se encontra fora da rota original. Em março do mesmo ano as obras são concluídas, mas identifica-se pelos estudos técnicos de brasileiros e americanos, que a pista de pouso e decolagem tem limitações de dimensão e estrutura, não sendo apropriada ao tráfego aéreo pesado (NATIONAL ARCHIVES, 2007). Os fortes ventos e posição da pista não favorecem o desempenho de aeronaves, em pouso e decolagem.

Assim, constrói-se, em julho de 1943, a Base Aérea do Cocorote, que compreende os bairros Serrinha, Montese, Dias Macedo, Alto da Balança, Vila União e Aerolândia, obra finalizada em novembro de 1943 pelos norte-americanos. Segundo Direng (1978), o projeto prevê a construção de pista de pouso e decolagem

pavimentada em asfalto, com 2.100 m de comprimento por 60 metros de largura e cabeceira de concreto com 60 metros de comprimento e 47 de largura. A Base é utilizada como apoio às Operações táticas do Exército dos Estados Unidos (*United State of Army – US Army*).

A Base do Cocorote denomina-se Aeroporto do Cocorote pelos fortalezenses e, posteriormente, em 1952, denomina-se Aeroporto Pinto Martins.

O nome é homenagem ao cearense Euclides Pinto Martins (1892-1924) e a escolha se deve ao fato, segundo Oliveira e Lavôr (2007), de que, na década de 1920, o cidadão Pinto Martins, natural de Camocim, realiza o primeiro voo sobre o Oceano Atlântico saindo de Nova Iorque - EUA para o Rio de Janeiro - Brasil, a bordo do hidroavião Sampaio Correia, no período entre setembro de 1922 e fevereiro de 1923.

Ao longo dos anos, a pista do Aeroporto Pinto Martins passa por adequações, em 1963, é ampliada para 2.545 metros passando para dimensões que se mantêm até os dias atuais (Figura 7):

Figura 7 – Pista do Aeroporto Pinto Martins



Fonte: <skyscrapercity> (2014).

Em 1966, é construído o primeiro terminal de passageiros, com 8.200m² de área construída com capacidade para 900 mil passageiros/ano (OLIVEIRA; LAVÔR, 2007). Constrói-se pátio de estacionamento de aeronave, com dimensões para atender as operações.

A INFRAERO assume a administração do Aeroporto Pinto Martins em 1974, até então sob o comando militar do Ministério da Aeronáutica. A empresa inicia as obras de revitalização e ampliação do complexo aeroportuário, faz melhorias no terminal de passageiros, climatização de salas de embarque e desembarque, reforma de áreas do saguão, com o objetivo de proporcionar maior comodidade, operacionalidade e segurança aos usuários, e reparos no pátio de estacionamento de aeronave e no sistema de pistas. Prepara o aeroporto para o crescimento de fluxos aéreos nacional e internacional. Figura 8: antigo terminal de passageiros do Aeroporto Pinto Martins.

Figura 8 – Antigo Terminal de Passageiros Aeroporto Pinto Martins



Fonte: O Povo (2010).

A mudança de visão, em relação aos aeroportos de Fortaleza, dá-se em 1995, com o Plano de Desenvolvimento Sustentável, elaborado pelo Governo de Tasso

Jereissati, momento em que o Aeroporto se torna marco simbólico e coloca o Ceará em posição estratégica no cenário mundial do turismo.

O interesse do governo é de inserir a capital no mercado mundial do turismo, cuja exigência é de aeroporto internacional.

Na década de 1980, o governo e INFRAERO assinam protocolo de intenções para construção de novo aeroporto, mas enfrentam protestos organizados pelas lideranças e moradores de bairros afetados pelas obras. Mesmo assim, realizam-se desapropriações e é construído novo aeroporto, em 1990, com estrutura ampla e confortável para receber turistas atendendo a norma de internacionalização.

Os jornais do Estado divulgam positivamente a obra do aeroporto, estabelecendo relações entre o desenvolvimento e mercado mundial do turismo, atração de investidores e consumidores para os produtos turísticos criação de novos postos de emprego e aumento da renda. O Diário do Nordeste (2004) divulga:

Com sol em abundância, belas praias e um povo hospitaleiro, o Ceará se propõe a ser uma alternativa ao Caribe. A construção do Aeroporto Internacional Pinto Martins em 1998, eleva o fluxo turístico em 30% e acaba se tornando o marco da consolidação do turismo no Estado. Graças ao incentivo do governo estadual, muitos turistas que se encantaram com o local tornaram-se também investidores, boa parte deles já com experiência em outros paraísos turísticos, como em Portugal e Espanha.

Em 1998, a parceria INFRAERO, Governo Federal e Governo Estadual inaugura, em Fortaleza, o novo Aeroporto Internacional Pinto Martins, num custo de cerca de R\$ 98 milhões, tem, no primeiro ano, comparado com o mesmo período do ano anterior, aumento de 22% de passageiros. A cerimônia conta com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso e do governador Tasso Jereissati.

No discurso de inauguração, em 08 de fevereiro de 1998, Fernando Henrique Cardoso enfatiza que a construção de aeroportos, no Nordeste, representa estratégias do Governo Federal para gerar emprego e aumentar divisas, além de promover encontro entre pessoas em constante deslocamento. A revista *Check in*, em março de 1998 (p. 40), divulga:

Estamos fortemente convencidos de que para gerar mais divisas, mais empregos e mais lazer para os brasileiros, precisamos prestigiar a indústria do turismo. Esta indústria só vai para frente se houver infraestrutura, se houver aeroporto e avião. Estamos inaugurando aqui, no Ceará, o túnel do tempo. E este tempo é o futuro que está acontecendo nas mãos do povo cearense. Os aeroportos são catedrais leigas do mundo moderno, onde as pessoas se

encontram para viajar, trabalhar, descansar, conversar. Essas catedrais só se justificam quando dentro delas há espírito de transformação, de sobriedade, de preocupação por aquilo de que a sociedade mais necessita. Nesse sentido, passam a ser catedrais da esperança”.¹⁰

Afirma Tasso Jereissati (1998) que o Aeroporto Internacional simboliza nova fase de desenvolvimento do turismo: “o novo aeroporto incrementará o turismo, pois abrirá perspectivas para voos internacionais e possibilitará que tenhamos condições de receber usuários do Brasil e do exterior em condições iguais de qualquer parte do mundo”.¹¹

O novo terminal conta com 36 mil metros quadrados e capacidade de recebimento de 2,5 mil passageiros/ano, com 14 posições de estacionamento de aeronave, cercado pelos bairros Vila União, Montese, Serrinha, Dias Macedo, Aerolândia e alto da Balança. O aeroporto está localizado no centro geográfico de Fortaleza, na Avenida Senador Carlos Jereissati, construída especialmente para dar acesso ao aeroporto, no bairro Serrinha, a 5 km do centro da cidade e a quinze minutos dos principais hotéis da orla marítima.

Figura 9 – Novo Aeroporto Internacional Pinto Martins



Fonte: Fortaleza em Fotos – Repositório digital ¹².

¹⁰ Idem

¹¹ Banco do Nordeste Notícias, 06 de fevereiro de 1998, p. 7.

¹² Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br> Acesso em 25 de mar. 2017

O aeroporto se divide em quatro partes onde se distribuem atividades comerciais e de controle: subsolo – setor responsável pela manutenção; térreo – encarregado pelo desembarque doméstico e internacional, atividades policiais (Juizados de Menores, Polícia Militar, Receita Federal e imigração), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), também os *check-ins*. Primeiro pavimento: embarques doméstico e internacional, administração da Infraero e companhias aéreas e controle de embarque internacional (Polícia Federal), serviço de táxi, banco, correios, lojas, praça de alimentação e segundo pavimento – terraço panorâmico, cafés e área para *happy hour*.

Ao longo dos anos, o Aeroporto se consolida como importante equipamento urbano para turismo, portão de entrada e saída de turistas nacionais e internacionais. A INFRAERO, por meio da Superintendência do Aeroporto Internacional gerencia a infraestrutura aeroportuária, de forma a manter padrões e normas internacionais de atendimento a usuários, e, assim, apoia políticas de desenvolvimento turístico da SETUR. O resultado de todo empenho é que o terminal, projetado para receber 2,5 milhões de passageiros/ano, atinge em 2007 a marca de 3,6 milhões de passageiros/ano¹³.

Em janeiro de 2010, o governo federal reúne representantes de 12 cidades-sedes da Copa do Mundo e assina o documento Matriz de Responsabilidades do Mundial, que reúne os principais investimentos no evento. A princípio, listam-se obras de mobilidade urbana e estádios, e, em julho do mesmo ano, incluem-se projetos de reforma e construção de aeroporto. O investimento estimado para áreas de infraestrutura, mobilidade urbana, aeroporto e porto é de R\$ 17,7 bilhões e previsão de término das obras: dezembro de 2013.

Em maio de 2011, a Infraero disponibiliza detalhes sobre a ampliação do Aeroporto, intervenções no terminal de passageiros, segundo o órgão, estão planejadas para consumo do montante de R\$397 milhões em construção de 6 novas pontes de embarque que conectem o aeroporto à aeronave e aumento de 100 mil metros quadrados do perímetro atual, área de 133 mil metros quadrados de infraestrutura.

¹³ INFRAERO (2007).

A Infraero promete a obra para novembro de 2010, que não é concluída e o jornal eletrônico G1.com traz a seguinte reportagem:

A reforma do Aeroporto Internacional Pinto Martins é o maior gargalo entre as obras de preparação da cidade para a Copa 2014. A Empresa de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) já informou que a reforma do aeroporto não estará completa até a data do campeonato, em meados de 2014. A Infraero prevê que parte do projeto total esteja concluída em 2014, para ser usufruída durante o evento. Nesta primeira etapa, deve ser feito um novo terminal de embarque e desembarque. Na segunda etapa, após a Copa, o terminal que já existe no Pinto Martins será reformado e haverá interligação com o novo ponto. Ainda de acordo com a Infraero, o Aeroporto Pinto Martins deve receber um fluxo de 6 milhões de passageiros e operar em capacidade máxima. A atual infraestrutura do aeroporto é insuficiente para atender a demanda prevista para o mês da Copa do Mundo. O investimento no terminal aeroportuário será de R\$ 390 milhões para a estrutura e mais R\$ 100 para equipamentos como elevador, escadas rolantes, mesas, cadeiras e móveis. Também está prevista a construção de um edifício garagem para 2 mil veículos.

O consórcio CPM Novo Fortaleza, formado pelas empresas CONSBEM Construções e Comércio, Paulo Octávio Investimentos Imobiliários e Grupo MPE – Montagens e Projetos Especiais, é responsável pelo projeto executivo e obras e serviços de engenharia para reforma, ampliação e modernização dos terminais de passageiros, adequação do sistema viário de acesso e ampliação do pátio de aeronave. O valor do contrato é de R\$ 336.638.759,26 milhões. Em outubro de 2012, a Infraero inicia processo de aplicação de multa ao consórcio COM, devido ao atraso na obra, que culmina em sanção no valor de R\$ 183.567,43 mil. A medida é publicada pelo tribunal de contas da união. Figura 10: situação da obra do Aeroporto Internacional de Fortaleza em março de 2015. O atraso da obra causa transtornos a usuários do aeroporto, e, até mesmo para a população da cidade, pois, devido ao abandono, torna-se ambiente propício à proliferação de vetores que transmitem doenças, o que representa problema de saúde pública.

Figura 10 – Obras de ampliação do Aeroporto Pinto Martins



Fonte: TV Verdes Mares/Reprodução (2015).

O Aeroporto Internacional Pinto Martins é o único de cidade-sede da copa do mundo a funcionar com estrutura provisória. O terminal temporário fica conhecido como “puxadinho” pela população e funciona até agosto de 2014, com capacidade para 400 mil passageiros, no custo de R\$ 1,79 milhão.

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) divulga e aprova, em novembro de 2016, Edital de Concessão do Aeroporto. A outorga do equipamento é de 1,4 bilhões. Apesar da economia do país em recessão e alta de desemprego que atinge

mais de 12 milhões de brasileiros, no Ceará, o governo consegue manter contas equilibradas e não passa pelas dificuldades financeiras de estados ricos.

Com lance de R\$ 425 milhões, a Fraport, empresa alemã, vence a disputa pelo Aeroporto. O leilão feza-se na BM&FBovespa, em São Paulo. Em entrevista ao Diário do Nordeste, no dia 17 de março de 2017, a executiva da Fraport, Alletla Von Massenbach, diretora de investimentos globais, afirma a retomada das obras do terminal, no início de 2018. Figura 12: situação da obra em 16 de março de 2017, segundo o MPF, 15,62% concluídos. A executiva aponta, como motivo para escolha de investimento, a posição geográfica do terminal e o potencial da cidade para atrair turistas nacionais e estrangeiros. Afirma ainda que está ciente do abandono da obra e a companhia alemã fará estudos para saber detalhes dos serviços abandonados, principalmente condições físicas da estrutura.

A Frapor AG é líder mundial em negocios de aeroporto, e está com os terminais de Frankfurt e Hanôver na Alemanha, Burgas e Varna na Bulgária, Ljubljana na Eslovênia, São Petesburgo na Rússia, Antalya na Turquia, Delhi na Índia, Xian na China e Lima no Peru. Representantes da empresa dizem que o aeroporto de Frankfurt tornou-se o maior complexo de trabalho da Alemanha em único local, empregando aproximadamente 81 mi pessoas em cerca de 450 empresas e organizações.

Diz o governador Camilo Santana que a expectativa é de impulsionar o setor aéreo pelo grupo internacional e lutar para atrair o Hub da companhia aérea Latam para o Estado. A Latam informa, após resultado do leilão, que o estudo de viabilidade do projeto para implementação do Hub, no Nordeste, continua nos planos da empresa, porém somente, com minoração da crise, define data para anunciá-lo da cidade escolhida para o empreendimento (DIÁRIO DO NORDESTE, 2017).

O Aeroporto Internacional Pinto Martins é porta oficial de entrada e saída do turismo no Ceará, ao longo dos anos, se moderniza com o objetivo de atender a crescente demanda de passageiros, com melhores serviços e espaços confortáveis para usuários. É importante equipamento que dinamiza a atividade turística do Estado, desenvolve a atividade empregaticia, em diversos seguimentos, atua como espaço de trabalho e lazer.

4.2 DINÂMICA DO TURISMO DE NEGÓCIO NO CENTRO DE EVENTOS

O turismo é hoje uma das principais atividades econômicas de países desenvolvidos, e países em desenvolvimento, pois gera receitas, cria emprego, empresas e desenvolve equipamento e infraestrutura. Nas últimas seis décadas, verifica-se, por meio do número de chegadas internacionais mundiais, a evolução do crescimento da atividade, em 2015 registrou-se o valor total recorde de 1.184 milhões de chegadas de turistas, mais 50 milhões do que em 2014 (+4.4%), sexto ano consecutivo de crescimento acima da média, após a crise econômica mundial de 2009, com chegadas internacionais a aumentar 4% ou mais em cada ano, desde 2010 (NOTÍCIAS E MÍDIA RÁDIO ONU, 2016).

Historicamente os romanos foram os primeiros a viajar por prazer. Observa-se, nas pinturas pré-históricas, azulejo, placa, vaso, mapa que os romanos frequentavam praias, em busca de divertimento, e spas, em busca de cura. Na idade média, a sociedade é formada pelos proprietários de terra, que fazem parte da nobreza, pelo clero que justifica todas as maldades da nobreza, em nome de Deus, e servos que trabalham na terra, cultivando alimentos e pagando aos proprietários com metade da produção obtida por meio do trabalho. Era a sociedade feudal, essencialmente agrícola, baseada na fixação do homem na terra. Não necessita de grandes deslocamentos, pois não há comércio. As viagens acontecem somente para resolver questões administrativas, oficiais, pela necessidade do conhecimento e pela fé. As cruzadas, expedições militares organizadas entre 1205 e 1291, por potências cristãs europeias, cujo objetivo é reconquistar a Terra Santa e libertar locais sagrados, como a Igreja do Santo Sepulcro que atrai viajantes, entre peregrinos, soldados e mercadores e propicia a transformação de pousadas em negócio lucrativo. O primeiro grêmio dos proprietários de pousadas é criado em 1282, na cidade italiana de Florença, e influencia todo o sistema de hospedagem na Itália. Na mesma época, tem início o intercâmbio de professores e alunos entre as universidades da Europa (IGNARRA, 2003).

A expansão do turismo tem origem na Revolução Industrial que trouxe aumento de tempo livre, progresso e desenvolvimento dos meios de transporte e melhoria da qualidade de vida das pessoas, principalmente em países desenvolvidos. A

relevância econômica da atividade turística começa a ser observada no início do século XX, mas sua evolução fica estagnada, devido às I e II Guerras Mundiais e à crise de 1929. Somente, nos anos de 1950, a atividade retoma sua evolução (TRIGO, 1998).

A intrínseca ligação entre atividade turística, prazer e busca pelo conhecimento motivam o desejo de viajar, de conhecer novas culturas, enfim, de conhecer algo novo. Seja qual for o tipo, cultural, esportivo ou religioso, o turismo se torna fator importante da economia. Entretanto fatores como sazonalidade, globalização, terrorismo e crise econômica de países propiciam mudanças no perfil da atividade turística, oportunizando o crescimento do turismo de negócios de forma a incrementar a atividade turística e, para suavizar um dos principais problemas que o turismo de entretenimento possui: sazonalidade. O tipo de turismo é composto por três segmentos: viagens de incentivo, viagens corporativas e eventos corporativos (WADA, 2008).

O turismo de negócios não contempla somente as atividades de venda, compra ou realização de contatos referentes a setores da atividade comercial ou industrial, ou seja, atividades diretamente ligadas ao negócio que motivam viagem, mas comporta também as atividades de hospedagem, de alimentação e de lazer, praticado por quem viaja a negócio. Por essa razão, o turismo de negócios vai além dos recursos diretamente utilizados para permanência, rede hoteleira, restaurante, transporte, agência, amplo potencial do uso dos atrativos que os lugares oferecem, e, muitas vezes, estão disponibilizadas de forma estratégica, na elaboração dos projetos de negócios. Cada vez mais o turismo de negócios se firma como segmento com maior crescimento no setor. Segundo Canton (2009, p. 1), “Nos últimos anos, o turismo de negócios cresceu 80% enquanto o de lazer avançou apenas 16% [...]”. Principais agentes: empresários, profissionais liberais e funcionários de empresa. Estudos sobre segmentação abordam negócios e eventos como parte intrínseca da atividade turística. Para Steinberg (2008, p. 10), as viagens de negócios são partes do universo que incorpora todo tipo de gasto externo realizado por pessoa a serviço da empresa, aceito como legítimo e devidamente reembolsado no fim do processo. Contudo Wada (2008, p. 215) aprofunda o entendimento considerando que turismo de negócios.

é o conjunto de atividades que resultam em viagens sob a responsabilidade de uma pessoa jurídica – empresa, órgão público, entidade de classe ou ONG – que absorve todas as despesas previstas, em política de viagem, e se preocupa com aspectos de segurança, saúde e bem-estar do viajante, com a intenção de garantir sua produtividade, enquanto esteja fora do local habitual de trabalho.

Somam-se ao fluxo de turistas de negócios, turistas que participam de eventos desde empresariais a científicos. Zanella (2008, p.15), por exemplo, considera evento “concentração ou reunião formal e solene de pessoas e/ ou entidades realizadas em data e local especial, com objetivo de celebrar acontecimentos importantes e significativos, além de estabelecer contatos de natureza comercial, cultural, esportiva, social, familiar, religiosa, científica, etc.”.

Britto e Fontes (2002, p.36) dizem que:

Evento possui duas fases distintas: a primeira, como atividade promocional de imagem de uma localidade ou empresa e o calendário turístico de um núcleo e a segunda, dentro da ótica do próprio segmento de turismo – turismo de eventos, seguimento que atua diretamente no receptivo à demanda característica dos eventos em geral.

Eventos de grande porte dinamizam a competitividade e a infraestrutura de destinos turísticos. Na última década, o Brasil desponta e posiciona-se como importante destino de negócios. O seguimento é o segundo maior fator de atração de visitantes estrangeiros, e responde por 25,3% dos turistas internacionais que visitam o país com gasto médio diário dos turistas de negócios, em torno de US\$102,18, valor 50% maior que o do turista de lazer (M&E, 2015, p. 26).

De acordo com a Embratur (2016), o Brasil é o país, na América Latina, que mais recebe turistas de negócios e eventos no ano de 2015 - levantamento da *International Congress and Convention Association* (ICCA) diz que foram realizados 292 eventos, recebendo mais de 146 mil estrangeiros, volume 10% superior ao ano anterior. O Brasil ocupa a 11^a colocação global, no *ranking*, e gradativamente amplia o número de cidades com potencial para eventos internacionais. São Paulo desponta como cidade que mais recebe eventos, em 2015, 78 eventos contra 66 no ano de 2014, já o Rio de Janeiro aparece em segunda colocação com 65 eventos. Considerando cidades das Américas do Norte, Central e do Sul, São Paulo ocupa a 3^a posição e Rio

de Janeiro a 7ª, estando à frente de grandes metrópoles, Nova Iorque, Chicago e Los Angeles¹⁴.

No Brasil, grandes eventos como Copa das Confederações, Conferência Rio+20, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo e Olimpíadas deram visibilidade ao país, ressaltando a vocação do Brasil para o seguimento de negócios e eventos. Hall (2006) considera fatores importantes: dimensão do público a ser atingido, bem como efeitos políticos que o evento proporciona com a construção de estruturas para servir a infraestrutura e impacto socioeconômico.

Nos últimos anos, os eventos no Ceará crescem substancialmente, devido ao turismo de lazer tão conhecido mundialmente, o mercado de turismo de eventos e negócios ganha cenário especial. Ao longo dos anos, o turismo do Ceará sofre transformações e apresenta diversificação de demanda. O Ceará deixa de ser apenas destino de sol e praia para entrar no seguimento evento/negócio. De acordo com pesquisa do Observatório do Turismo da Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense, no ano de 2015, Fortaleza recebe 560 eventos nacionais e estrangeiros (Quadro 5).

Quadro 5 – Âmbito dos eventos realizados em 2015

ÂMBITO	NÚMERO DE EVENTOS
Local	309
Regional	80
Nacional	161
Internacional	10
TOTAL	560

Fonte: Fortaleza Convention & Visitors Bureau (2015).

O segmento de negócios e eventos dinamiza setores, hotelaria, buffet, organizador de evento, aluguel de equipamento, transporte, entre outros, por isso importante entender-se o comportamento do mercado de evento para desenvolvimento de políticas e estratégias de organização e execução de evento. Segundo Andrade (2002, p.99), as atividades operacionais e estudos para o desenvolvimento, geração e

¹⁴ 31/05/2016 00h00, última modificação 31/05/2016 17h08 www.embratur.gov.br

captação de eventos, em áreas bem-estruturadas, são realizados por organismo especializado, *Convention & Visitors Bureau*, sob a sigla internacional C&VB. A sigla C&VB é cartão de visita que demonstra a existência de serviço com padrões de qualidade e metodologia de atuação. A estrutura oferecida determina se o C&VB abriga apenas um técnico, grupo ou organograma funcional completo.

O C&VB é criado em 1896, em Detroit-EUA, como fundação independente, sem fins lucrativos, mantida pela iniciativa privada. Atualmente, existem por volta de 450 escritórios, em países de representatividade mundial relevante cujo modelo de eficácia segue o padrão norte-americano.

Convention & Visitors Bureaus, em Fortaleza, trabalha na captação de eventos para o Estado e colabora diretamente para a organização da agenda de turismo de evento e negócio. O propósito do trabalho da C&VB é preencher o calendário anual de congressos e feiras, principalmente na baixa estação, resolvendo o problema da sazonalidade.

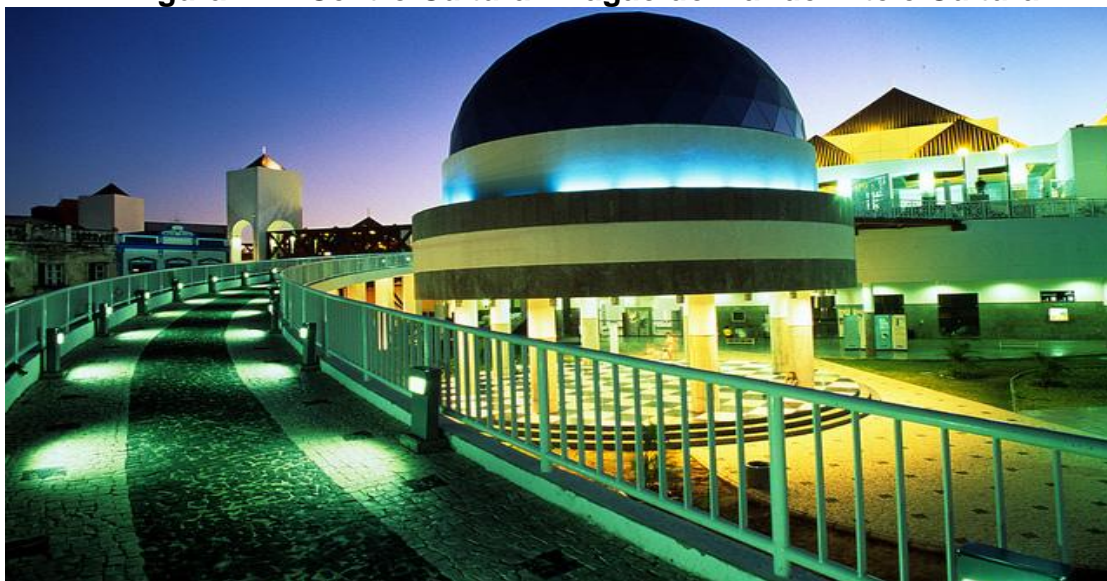
Até a década de 1990, o Ceará é conhecido pela seca, miséria e fome, mas o “Governo das Mudanças”, encabeçado por Tasso Jereissati, tem como estratégia fomentar bases de infraestrutura com recursos hídricos, energéticos e transporte e apresentar um Estado turístico baseado no binômio sol e praia. Soma-se ao turismo sol e praia a proliferação, em Fortaleza, de obras com inspiração pós-modernistas. Figura 11: Mercado Central (1996). Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (1998) (Figura 12).

Figura 11 – Vista externa do Mercado Central de Fortaleza



Fonte: <negociosdoceara.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2017.

Figura 12 – Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura



Fonte: <conhecendoceara.diariodonordeste.com.br>. Acesso em: 01 jul. 2017.

O poder público configura-se como investidor majoritário dos principais espaços turísticos. Neste sentido, o governo investe na construção do Centro de Eventos do Ceará (CEC), inaugurado em 2012, ocupando o segundo lugar de maior do Brasil, em área útil, com 76 mil m². É equipamento multiuso construído para receber feiras, exposições, shows, entre tipos de eventos.

O Centro de Convenções do Ceará, inaugurado em 8 de março de 1974, na Av. Washington Soares, 1141, Edson Queiroz, foi, por 38 anos, o principal espaço do Ceará para sediar exposições, congressos, feiras, eventos culturais e de negócios. Com localização de acesso rápido e direto à zona hoteleira, aeroporto internacional, restaurantes e atrativos da cidade. A área edificada é de 15.244,85m², distribuídos em blocos conectados, com acesso independente, o que faz possível a realização de cinco eventos simultâneos. Foi palco de importantes feiras, Bienal Internacional do Livro e congressos médicos de relevância. Nos últimos três anos de funcionamento, o CEC Edson Queiroz recebe por volta de 110 eventos, com mais de 612 mil participantes. Os eventos, na maioria, são de grande porte: Congressos e Feiras, não há presença significativa de eventos internacionais.

Em 05 de novembro de 2014, o governo publica, no diário oficial, documento indicando que o equipamento Centro de Eventos Edson Queiroz está apto à demolição.

Desde o Governo de Lúcio Alcântara, 2003-2006, sabe-se da necessidade de construção de novo centro de eventos, devido às limitações físicas e técnicas que o antigo CEC Edson Queiroz apresenta, mas devido ser projeto ambicioso, teve execução inviabilizada, no entanto, com a mudança de governo em 2006, o projeto volta à pauta e se concretiza no segundo mandato de Cid Gomes, 2011-2014.

Antecede a implantação do equipamento fóruns com a participação de grupos de influência (políticos, empresários do comércio, indústria, hotelaria, setor imobiliário, serviços, transportes e universidades), ligados ao setor com vistas a discutir e decidir ações e localização do Centro de Eventos (DIRETÓRIO ESTADUAL, 2007).

Entre os locais aprovados pelos estudos técnicos e fóruns realizados para receber as novas instalações, estão o Poço da Draga na Praia de Iracema, Praia Mansa, próximo à Companhia Docas, e Centro da cidade, nas proximidades da Estação João Felipe. Mas protestos políticos e técnicos, que alegam problemas de mobilidade e

transtornos urbanos, escolhe-se a Avenida Washington Soares, próximo ao antigo Centro de Convenções do Ceará, local antes ocupado pela Academia da Polícia Militar do Ceará. O local escolhido constitui um dos principais vetores da expansão de Fortaleza e mostra-se com capacidade para se tornar nova área central da cidade, pois concentra, embora de forma linear, funções urbanas e equipamentos públicos e privados de grande importância, Universidade de Fortaleza, Fórum Clovis Beviláqua, Shopping Iguatemi.

O Centro de Eventos do Ceará, oficialmente sob a responsabilidade da SETUR, é o segundo maior do Brasil em área útil, com 76 mil m² (Figura 13), o mais moderno da América Latina. Trata-se de equipamento versátil, multiuso apto a receber feiras, exposições e eventos.

Figura 13 – Centro de Eventos do Ceará



Fonte: <clara.tur.br>. Acesso em: 01 jul. 2017.

O artefato está dividido da seguinte forma: pavilhões (oeste e leste), área de convivência, foyer e recepção e salas multiuso. Possui quatro túneis de 9,5 metros cada e rotatórias de acesso ao equipamento.

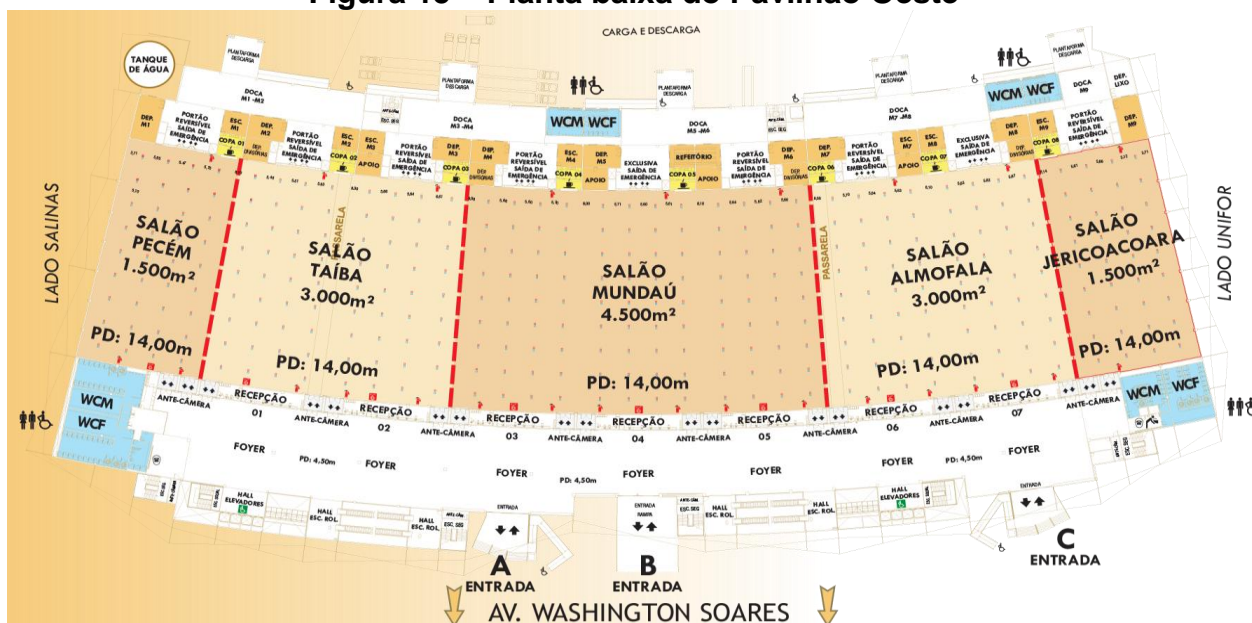
Figura 14 – Maquete do Centro de Eventos do Ceará.



Fonte: <www.youtube.com.br>. Acesso em: 01 jul. 2017.

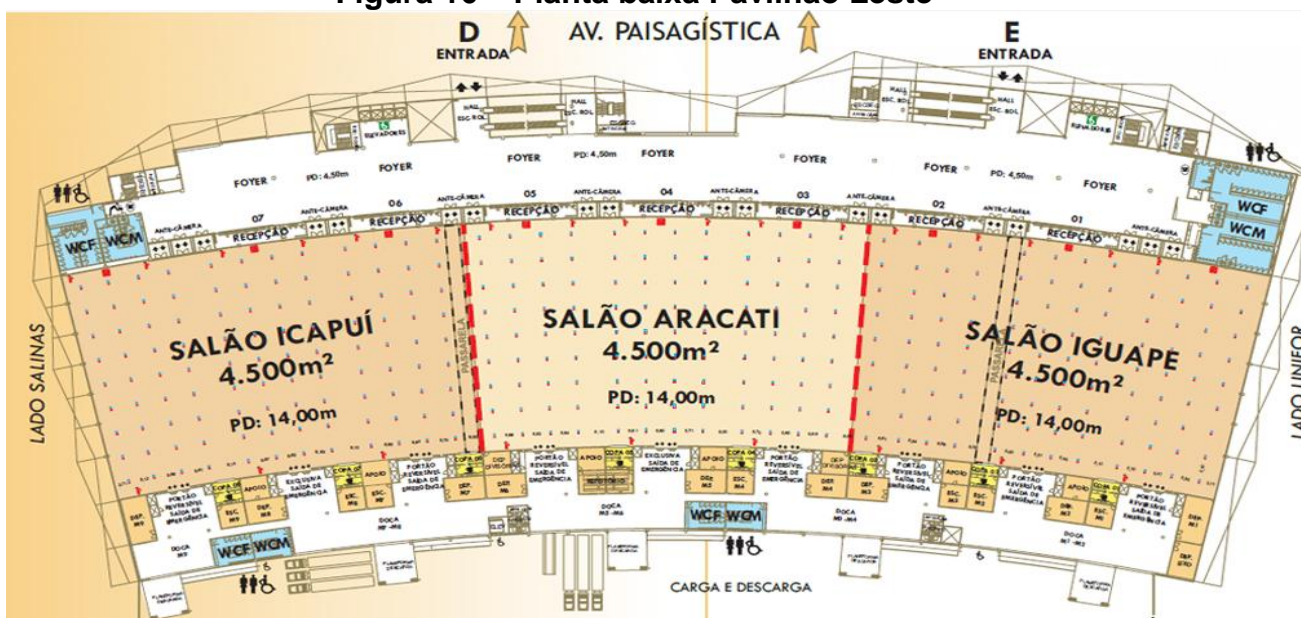
Conforme Figuras 15 e 16, os Pavilhões Oeste e Leste possuem salões com nomes de importantes destinos turísticos do litoral. O Pavilhão Oeste possui área de 13.500m², dividido em cinco salões com diferentes metragens: Pecem e Jericoacora com aproximadamente 1.500m², Taíba e Almofala por volta de 3.000m² e Mundaú com cerca de 4.500m². O Pavilhão Leste divide-se em três salões com metragens iguais, possui foyer para montagem de ambiente, banheiro, secretaria, depósito nas docas, vestiário, escritório e apoio de copa. Os salões são nomeados pelas praias da região leste: Icapuí, Aracati e Iguape. O equipamento pode ser dividido em até 44 espaços diferentes, que variam de 300m² a 14.000 m², adapta-se às necessidades dos organizadores e abriga diferentes tipos de eventos, ao mesmo tempo. São 27.000m² de áreas de exposição, 6.000m² de área de convivência e 3.200 vagas de estacionamento. Os espaços são climatizados, com iluminação inteligente, isolamento acústico, instalações elétricas e sistema de som ambiente, além de sistema de comunicação interna e telefonia.

Figura 15 – Planta baixa do Pavilhão Oeste



Fonte: <centrodeeventos.ce.gov.br>. Acesso em: 01 jul. 2017.

Figura 16 – Planta baixa Pavilhão Leste



Fonte: <centrodeeventos.ce.gov.br>. Acesso em: 01 jul. 2017.

O Edital de Concorrência Pública nº 125/2008 é lançado em 21 de novembro de 2008 pela SETUR e o objeto é a Construção do Pavilhão Multifuncional do Ceará, nome escolhido à época do governo Lúcio Alcântara. As construtoras

Galvão Engenharia e Andrade Mendonça vencem a concorrência do projeto orçado em R\$279.754.057,45, valor proveniente de recursos do Tesouro do Estado e do Ministério do Turismo (TCE, 2013).

Durante a abertura da 18ª *Brasil National Tourism Mart* (BNTM), em 23 de abril de 2009, o governador Cid Gomes assina a ordem de serviço para construção do artefato com o nome Centro de Eventos do Ceará que substitui o antigo nome dado no governo anterior. Figura 17: construção de pavilhões idênticos totalmente pré-fabricados.

Figura 17 – Obra dos dois pavilhões idênticos



Fonte: <piniweb.pini.com.br> (2011). Acesso em: 04 jul. 2017.

O projeto de autoria do arquiteto Joaquim Cartaxo tem desenho inspirado na paisagem e no artesanato cearense. O equipamento é formado por dois edifícios semicirculares paralelos conectados por volume central elevado. Há praça pública entre os dois edifícios, construída para dar acesso ao Centro. O espaço é concebido para comportar até 30 mil pessoas. Cada edifício conta com 27.540m² de área de exposição, com pé direito de 14 m, em cada pavilhão, além de salas de exposições de menor porte. Há a preocupação com a sustentabilidade, sistemas de iluminação, climatização e esgotamento sanitário estão de acordo com os requisitos de preservação do meio

ambiente também há cuidado com a acessibilidade a pessoas com limitações físicas (LIMA, 2011).

Com recepção fechada para 3.000 convidados, entre políticos, empresários do *trade* e jornalistas especializados, show do tenor Plácido Domingo, Orquestra de Câmara Eleazar de Carvalho e humor de Tom Cavalcante, o centro de eventos é inaugurado em 15 de agosto de 2012. A festa para o público acontece três dias após a abertura com apresentações artísticas e culturais que reúnem mais de 200 mil pessoas.

Além de apresentar diferenças do projeto original, a obra custa R\$ 206,8 milhões a mais que o previsto, totalizando o montante de R\$ 486,51 milhões aos cofres públicos (TCE, 2013).

Figura 18 – Fachada do Centro de Eventos do Ceará



Fonte: O Povo (2012).

A explicação da diferença do valor dada pela SETUR é de que houve inclusão de despesas para a construção, correspondentes à desapropriação, escada, elevador e revestimento do Centro de Eventos (JORNAL O POVO, 2012).

Em 2012, o IPECE lança estudo sobre o novo equipamento e estima que serão gerados 400 empregos diretos e 2.000 indiretos, importante contribuição para

aumento da renda do cearense. Aventa-se também a geração de R\$360,5 milhões em tributos, e o impacto de 1% no PIB do estado, o que corresponde a R\$ 800 milhões.

O resultado alcançado, no primeiro semestre de funcionamento, segundo dados do Fortaleza *Coventions and Visitors Bureaux* (2012), mostra que 29 eventos, na maioria Congressos, são realizados, têm participação de 108.200 pessoas, e, no segundo mês de atividades, a feira Top Móvel ocupa dois pavilhões e congrega 30.000 pessoas.

Quadro 6 – Eventos realizados em 2012 no CEC

(continua)

Nº	Período	Evento	Nº de Participantes
1	15/08/2012	Show Plácido Domingo	3.000
2	18/08/2012	Giro cultural	20.000
3	19 a 23/08/2012	XII Encontro de aleitamento Materno	3.000
4	03 a 06/09/12	Top Móvel	30.000
5	12 a 15/09/2012	<i>ALL About Petshow</i> 2012 e IV Congresso Nacional de Saúde Pública Veterinária	2.000
6	12 a 15/09/2012	IV Congresso Internacional de Odontologia	7.000
7	12 a 16/09/2012	Salão Imobiliário do Ceará	1.000
8	24 a 27/09/2012	Feira do Empreendedor	3.000
9	25 a 27/09/2012	FRUTAL 2012	3.000
10	29/09/2012	Miss Brasil 2012	Não informado
11	01 a 03/10/2012	ISAP <i>International Conference Asphalt Pavments and Environment</i>	300
12	03 a 05/10/2012	41ª Reunião anual de Pavimentação	400
13	17 a 19/10/2012	Recicla Nordeste Feira DE Reciclagem do Nordeste	2.500
14	24 a 27/10/2012	XIX Congresso Brasileiro de Cancerologia	3.000

Quadro 6 – Eventos realizados em 2012 no CEC

(conclusão)

Nº	Período	Evento	Nº de Participantes
15	24 a 27/10/2012	Signs Nordeste 2012	10.000
16	28 a 30/10/2012	22º Encontro Regional de Beleza	5.000
17	06 a 10/11/2012	XVII Congresso Brasileiro de Medicina Intensiva	5.000
18	13 a 17/11/2012	Convenção Jotujé	Não informado
19	17/11/2012	Show Preta Gil	Não informado
20	19/11/2012	Eleições OAB	Não informado
21	21 a 22/11/2012	Congresso de Ministros de Justiça Mercosul	Não informado
22	23/11/2012	Show Melhores do Mundo	Não informado
23	24 a 28/11/2012	XI Semana Brasileira do aparelho Digestivo - SBAD	6.000
24	26 a 28/11/2012	CIERB 2012 - Conferência Internacional sobre Energia de Resíduos e Reciclagem de Biomassa	2.000
25	05 a 07/12/2012	Fórum Cearense de Jovens Lideranças Empresariais	Não informado
26	07 a 09/12/2012	Encontro de Líderes Adventistas	Não informado
26	14 a 16/12/2012	Método CIS	2.000
27	14/12/2012	Show Maria Bethânia	Não informado
28	16/12/2012	Kaiser Fest	Não informado
29	17/12/2012	Entrega de Selo UNICEF	Não informado
			108.200

Fonte: FCVB (2012) elaborado por Luciane Miranda de Carvalho.

A SETUR informa, no fim de 2013, que, de 128 eventos realizados no período, 58 são catalogadas como eventos de grande porte, com mais de 700 mil participantes. Do total, 507.755 (66,28%) são participantes de eventos regionais e/ou

internacionais, e 258.265, num percentual de 33,72% são locais. A SETUR informa ainda que o visitante tem gasto *per capita* de R\$331,34, em cada um dos 6,6 dias de permanência na cidade, o que gera impactos na economia estadual de mais de R\$1,9 bilhão.

Tabela 2 – Origem dos eventos realizados no CEC

ORIGEM	EVENTOS	(%)	PÚBLICO	(%)
Local	69	53,91	258.265	33,72
Regional	14	10,94	137.500	17,95
Nacional	38	29,69	264.150	34,48
Internacional	7	5,47	106.105	13,85
Total geral	128	100,00	766.020	100

Fonte: Setur (2013).

Informações da SETUR/CE (2013) mostram que o Centro de Eventos do Ceará tem captação de 170 eventos pulverizados em pautas até 2019, incluindo eventos importantes como encontro da cúpula dos blocos econômicos, BRICS, formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e Copa do Mundo de 2014.

Bismarck Maia, Secretário de Turismo, entre 2007 a 2014, enfatiza a importância econômica do CEC para o Estado do Ceará: “A partir deste equipamento, toda a cadeia de negócios ligada ao turismo é fortalecida, e isto inclui desde os hoteleiros até os prestadores de serviços esporádicos, como taxistas, profissionais de beleza, entre outros” (CEARÁ, 2013). O Ceará tem versatilidade e recebe bem desde eventos esportivos e de lazer, até grandes eventos de negócios e políticos.

A antecipação de reservas para eventos no CEC demonstra interesse e aceitação do espaço. O Fortaleza *Convention and Visitors Bureaux* demonstra, por meio de relatórios, eventos captados para Fortaleza, e os destinados ao CEC no ano de 2017:

Quadro 7 – Eventos Captados para o CEC – 2017

(continua)

Nº	Período	Evento
1	30/06 a 02/07	Método CIS
2	04/07	Seminário Compartilhando Saberes com o Terceiro Setor
3	05 a 08/07	Expoevangélica
4	06 a 16/07	Pecnordeste
5	14 a 16/07	Sana 2017
6	18 a 21/07	Fortal 2017 – Entrega de Abadás
7	28 a 29/07	Celebração Sara Nossa Terra
8	01 a 03/08	Feira de Móveis
9	02 a 04/08	Congresso Brasileiro de Asma e 7º Congresso Brasileiro de DPOC e Tabagismo
10	16/08 a 18/08	Expo Brasil Nordeste
11	16 a 19/08	Congresso Brasileiro de atualização em Endocrinologia
12	16 a 18/08	Ceará Moda Contemporânea 2017
13	17 a 19/08	1º Congresso de Saúde Baseado em Evidência
14	26 a 29/08	XXXVI Congresso Brasileiro de Urologia
15	29 a 31/08	Cearapão
16	06 a 09/09	XXXIX Congresso Brasileiro de Oftalmologia
17	22 a 23/09	O Poder Verdadeiro
18	26 a 29/09	Seminário de Aconselhamento Bíblico
19	03 a 06/10	Maquintex/SEMICC 2017
20	10 a 14/10	38º Congresso Brasileiro de Pediatria
21	15 a 17/10	Encontro Nacional da Beleza
22	17 a 20/10	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia
23	26ª 28/10	Fenóptica 2017
24	28 a 30/10	Estética In Nordeste

Quadro 7 – Eventos Captados para o CEC – 2017

(conclusão)

25	01 a 04/11	26º Congresso de Psicanálise
26	06 a 08/11	Encontro Internacional Sobre a Natureza 2017
27	09 e 10/11	Encontro de endodontia
28	08 a 11/11	Bazar La Boutique
29	17 E 18/11	Congresso administrar
30	15 a 17/12	Método CIS

Fonte: C&VB (2017) elaborado por Luciane Miranda de Carvalho

A demanda de eventos captados do Centro de Eventos do Ceará, de 2018 até 2020, existe, porém a SETUR não divulga alegando critério comercial.

Existem setores na cadeia produtiva do turismo envolvidos e afetados pelo segmento evento, entre eles, em destaque hotéis, organizadores, entretenimento, limpeza, logística, infraestrutura, transporte, lazer, companhia aérea, restaurante. Em entrevista ao jornal Diário do Nordeste em 16 de agosto de 2013, a presidente do Sindeventos¹⁵ diz que, na cadeia de eventos, identificam-se externalidades positivas não somente em hotéis, mas também na gastronomia, decoração, transporte terrestre. Coriolano (2006) e Aires Filho (2013) identificam 52 serviços impactados pelo turismo que interferem positivamente na economia:

Quadro 8 – Serviços impactados pelo turismo

(continua)

Nº	SERVIÇO	Nº	SERVIÇO
1	Hotelaria e hospedagem	27	Residentes
2	Organizadoras de Eventos	28	Proprietários de terrenos
3	Operadoras	29	Imóveis
4	Agências de Viagens	30	Construtoras
5	Montadoras	31	Agencias de propagandas
6	Promotoras de eventos	32	Igrejas
7	Guias de Turismo	33	Serviços públicos (infraestrutura)
8	Receptivo	34	Area saúde (hospitais, postos, farmácias)

¹⁵ Circe Jane Teles

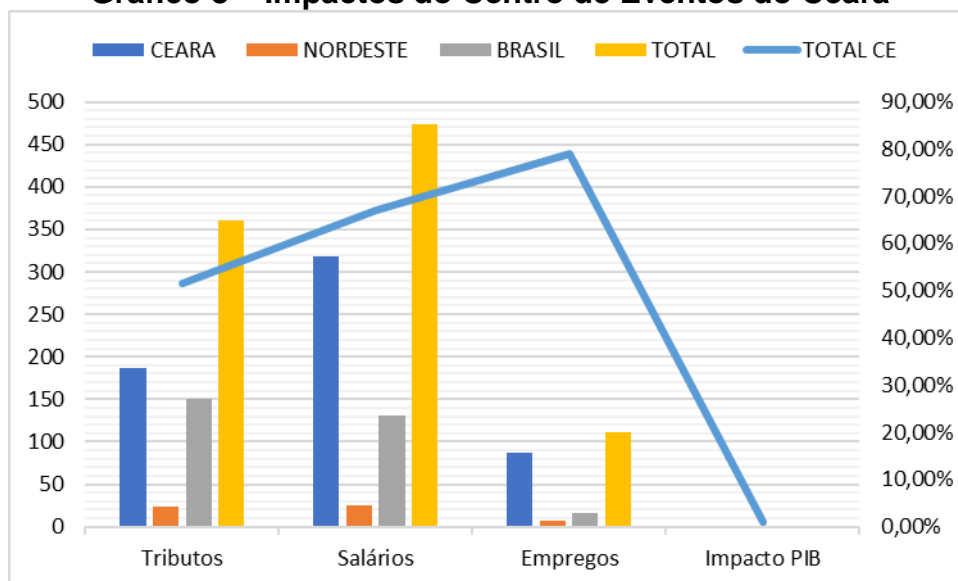
Quadro 8 – Eventos Captados para o CEC – 2017

(conclusão)

Nº	SERVIÇO	Nº	SERVIÇO
9	Tradutores	35	Entidades de classe
10	Motoristas de Táxi	36	Clientes
11	Locadoras de veículos	37	Vida noturna
12	Ambulantes	38	Entretenimento/lazer
13	Empresa Locação Áudio Visual	39	Comunicação
14	Empresas de Brindes	40	Comércio de varejo
15	Gráficas e papéis	41	Comércio de artesanato
16	Transportes (aéreo/terrestre)	42	Fornecedores de equipamentos
17	Alimentação e Gastronomia	43	Poder público
18	Setores Produtivos	44	Segurança
19	Profissionais Liberais	45	Parceiros (trade privado e financeiro)
20	Educação	46	Terceiro setor
21	Cultura e Museus	47	Urbanistas
22	Estacionamento	48	Turismólogos
23	Têxtil e vestuários	49	Instituições de fomento
24	Limpeza	50	Setor imobiliário
25	Teatros	51	Artes
26	Shows	52	Academias

Fonte: Adaptado de Coriolano (2006), Aires Filho (2013), Mtur (2008) e Ipece (2012)

Estudos do IPECE e SETUR/CE 2012 mostram que o Centro de Eventos do Ceará impacta em 1% do PIB, gera 87,6 mil empregos diretos com aumento de R\$ 318,30 milhões em salários. Conforme Gráfico 8, estudo do IPECE em 2012, mostra que gastos decorrentes de eventos previstos geram R\$ 360,5 milhões em tributos totais, na economia, o valor é representado pela receita de R\$186,1 milhões, 51,60% do total gerado em tributos. Acréscimo de R\$ 474,1 milhões na massa salarial, com R\$318,40 absorvidos pela economia, correspondendo a 67,10% da massa salarial, quanto à qual, considerando o efeito da arrecadação tributária, o crescimento da produção repercute na criação de novos postos de trabalho e na ampliação da massa salarial, representando R\$ 110,8 mil novas vagas de trabalho, com rebatimento na Região Nordeste e no Brasil, ficando 79,10% para o Ceará (IPECE, 2012, *apud* RODRIGUES, 2016, p. 150).

Gráfico 8 – Impactos do Centro de Eventos do Ceará

Fonte: IPECE/CE (2012) elaborado por Luciane Miranda de Carvalho

Aires Filho (2013, p.120) identifica externalidades positivas geradas pelo Centro de Eventos:

- Impacto social: geração de emprego e renda; melhoria da qualidade de vida da população; inclusão/acesso da população na participação de eventos técnicos/científicos e comerciais; aumento da renda per capita da população; aumento da competitividade turística do Estado; acessibilidade a deficientes físicos; incentivo à criação de novos cursos no setor de eventos;
- Impacto econômico: oportunidade de novos negócios; aumento da renda gerada pelo turismo e impacto sobre o PIB; implantação e ampliação de equipamentos hoteleiros e aumento da arrecadação tributária.
- Impacto ambiental: reaproveitamento da água utilizada para jardins; matriz energética eólica (energia limpa) e descarga dos banheiros a vácuo; e Aproveitamento da luz natural;

Estudos elaborados pelo IPECE E SETUR mostram a importância do Centro de Eventos do Ceará para a economia e desenvolvimento, demonstrando ampliação dos postos de trabalho, criação de emprego (direto e indireto), aumento da renda, além de majorar a arrecadação de impostos a serem aplicados em benefícios da sociedade.

4.3 COMPLEXO PORTUÁRIO DO PORTO DO PECÉM E A DINÂMICA ECONÔMICA SOCIOTERRITORIAL

O Complexo Portuário do Pecém significa para o Ceará grande avanço para as políticas socioeconômicas. O estado verifica que não apenas a política de turismo promove o desenvolvimento socioeconômico, pelo que opta, por implementar o complexo portuário, em área anteriormente considerada prioritária para o turismo, em virtude de a análise das condições técnicas ter apontado o litoral. A construção do complexo no município de São Gonçalo do Amarante destrói o Pecém como notável balneário do Ceará, mas, em compensação, a construção do porto atrai fluxo de trabalhadores de alto poder econômico e capacidade empreendedora que gera turismo de negócio, na área do porto, em comunicação com praias da região, em especial praia do Cumbuco, incentivando o turismo de negócios. As atividades litorânea e portuária, balneária, pesqueira, entre outras, incidem nos 7.367 km da costa brasileira, fator de extremo favorecimento à utilização do transporte aquaviário, também no que diz respeito à movimentação de produtos entre polos industriais e mercados consumidores do país. Destacando-se na economia, em relação à utilização de modais de transporte, a navegação de cabotagem oferece maior segurança contra avarias dos volumes transportados e nível, consideravelmente, menor de agressão ao meio ambiente, na realização da tarefa de cobrir grandes distâncias movimentando grandes volumes de carga, sem os problemas de manutenção e segurança da maioria das estradas brasileiras.

Fazem-se, no país, debates acerca das condições dos meios de transporte, pois afetam diretamente setores de negócio, impactando o desenvolvimento econômico, baseado no crescimento da indústria e do comércio, ou seja, no aumento da produção e vendas que necessitam de sistema logístico eficiente.

O Brasil detém cerca de 13 mil quilômetros de vias navegáveis, mas o modal mais utilizado é o rodoviário, com 60% do transporte de cargas, contra 14% da movimentação do aquaviário, apesar de o custo-benefício mostrar que o modal é mais vantajoso, notadamente, quando se trata de longas distâncias. Afirma Rodrigues (2007), as vantagens do transporte marítimo estão na economia de escala para grandes quantidades, em longas distâncias, e em menores custos de frete internacional,

amplamente utilizados em transações de comércio exterior, bem como em navegação interna, com orla marítima com capacidade para serviços de cabotagem.

A realidade de custos de frete, no Brasil, segue a mesma lógica de países desenvolvidos como Estados Unidos, em que tais valores seguem a lógica de que se tem o transporte aéreo como de maior preço, seguido pelo frete rodoviário. Na sequência, o frete do transporte ferroviário é de menor preço, decaindo ainda mais quando se trata do transporte de produtos por dutos. Por último, barato, na sequência de comparações, vem o frete aquaviário no qual se enquadra, em especial, o transporte de cabotagem (FLEURY, 2003).

Problemas como a reduzida frota de navios e a má estruturação de muitos portos brasileiros são sérios obstáculos à necessária redução de custos de frete, constituindo-se em impedimento ao aumento da competitividade do comércio interno e externo do país. O incremento, na procura por mais embarcações está diretamente relacionado com a necessidade de expansão e organização das condições básicas de organização dos terminais portuários brasileiros (GOMES, 2013). Nesse mesmo sentido, a evolução ou prosperidade da estrutura econômica do país está intimamente ligada à evolução dos instrumentos e recursos dos meios de transporte (CHOPRA; MEINDL, 2011).

Faltam, na atividade portuária, elementos, eficácia, know-how, competência, sobretudo vontade política, no sentido de não só direcionar recursos financeiros necessários à estruturação física adequada ao aumento de capacidade de terminais, permitindo-lhes atender a bem-vindo aumento de demanda, além de lhe permitir transpor barreiras, até então insuperáveis, como falta de assiduidade, presença ou continuidade de operações (RODRIGUES, 2007).

O Porto do Pecém é obra resultante de iniciativas necessárias à implementação de ações do governo, voltadas para a recuperação do transporte aquaviário do país e da vontade política do governo. Vinculam-se as estratégias iniciadas em 2002, Programa Brasil em Ação, concebido para promover e realizar, de forma conjunta com administrações municipais, estaduais e iniciativa privada, obras de promoção do desenvolvimento sustentável do país, estados e municípios.

Trata-se de porto moderno, fisicamente bem posicionado, em relação aos continentes norte-americano, europeu e africano, o que o torna adequado, facilitando a movimentação de produtos, entre o Brasil e países, segundo informações e referências provenientes do Plano Mestre do Terminal Portuário do Pecém (BRASIL, 2015).

A Assembleia Legislativa, por iniciativa denominada Pacto pelo Pecém, mostra que a construção do Porto é:

Estratégia inspirada na perspectiva de formação de um novo espaço econômico no Estado, com forte capacidade de gerar economias externas industriais e de aglomeração urbana, bem como elevado potencial de crescimento econômico, possibilitando uma dinâmica econômica diferenciada dos demais subespaços.

A ideia de construção de complexos industriais e portuários integrados com infraestrutura moderna para recebimento de fluxo de embarcações de grande porte, impacta diretamente a economia e dinâmica litorânea, uma vez que referidas obras alavancam força de trabalho.

As primeiras cidades-porto são resultado da abertura de fluxos de entrada de colonizadores portugueses, mercadorias vindas de Portugal e escravos originários da África, também da saída de produtos tropicais e agrícolas, com destino à Europa. Monié (2011, p. 300) assinala que “as instalações portuárias são instrumentos a serviço do capitalismo mercantil e da dominação colonial representativos de inserção dependente do Brasil, em redes de trocas da economia-mundo ocidental” e diz que os portos têm “papel fundamental no processo de formação do território brasileiro”.

Os primeiros portos da Região Nordeste, são pela necessidade de escoamento da produção agrícola, no período colonial, por exemplo, cana de açúcar, e criação de infraestrutura necessária à entrada de produtos manufaturados oriundos da Europa, de forma a atender às necessidades dos colonos que se estabeleceram na região. Pelos portos nordestinos, chegam escravos vindos da África para trabalho em lavouras de cana de açúcar. No período colonial, a Região Sudeste constrói portos para a demanda da produção de café e da atividade mineradora.

O Estado de São Paulo desenvolve a malha ferroviária, em articulação com o Porto de Santos para atender o escoamento da produção de café e, assim, o consagra como o mais importante porto. Devido à ascensão da Região Sudeste na economia, a capital Salvador se transfere para o Rio de Janeiro, como mostra Monié (2011, p. 300):

“o centro de gravidade econômica e política desloca-se para o Sudeste, assim como a hierarquia dos portos passa a ser dominada por esta região”.

Na década de 1990 a abertura econômica nacional estimula diferentes regiões do país a se reestruturarem e redimensionarem as relações comerciais com o próprio país e o mundo. (IPLANCE, 2001, p.64) ressalta que o maior interesse no caso é de:

Intensificar a concorrência geradora de estímulos e interesses em desenvolver novas técnicas, novos produtos e novas formas de organização da produção, compatíveis com a evolução dos padrões internacionais, além de promover uma (re) divisão internacional do trabalho mais adequado às vantagens competitivas de cada país.

Nesse período inicia, no Ceará, nova fase política e econômica e o Estado projeta-se para competição nos mercados interno e externo. As transformações emergem pela necessidade de o governo encontrar alternativas para reposicionar a economia e atender aos projetos de políticas públicas que trazem grandes obras para desenvolvimento de atividades industriais, agrícolas e turísticas. Tais decisões permitem a reestruturação do território, agregando objetos e rompendo com a cultura e costumes arcaicos.

Os Governantes buscam dinamizar a economia do estado por meio de políticas públicas de desenvolvimento da indústria e, na primeira gestão do governo de Virgílio Távora, 1963-1966, surgem ideias modernizantes de superação do atraso econômico. No plano nacional, a industrialização é a alternativa à solução dos problemas de subdesenvolvimento, assim como o governo cearense introduz a ideia de construção de indústrias de base, como na região sudeste, para dinamização da economia. No segundo mandato, 1979-1982, Virgílio Távora busca apoio do Governo Federal para consumir ideias de modernização por meio da industrialização.

No Brasil, dá-se a abertura gradual ao capital internacional, e o Ceará acompanha a política nacional e lança o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG II) implantando novas indústrias. O Plano de Governo, nos anos 1970, explicita o sonho de modernização por meio da implantação de novas indústrias. Segundo Carvalho (2002, p.19), Virgílio Távora “lutou pela implantação de condições infraestruturais como a inclusão do Estado no programa de eletrificação da CHESF e a defesa dos incentivos fiscais para instalação de parque industrial moderno”.

Grave crise se instala no país, na década de 1970, com agravamento nos anos de 1980, adiando sonhos do então governador Virgílio Távora. Projetos que necessitam do apoio do governo federal não são encaminhados.

Ideias de Virgílio Távora são retomadas com a chegada de Tasso Jereissati ao governo, em 1986. Com o reajuste fiscal realizado pelo governador, abre-se caminho para a implantação da política industrial, que acredita ser o vetor de desenvolvimento. O Plano de Governo, em 1986, apresenta projetos de implantação de refinaria de petróleo, Unidade de Laminadores Planos, unidade de beneficiamento de urânio (projeto Itatiaia), beneficiamento de gás natural e criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE).

A inserção de novas indústrias faz aumentar o volume de produção e exportação e, para atender a demanda, o Estado necessita de porto conforme exigências do mercado, com navios de grande porte. O Porto do Mucuripe conta com calado na batimetria de 10m¹⁶, não recebe navios modernos que necessitam de calado superior a 10m, além do que está inserido em zona urbana, sem possibilidade de expansão, o que inviabiliza transformá-lo em porto moderno agregado a complexo industrial.

As perspectivas de desenvolvimento industrial e implantação de novas atividades industriais levam a Associação Comercial do Ceará a realizar, em 1989, palestra de exposição de ideias sobre a construção do novo Terminal Marítimo. O Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH), baseado em cartas náuticas do litoral cearense, apresenta análise de possíveis locais para novo terminal. Nesse contexto, surge o Porto no Pecém, litoral oeste. O Estado está em desenvolvimento, e, devido às limitações do Porto do Mucuripe, o governo busca alternativa para que cargas e mercadorias possam chegar. O Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) faz parte do programa do Governo Federal “Avança Brasil”, 1996 a 2000, que contempla o desenvolvimento do município de São Gonçalo do Amarante e se encaixa no projeto de mudanças que dinamiza o sistema produtivo e integra o Ceará aos mercados mundiais.

¹⁶ Em outubro de 2010 inicia-se a obra de dragagem do Porto do Mucuripe, aprofundando o calado de 10 metros para 14 metros. Ao todo foram aplicados R\$61 milhões, recursos provenientes do programa Nacional de Dragagem da Secretaria Especial dos Portos – SEP, com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. Fonte: Diário do Nordeste, 22/02/2013.

O CIPP localiza-se ao longo da Costa do Pecém, distrito do município de São Gonçalo do Amarante, região metropolitana de Fortaleza. As edificações do Terminal Portuário do Pecém são anteriores à consolidação do CIPP. O porto ocupa a área de preamar e *offshore* costeiros no distrito de Pecém, enquanto o CIPP tem a área dimensionada da costa, onde está o porto, até fronteiras a leste e sul do município de Caucaia, também pertencente à região metropolitana.

O Município de São Gonçalo do Amarante, organizado em 1868, com origem no Município de Caucaia, é um dos 184 municípios, na macrorregião da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e na microrregião do Baixo Curu e limita-se ao norte com o Oceano Atlântico e os municípios de Paracuru e Paraipaba, ao sul com os municípios de Pentecoste e Caucaia, ao leste com o município de Caucaia e a oeste com os municípios de Trairi, São Luiz do Curu e Pentecoste. A escolha da área é feita pelos estudos do litoral, que buscam definir local para instalações de terminal do tipo “*offshore*”, ou seja, atracação de navios a certa distância da costa, dando acesso a navios de maior calado. Em março de 1995, por solicitação do governo, à frente os governadores Tasso Jereissati, em parceria com o Governo Federal, sob comando do presidente Fernando Henrique Cardoso, foram iniciados, pelo Grupamento de Navios Hidroceanográficos da Marinha do Brasil, levantamentos eco batimétricos da costa, na região do acidente geográfico de Ponta do Pecém, no litoral oeste, cerca de 60 km de Fortaleza, para escolha do local para as obras do novo complexo. Entre os motivos da escolha, o fato de possuir o mar profundidade de 16 metros e proximidade da costa, dispensando, assim, escavação para aprofundamento do calado, como acontece no Porto do Mucuripe. A posição geográfica do Porto do Pecém é estratégica para conquista de mercados, por estar, a mais ou menos, 7 dias de distância da Europa e Estados Unidos.

A primeira etapa de implantação do CIPP é concretizada na última gestão do governo Tasso Jereissati, com entrega da construção, porém a infraestrutura necessária ao funcionamento se consolida em anos seguintes. A gestão de Lúcio Alcântara, 2003-2006, dá continuidade às políticas públicas de Tasso Jereissati e cria o Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e da Economia do Ceará (PRODECIPPEC) com as seguintes metas:

I - instalação, ampliação ou modernização de estabelecimento industrial de grande porte de: refino de petróleo e seus derivados; siderurgia; geração de energia termoelétrica ou de gás natural; produção de biodiesel; e, II - os de instalação, ampliação ou modernização de qualquer empreendimento econômico de grande porte, que importe na atração de grande volume de investimentos ou na geração de grande número de empregos, assim reconhecidos por Resolução do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial do Ceará – CEDIN. (CEARÁ, DECRETO Nº 27.196, de 29 de setembro de 2003).

Cid Gomes, em 2007, dá continuidade ao projeto dos governos anteriores, com implantação do CIPP. No primeiro mandato, 2007-2010, com o secretariado, institui o Plano Plurianual Regionalizado, 2008-2010, para atração de indústrias, com base em intervenções, conforme explicação a seguir:

Área de Atuação: Logística de Transportes Comunicação e Energia. Implantação do terminal intermodal de cargas do Pecém; Implantação do terminal de múltiplo uso do Pecém; Implantação de correia transportadora do Pecém; Implantação do terminal de gás natural do Pecém.

Área de Atuação: Desenvolvimento Econômico. Gestão do fundo de desenvolvimento industrial; Atração de 160 empresas; Capacitação 9.430 pessoas para indústria, comércio, serviços, mineração e inovação tecnológica; Implantação da Agência de Desenvolvimento. (PLANO PLURIANUAL REGIONALIZADO DO CEARÁ, 2008-2010).

Em 2010 inicia a implantação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), em parceria com a Vale e empresas coreanas DongKuk e Posco. No mesmo ano, tem início a construção de termelétricas a carvão pelo grupo Eneva. Para a concretização das indústrias, o governo assume contrapartida que envolve incentivos fiscais, a longo prazo, implantação de infraestrutura, rodovias, ramal ferroviário, transposição de água e projetos de ampliação do Porto.

Terminado o porto, começa o funcionamento somente em 04 de abril de 2017, data em que a Companhia Siderúrgica do Pecém celebra o início oficial da operação. Com investimentos de US\$ 5,4 bilhões. As empresas Coreanas DongKuk, Posco e brasileira Vale mostram resultados positivos da balança comercial: o Ceará vende 116,8 % a mais, em fevereiro de 2017, em comparação com o mesmo período de 2016.

Figura 19 – Linha do Tempo para instalação da Siderúrgica

Linha do tempo



Fonte: Cavalcante (2017).

Camilo Santana (2015 a 2018) apresenta plano de governo *Os 7 Cearás – propostas para um plano de governo*, em dezembro de 2015, na Assembleia Legislativa, Com indicação de ações prioritárias do CIPP, incluindo problemas socioambientais. Documento oficial explicita as ações:

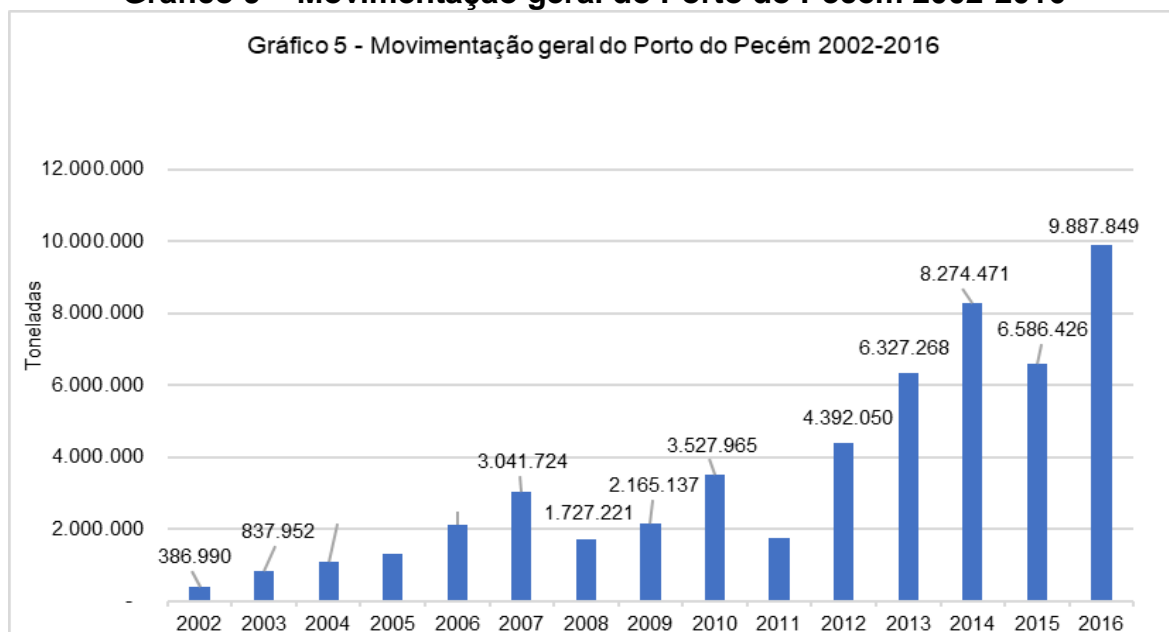
Garantir que o binômio Água e Energia - propulsores do crescimento sustentável - estejam disponibilizados em quantidade suficiente para permitir a atração de investimentos. São exemplos, o Cinturão das Águas, a Transposição do São Francisco, o Eixão das águas, a Termoelétrica MPX, o Terminal de Regasificação, a Usina Solar de Tauá e os diversos parques eólicos. Com um

ambiente de negócios favorável aos investimentos privados e públicos, o Estado do Ceará conseguiu viabilizar a Zona de Processamento de Exportações, a Siderúrgica e, pouco a pouco, a Refinaria. Isto em virtude da expansão do Porto do Pecém e da Transnordestina (Plano Plurianual 2016 - 2019, Volume I, p.73-74).

O plano de governo reafirma que a indústria é o eixo estruturante do crescimento econômico e dá destaque ao CIPP, como projeto de grande envergadura para a Região Nordeste e para o País. O PPA 2015-2016 destaca as seguintes metas:

Duplicar a BR-222; Construir o Arco Metropolitano; Elaboração de Plano Diretor de Transporte e Mobilidade da RMF; Finalizar as obras das CEs 085, 060, 251 e o Anel Viário; Garantir os investimentos – públicos e privados – na geração de energia limpa e renovável; Elaborar a agenda 21 local (Municípios e CIPP); Garantir a conclusão da implantação do Eixão das Águas, através da instalação dos sifões e do conjunto de bombas na Estação Elevatória do Açude Castanhão SRH – COGERH; Completar a integração do Canal do Trabalhador com o Açude Pacajus e o Eixão das Águas; Implantar o projeto de reuso de águas da CAGECE; Realizar estudo de aproveitamento da água do aquífero nas dunas; Elaborar estudo de ampliação da oferta hídrica, através da dessalinização de água do mar; elaboração e implementação de um programa de Educação Ambiental voltado para o CIPP; Fortalecimento do empreendedorismo local e do adensamento de cadeias produtivas em torno do CIPP; Apoio à pesquisa, a inovação e ao desenvolvimento tecnológico sobre problemas e oportunidades relacionadas com a expansão do CIPP; Constituir um grupo multi-institucional regular para realizar um diagnóstico das demandas do CIPP; Implementar o plano de capacitação com foco nas demandas atuais e futuras do CIPP; Elaboração e execução do plano de qualificação de fornecedores; Definição dos limites do Território Estratégico do CIPP, a partir de um novo Território Estratégico, de um macrozoneamento territorial, indicando um novo limite territorial, com a inclusão de municípios que irão compor o referido território, para fins de planejamento e implantação de políticas de interesse comum; Levantamento de indicadores dos planos diretores dos municípios envolvidos no Território Estratégico do CIPP; Criação de um modelo de governança à realidade do CIPP, com garantia de participação da sociedade. (CEARÁ, 2015).

As metas dão garantia de que o governo continuará com a implantação de infraestrutura para assegurar o projeto desenvolvimentista do Ceará. Gráfico 9: continua movimentação de importação e exportação no Porto do Pecém.

Gráfico 9 – Movimentação geral do Porto do Pecém 2002-2016

Fonte: Adaptado do Relatório Estatístico de Movimentação de Cargas, vários anos¹⁷.

A expectativa é de que a refinaria seja uma das maiores do País, com produção de 300 mil barris por dia, além de produzir diesel, gás de cozinha, querosene de aviação, nafta petroquímica e coque. O Investimento é de US\$11 bilhões, com cerca de 90 mil empregos diretos e indiretos (IDACE, 16/01/2014). Em 30 de janeiro de 2015 com a crise econômica, a Petrobrás cancela a construção das refinarias, na Região Nordeste, alegando pouca atratividade dos resultados econômicos, e comunica reavaliação de compromissos assumidos com governos estaduais e municipais. Até 2014, foram aplicados R\$2,5 bilhões no empreendimento: paralisar a obra representa prejuízo financeiro, prejuízo para milhares de famílias que tiveram as casas demolidas para dar lugar à refinaria. Os moradores foram alocados em região distante de hospitais, mercados e escolas, ou seja, sacrificados à espera de retorno da refinaria.

A relação do CIPP com turismo se dá com coreanos que impulsionam a economia do Cumbuco reconfigurando a cultura. Por causa do contingente de trabalhadores sul-coreanos na Companhia Siderúrgica do Pecém, surge mercado específico para atender à demanda de aluguel/venda de imóveis e de restaurante especializado na culinária asiática.

¹⁷ Disponível no site oficial da CEARAPORTOS.

5 CONCLUSÃO

Acompanha-se cada vez mais a inserção do turismo como meio de alavancar o desenvolvimento econômico, inserindo o Estado em políticas públicas federais e regionais e em planos dos governos estadual e municipal, como prioridade frente à realidade socioespacial da região. As mudanças transformam o território em núcleo receptor de turismo nacional, com destaque da metrópole. Pode-se assegurar que a economia cearense sustentada em serviços, com grande destaque o turismo, contribui com 75% do PIB.

A dissertação levanta questionamentos esclarecidos e remetem às conclusões, expressam, de forma inequívoca, a compreensão adquirida sobre situações e fatos historicamente registrados sobre ações políticas que mudaram os rumos do Ceará, pela opção política pelo turismo que dialeticamente, gera novas perspectivas sobre a realidade socioeconômica.

Conclui-se que o Ceará passa por processos de ordenamento territorial e produção econômica, e, se durante o período colonial, fundou bases econômicas, no ciclo do gado e do algodão, no segundo momento do século XIX, tenta saídas econômicas com a indústria têxtil, mas não se fortalece a ponto de produzir riqueza suficiente de que o estado precisa. Fez acumulação primitiva, se é que se pode isso afirmar, contudo rompe com a economia rural e arcaica e capacita-se para a industrialização que, embora tardia e com captação de indústrias externas, forma nova base econômica. A economia rural do estado é contraditória, pois inexistente produção agrícola no espaço rural, predominando apenas áreas do agronegócio para produtos de exportação, ocorrendo tímido turismo rural. Paralelo ao crescimento industrial, o estado opta pelo turismo fortalecendo-se, sobretudo pela aproximação entre estados do Nordeste que, fortalecidos pelo turismo, criam nova imagem da região. O Ceará avança no movimento fazendo-se prioritário no turismo do país.

Políticas públicas e estratégias redefinidas dão ao estado ares de inovação e desenvolvimento, criando as condições básicas para implantação de diferentes práticas, ocupações e negócios. O Ceará implementa equipamentos estruturados, capta investimentos, reestrutura o território com instalações aeroportuárias, melhores estradas, Centros de Eventos e instalações portuárias. Trilha caminhos arrojados para

melhor se posicionar frente ao nordeste brasileiro, porém, as políticas públicas ao longo do Ceará moderno, perdem respeitabilidade, sofrem desmandos e permanecem inacabadas, atendem preferencialmente visitantes, deixando residentes desprotegidos com relação às políticas de educação, saúde e segurança, o que causa grande insatisfação. Exemplo de política pública questionada e frustrada na área do turismo é o Acquário Ceará, pelo investimento de dinheiro público em grande monta, sem aprovação de parte dos residentes que solicita saúde, educação e segurança como prioridade. Os governos redefinem políticas, muitas vezes sem aval da população, justificando promoção do desenvolvimento econômico sem rebatimento do desenvolvimento social.

A expansão das dimensões do Aeroporto Pinto Martins, nos anos de 1990, para terminal internacional, é elemento representativo da capacidade de recepção de número cada vez maior de visitantes de distintos locais do país, para turismo de lazer, de negócios, compreendido por muitos, como seguimento arrojado do estado. O Aeroporto ratifica a importância, no que diz respeito ao atendimento de fluxos turísticos de saída e entrada, em parâmetros exigidos pelas diretrizes internacionais de atendimento a usuários do transporte aéreo, corroborando políticas de desenvolvimento.

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém, a partir de 1995, responsável pela geração de cadeia de novas atividades industriais complementares, é fator decisivo de ampliação de emprego e dinamização da economia.

A construção do Centro de Eventos do Ceará guarda estreita relação com a expansão do turismo, representa aumento de capacidade do governo para captar, organizar e executar eventos, feiras, exposição e congresso, essencialmente estimuladores do turismo de negócios.

Conclui-se que o Ceará realiza grandes metamorfoses no território, o espaço físico foi efetivamente transformado e continua sendo, no entanto, as transformações socioeconômicas ficaram preteridas, agravadas pelo desmando econômico do país, deixando educação, saúde e segurança em preocupação. Pode-se afirmar que as políticas públicas na área do turismo cresceram, construíram nova visão do Ceará,

deram visibilidade ao território, mas pelo fato de não atender a todas as demandas dos residentes, faz criar por parte de alguns, resistência ao turismo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. **Capítulos de história colonial & os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.
- ABUT-EL-HAY, J. Classe, poder e administração pública no Ceará. In: A era Jereissati: modernidade e mito. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (Orgs.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.
- AIRES FILHO, J. V. M. **O Centro de Eventos do Ceará (CEC) na potencialização do turismo de negócios**. 2013. 173 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://www.uece.br/mpgnt/dmdocuments/FILHO,J.V.M.A.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.
- AKERMAN, M. **Território, governança e articulação de agendas: gestão local nos territórios da cidade: ciclo de atividades com as subprefeituras**. São Paulo: [s.n.], 2004.
- ALBUQUERQUE, M. C. **Seara indígena: deslocamentos e dimensões identitárias**. 2002. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002. Disponível em: <<http://www.historia.ufc.br/admin/upload/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Manoel%20Cuelho.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento local e descentralização na América Latina: o caso do estado do Ceará, Brasil**. Santiago: CEPAL, 2000. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/31491/S0080000_pt.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 jul. 2016.
- _____. Ajustes estruturais, novas formas de intervenção pública e novo regime de crescimento econômico no Ceará. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. (Orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões (o desafio urbano-regional)**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 367-385.
- AMORA, Z. B. **As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste**. 1978. 100 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.
- _____. Aspectos históricos da industrialização do Ceará. In: SOUZA, S. (Coord.). **História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1994.
- _____. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, J. B.; CAVALCANTE, T.; DANTAS, E. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005.
- ANDRADE, M. C.. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1993.

ANDRADE, R. B. **Manual de eventos**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

ARAGÃO, R. F.; DANTAS, E. W. C. Elaboração da imagem turística do Ceará: entre publicidade turística e propaganda política. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 42, p 45-62, jul./dez. 2006. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12812/11995>>. Acesso em: 12 out. 2016.

ARRUDA, J. J. A. **Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos, 1800–1808**. São Paulo: Edusc, 2008.

AZEVEDO, M. S.; GIULIANI, A. C.. Turismo de negócios. In: MOSTRA ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA, 4., 2006, Piracicaba, SP. **Anais...** Piracicaba, SP: UNIMEP, 2006. p.1-13. Disponível em:
<<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/174.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

BARBOSA, L. M. **Políticas territoriais de turismo: concepções e impactos do Prodetur no Nordeste brasileiro**. 2017. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em:
<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5053961>. Acesso em: 09 out. 2017.

BARREIRA, D. N.; SOUSA, V. L. C. **Gestão em Turismo**. [s.l.]: [s.n.], 2007.

BARRETO, F.; MENEZES, A. **Desenvolvimento econômico do Ceará: evidências recentes e reflexões**. Fortaleza: IPECE, 2014.

BECKER, B. H. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto no uso do solo na região costeira**. Brasília: MMA, 1995.

BENEVIDES, I. P. **Turismo e Prodetur: dimensões e olhares em parceria**. Fortaleza: UFC, 1998.

BERNAL, M. C. C. Industrialização tardia e novas configurações espaciais na terra da luz. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p.1-17.

_____. **A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: EDUFC, 2004.

BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 195p.

BRASIL. Banco do Nordeste do Brasil. **Prodetur/NE em Ação**: ações estruturantes do turismo no Nordeste do Brasil. Fortaleza: BNB, 2000.

_____. **Marco Lógico do Prodetur/NE II**. Fortaleza: BNB, 2003.

BOBBIO, N. **As ideologias e o poder em crise**. 4. ed. Brasília: UNB, 1999.

BONFIM, W. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (Orgs.). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.30-45.

CASTRO, L. L. C. **O Projeto Expedições para o Turismo e Ação em Santo Amaro do Maranhão**: contribuições para a construção das políticas públicas municipais de turismo. 2004. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

CAVALCANTI, K. B.; HORA, A. S. S. Política de turismo no Brasil. **Turismo em Análise**, São Paulo, v.13, n.2, p. 54-73, nov.2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63598/66363>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

CAVALCANTI, M. M. A. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais - uma abordagem conceitual. **Revista Interfaces de Saberes**, Caruaru, v.6, n.1, p.1-13, 2006. Disponível em: <<http://www.socialiris.org/antigo/imagem/boletim/arq48975df171def.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

CHEVALLIER, J. **As grandes obras políticas**: de Maquiavel a nossos dias. Tradução de Lydia Christina. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

CHOPRA, S.; MEINDL, P. **Gestão da cadeia de suprimentos**: estratégia; planejamento e operações. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

CONSTRUÇÃO civil e turismo expandem horizontes. **Diário do Nordeste**, 04 nov. 2004, Fortaleza. Ceará. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/construcao-civil-e-turismo-expandem-horizontes-1.535253>>. Acesso em: 26 maio 2017.

CORIOLOANO, L. N. M. T. A intervenção do estado do Ceará na atividade turística. In: LIMA, L. C. (Org.). **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: EdUECE, 1998.

_____. Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. In: LEMOS, A. I. G. (Org.) **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec. 2001.

_____. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

_____. O turismo, a exclusão e a inclusão social. **Revista Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v.6/7, n.1, p.181-190, 2004/2005. Disponível em: <<http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/131/161>>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. Uma epistemologia para o estudo do turismo: a análise do discurso. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p.1-13.

_____. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, A. et al. (Orgs.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Fortaleza: UFC, 2009.

DAVIDSON, R.; COPE, B. **Business travel: conferences, incentive travel, exhibitions, corporate hospitality and corporate travel**. Harlow: Pearson Education Limited, 2003.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DINIZ, C. R.; SILVA, I. B. **Metodologia científica**. Campina Grande: UEPB, 2008.

DIÓGENES, G. Ciro Gomes: percursos de uma imagem. In: PARENTE, J., ARRUDA, J. M. (Orgs.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA. **Avaliação das pistas e pátios: Aeroporto de Fortaleza**. Brasília, DF: Ministério da Aeronáutica, 1978.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. **Movimentação dos aeroportos**. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

_____. **Relatório Empresarial 2007**. Brasília, DF: Infraero, 2007.

_____. **Execução das obras e serviços de engenharia para reforma, ampliação e modernização do terminal de passageiros - TPS, adequação do sistema viário de acesso e ampliação do pátio de estacionamento de aeronaves do aeroporto Internacional Pinto Martins**. Fortaleza – CE, 2011.

FARIAS, A. **História do Ceará**. 6. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FHC inaugura novo aeroporto internacional de Fortaleza. **O Povo**, 08 fev. 1998, Fortaleza. Acervo. Disponível em: <<http://www20.opovo.com.br/app/acervo/noticiashistoricas/2012/07/10/noticiasnoticiashistoricas,2875760/fhc-inaugura-novo-aeroporto-internacional-de-fortaleza.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

FLEURY, P. F. Terceirização logística no Brasil. In: FIGUEIREDO, K. F.; FLEURY, P. F.; WANKE, P. (Eds.). **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento do fluxo de produtos e dos recursos**. São Paulo: Atlas, 2003. p.313-324.

FONSECA, M. A. P. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005.

FROTA, F. H. S.; SILVA, M. A. L. Mass média e política industrial no Ceará. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v.1, n.1, p.221-240, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=307&path%5B%5D=428>>. Acesso em: 22 out. 2016.

FUSTER, L. F. **Teoria e técnica del turismo**. Madrid: Nacional, 1974.

GIRÃO, R. **História econômica do Ceará**. Fortaleza: UFC, 2000.

_____. História econômica do Ceará. In: LIMA, L. C. **Reestruturação socioespacial: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica**. São Paulo: Annablume, 2006.

GIRÃO, V. C. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania do Siará Grande. In: SOUZA, S. (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1989.

_____. **História econômica do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: UFC; Casa de José de Alencar, 2000.

GONDIM, L. M. P. Os governos das mudanças (1987-1994). In: SOUZA, S. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000. p. 409-424.

GRAHAM, A. **Managing airports: an international perspective**. 2. ed. Oxford: Elsevier Butterworth Heinemann, 2003.

GUARABIRA, M. C. A. (Org.). **Ceará: A crise permanente do modelo exportador (1850-1930): memória do Ceará – 1**. Fortaleza: IMOPEC, 1989.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLANDA, M. C. (Org.). **Ceará: a prática de uma gestão por resultados**. Fortaleza: IPECE, 2006.

HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Informações Básicas Municipais**. Fortaleza: IPECE, 2000.

JORGE NETO, P. M. A estrutura produtiva do Ceará nas décadas de 1970-1980. In: CARVALHO, R. V. A. (Org.). **O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais**. Campinas: Pontes, 2009, p. 31-53.

JUCÁ, G. N. M. À guisa de introdução: o espaço nordestino: o papel da pecuária e do algodão. In: SOUZA, S. (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

KANITZ, H. G. **Uma análise das políticas públicas de turismo no Rio Grande do Norte à luz do Plano Nacional de Turismo 2007/2010**. 2010. 191 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

KOGA, D. H. U.; NAKANO, A. K. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.27, n.85, p.98-108, 2006.

LAGE, H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATUS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos** São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, M. A. O cearense é um povo caboclo? In: CHAVES, G. (Org.). **Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, 2002. p. 29-35.

LEMOS, J. J. S.; BRANDÃO, R. J. B. Qualidade de vida nos municípios do Nordeste em relação aos municípios do Brasil: fundamentos para o planejamento do desenvolvimento sustentável da região. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 3, p. 316-335, jul./set. 1999. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5795/1/1999_art_jjslemons.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

LICKORISH, L.; LENKINS, C. L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LIMA, M. A. C. A sedição de Juazeiro. In: SOUZA, S. (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.

LOCKWOOD, A.; MEDLIK, S. (Orgs.). **Turismo e hospitalidade no século XXI**. Tradução de Eliana Keeling. Barueri, SP: Manole, 2003.

MACIEL, W. R. N. **Aeroporto de Fortaleza: usos e significados contemporâneos**. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/949/1/2006_Dis_WRNogueira.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

MALUF, S. **Teoria geral do Estado**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTIN, I. **Os empresários no poder: o projeto político do CIC (1978-1986)**. Fortaleza: Secult, 1993.

MATTOS, H. M. **Crise agrária e luta de classes: o Nordeste brasileiro entre 1850-1889**. Brasília: Horizonte, 1980.

MATUS, C. **Política, planejamento e governo**. Brasília: IPEA, Tomos I e II, 1996.

MAX-NEEF, M. **Desenvolvimento à escala humana**. Blumenau: Edifurb, 2012.

MELLO, C. A. B. **Curso de direito administrativo**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MENELEU NETO, J. **Novos papateiros: os trabalhadores e a reestruturação do capital**. 2000. 180 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza 2000.

MONIÉ, F. Globalização, modernização do sistema portuário e relações cidade-porto no Brasil. In: SILVEIRA, M. R. (Org.). **Circulação, transporte e logística**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

MONTESQUIEU, C. S. **O Espírito das Leis**. Tradução de Pedro Vieira Mota. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. 168p.

MORAES, A. **Direito constitucional**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES, A. C. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, A.; LAVÔR, I. **A história da aviação no Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Tourism highlights: 2005 edition**. WTO: Madrid, 2005.

PAIVA, M. G. M. V. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.44, n.2, p.197-213, mar./abr.2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122010000200002>. Acesso em: 22 ago. 2016.

PAIVA, R. A. Turismo, políticas públicas e urbanização na Região Metropolitana de Fortaleza. In: SEMINÁRIO POLÍTICA E PLANEJAMENTO, 2., 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Ambiens, 2010. p.1-11. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10155/1/2010_eve_turismoP.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

PALHARES, G. L. **Aeroportos, turismo e desenvolvimento socioeconômico**. 2001. 180 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Transporte) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. Espaço, industrialização e acumulação capitalista: uma abordagem para Nordeste e o Ceará. **Revista Mercator**, Fortaleza, v.2, n.4, 2003.

PIMENTEL, T.; EMMENDOERFER, M.; TORNAZZONI, E. L. (Orgs.). **Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014.

PINHEIRO, F. J. P. Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, S. (Org.). **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000. p.103-132.

POLITZER, G. **Princípios elementares de filosofia**. 9. ed. Lisboa: Prelo, 1979.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Cursos online**: mais de 1000 cursos online com certificado. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/turismo-e-hotelaria/artigos/64146/turismo-significados-e-conceitos#ixzz473TTvMuE>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

PRADO JÚNIOR, C. Grande lavoura. In: _____. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do Homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990a. p.32-107.

RATZEL, F. As leis do crescimento espacial dos estados. In: MORAES, A. C. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990b. p.175-192.

RIBEIRO JÚNIOR, J. **Curso de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Acadêmica, 1995.

- ROCHA, J. A. **Estudos sobre o poder judiciário**. São Paulo: Malheiros, 1995. 176p.
- RODRIGUES, A. B. Desafios para os estudos do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RODRIGUES, R. D. **Turismo de negócios: viabilidades e externalidades econômicas do Centro de Eventos do Ceará (CEC)/Brasil**. 2017. 169 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017 Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5078767>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- ROGERS, T. **Conferences and conventions: global industry**. 2. ed. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008.
- RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo no Brasil: análise e tendências**. Barueri: Manole, 2002.
- SALDANHA, N. O Estado. In: **Curso de Introdução à Ciência Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- SANCHO, A. **Introdução ao turismo**. Tradução de Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.
- SANTOS, R. C. **Plano plurianual e orçamento público**. Florianópolis; Brasília: UFSC, 2010.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SARAVIA, E. Introdução à teoria política pública. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. p.21-42. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2016.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae, 2008. Disponível em: <<http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%20C%20ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.
- SHONE, A. **The business of conferences: a hospitality setor overview for the UK and Ireland**. Oxford: Butterworth – Heinemann, 1998.

SILVA, J. A. S. **Turismo, crescimento e desenvolvimento**: uma análise urbano-regional baseada em cluster. 2004. 480 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-02122005-231931/pt-br.php>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SILVA, M. L. Os fundamentos do liberalismo clássico. **Aurora**, Marília, SP, v.5, n.9, p.121-147, dez.2011. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1710/1445>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v.8, n.16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

SOUZA, S. (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.

SPILLER, J. History of convention tourism. In: WEBER, K.; CHON, K. (Eds.). **Convention Tourism**: international research and industry perspectives. New York: The Haworth Hospitality Press, 2002. p.3-19.

SUNDFELD, C. A. **Fundamentos de Direito Público**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. **Business travel and tourism**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2001.

THALHEIMER, A. **Introdução ao materialismo dialético**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

TRIGO, L. G. G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em Turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1998.

UCHÔA, W. Aracati: monumento de tradições da era colonial. In: _____. **Anuário do Ceará**. Fortaleza: [s/n], 1953-1954. p.31-33. Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/meb000000421/anuario19531954ce1/anuario19531954ce1.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.